

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Geenes Alves da Silva

**A UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE PATOS DE
MINAS (UEP/MG): MILITÂNCIA E FORMAÇÃO CIDADÃ E
POLÍTICO-PARTIDÁRIA (1958 A 1971)**

PATOS DE MINAS, MG
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Geenes Alves da Silva

**A UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE PATOS DE
MINAS (UEP/MG): MILITÂNCIA E FORMAÇÃO CIDADÃ E
POLÍTICO-PARTIDÁRIA (1958 A 1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Dr. Carlos Alberto Lucena

PATOS DE MINAS, MG
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586u Silva, Geenes Alves da, 1979 –
A união dos estudantes secundaristas de Patos de Minas (UEP/MG):
militância e formação cidadã e político-partidária (1958 a 1971) / Geenes Alves
da Silva. – 2009.

142 f.

Orientador: Carlos Alberto Lucena

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Movimentos estudantis – Patos de Minas (MG) – Teses. 2. Estudantes –
Atividades políticas – Patos de Minas (MG) – Teses. I. Lucena, Carlos Alberto.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 378.4 (815.1)

Geenes Alves da Silva

**A UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE PATOS DE
MINAS (UEP/MG): MILITÂNCIA E FORMAÇÃO CIDADÃ E
POLÍTICO-PARTIDÁRIA (1958 A 1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Dr. Carlos Alberto Lucena

Aprovada em 25/08/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Dedico este trabalho aos amantes das pequenas (grandes) histórias dos pequenos (grandes) lugares desse imenso Brasil, e também a todas as pessoas, especialmente aos ex-líderes estudantis sujeitos dessa história em particular, que doam ou já doaram parte de suas vidas militando em causas sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, a minha família pelo amor devotado a mim, a meus professores e colegas pela experiência consequente da partilha constante e intensa de conhecimentos, aos meus amigos pela força e companheirismo e a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Qualquer coisa que você possa fazer, ou sonha
que pode fazer, comece a fazê-la. A ousadia
tem em si genialidade, força e magia!*

Johan Wolfgang Von Goethe
Poeta e escritor alemão

RESUMO

Este trabalho analisa o movimento estudantil secundarista em Patos de Minas, MG, especificamente a União dos Estudantes Patenses (UEP), entre 1958, ano de fundação desta entidade, e 1971, quando se evidencia uma possível crise no interior da mesma. Ao iniciar nossa pesquisa, percebemos uma carência de trabalhos que tratam da ação dos estudantes em cidades distantes dos grandes centros urbanos do Brasil nesse período. Um momento rico na história nacional que agudizou contradições em termos de utopias e projetos de mundo antagônicos. Ao mesmo tempo em que se convivia com os baixos índices de escolarização, também se presenciava a força do movimento estudantil, projetando gradativamente os estudantes como atores políticos no país. Para historiar o movimento estudantil patense, utilizamos fontes primárias de investigação, tais como o Estatuto da entidade, a primeira e parte da segunda Ata de Fundação da UEP, jornais do período, periódicos publicados por grêmios escolares e textos (rascunhos) referentes a um programa de rádio denominado *A Hora do Estudante*. Trabalhamos também com fontes orais. Entrevistamos os antigos militantes do movimento estudantil secundarista patense, priorizando os ex-dirigentes e demais estudantes que compuseram as diretorias da entidade. A postura da UEP frente ao Comunismo e sua atuação no Regime Militar, bem como a participação da Igreja Católica em seus desígnios, nos possibilita concluir que o movimento estudantil promovido por esta entidade foi um movimento progressista-conservador. Contraditório, se o compararmos aos dos grandes centros, mas coerente com a realidade que o criou, ou seja, com o “mundo particular do interior das gerais” que era Patos de Minas naquele tempo.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Comunismo. Regime militar. Igreja católica.

ABSTRACT

This work focuses on the secondary student movement in Patos de Minas/MG, specifically on the Patos de Minas Students Union (UEP), from 1958, year of its inauguration, until 1971, when the institution went through an internal crisis. In the beginning of this research, we realized that there were not available works focusing on student actions in the urban centers in Brazil within that time. That was a rich period of the national history, in which contradictions became visible in utopias and projects of an incongruent world. At the same time, the developing movement of students lived along with the low indexes of school education. To historically describe the student movement of Patos de Minas, we used primary sources, such as: the Statute of the institution, its inauguration protocol, journals of school unions, the draft texts of radio program, called “A Hora do Estudante”. We made interviews with the activists of the time, picking out the ex-leaders and administrators of the institution. The political stand of the UEP against communism and its actions in the military movement as well as the Church participation empowered us to think that the student movement of Patos de Minas was progressive-conservative. Contradictory, if we compare it with other great urban centers, but coherent within the reality which allowed it to be, that is, with the private world of Minas Gerais, which was Patos de Minas at that time.

Keywords: Student movement. Communism. Military regime. Catholic church.

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
Ames	Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
ASPA	Associação dos Patenses em Belo Horizonte
CCRB	Centro Cultural Rui Barbosa
CCRB	Centro Cultural Rui Barbosa
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
Contap	Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FASP	“Faculdade, Ação e Sede Própria”
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEP	Movimento Estudantil Patense
MMDC	Movimento Constitucionalista (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo)
MOPS	Movimento de Orientação e Promoção Social
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
POP	“Promoções, Organizações e Progresso”
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
RT-70	“Renovação e Trabalho”
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
TFP	Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade
Ubes	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCMG	União Colegial de Minas Gerais
UDN	União Democrática Nacional
UEP	União dos Estudantes Secundaristas de Patos de Minas
UEP	União dos Estudantes Secundaristas de Patos de Minas
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unipam	Centro Universitário de Patos de Minas
Usaid	United States Agency for International Development
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	JUVENTUDE ESTUDANTIL: DE AÇÕES ISOLADAS À CONSTITUIÇÃO E AÇÃO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO BRASIL	15
2.1	ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ESCOLA.....	15
2.2	NOTAS SOBRE A AÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL: DA COLÔNIA AO ESTADO NOVO DE VARGAS	16
2.3	A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL	18
2.4	O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES	23
2.5	O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ESTADO POPULISTA.....	27
2.6	O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO REGIME MILITAR.....	29
3	A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA EM PATOS DE MINAS/MG	35
3.1	ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ESCOLA PATENSE	35
3.2	CENTRO CULTURAL RUI BARBOSA (CCRB): “ENSAIOS” DE UM MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	53
3.3	ALMIR NEVES DE MEDEIROS: O JOVEM PADRE MILITANTE.....	56
3.4	O PAPEL DA IMPRENSA	57
3.5	A PRIMEIRA ATA E O “BURBURINHO” DOS JORNAIS: SURGE A UEP.....	59
3.6	ELABORAÇÃO DO ESTATUTO E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE.....	65
4	UEP: AÇÕES E REAÇÕES NO CENÁRIO PATENSE	69
4.1	O DEBATE DAS ENTIDADES ESTUDANTIS NO LIMIAR DA DÉCADA DE 1960: UNE, Ames E UEP.....	69
4.1.1	Como a UEP interpretou o golpe militar de 1964?	71
4.2	ATUAÇÃO DA UEP NO REGIME MILITAR.....	72
4.2.1	“Ensaio de rebeldia” no movimento estudantil patense	72
4.2.2	A contraditória democracia nas primeiras eleições diretas da UEP	75
4.2.3	A primeira passeata estudantil	79

4.2.4	A polêmica eleição de 1968 e o presidente “subversivo”	80
4.2.5	Dissidência interna e realização da segunda passeata estudantil.....	83
4.2.6	Reestruturação, protestos e contradição sociopolítica	86
4.2.7	O afastamento do Padre Almir Neves de Medeiros.....	90
4.2.8	Crise na UEP?	91
5	ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS ESTUDANTIS DA UEP	95
5.1	A IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XX	95
5.2	A IGREJA CATÓLICA E A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA (ACB) EM PATOS DE MINAS	98
5.2.1	A Missa dos Estudantes.....	102
5.3	EDUCAÇÃO INFORMAL: FORMAÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ	105
5.3.1	A luta contra o racismo	105
5.3.2	A deposição do padre professor.....	106
5.3.3	A fundação da cooperativa estudantil.....	107
5.3.4	A criação de uma biblioteca.....	108
5.3.5	Ação solidária.....	109
5.3.6	As semanas dos estudantes.....	110
5.3.7	O projeto educacional.....	118
5.4	EDUCAÇÃO INFORMAL: POLÍTICO-PARTIDÁRIA	124
5.4.7	A UEP como trampolim político	124
5.4.8	O fracasso da primeira experiência em 1958	124
5.4.9	A vitória nas eleições municipais em 1962.....	127
5.4.10	A Lei Suplicy de Lacerda (1964) e a ausência da UEP na cena política de Patos de Minas nas eleições de 1966 e 1970.....	130
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

Historiar o movimento estudantil requer, em primeiro lugar, elucidar o(s) conceito(s) referente(s) ao termo juventude. Furter (1967) utiliza os termos *cultura juvenil* e/ou *civilização da juventude* para tentar compreender a etapa da vida humana que se coloca entre a adolescência e a idade adulta. Para ele, em ambas não há conceituações específicas, muito menos limites concretos, mas um conjunto de características que definem a juventude e que variam conforme os indivíduos.

[...] a adolescência se caracteriza por uma crescente diversidade, a ponto de haver tantas maturidades quantas são as personalidades. Portanto, E. Morin tem razão ao negar a existência de uma ‘idade da adolescência’, pois trata-se apenas de um período particular da vida humana que pode alongar-se ou abreviar-se, conforme os indivíduos, as classes sociais e as condições políticas e sociais. (FURTER, 1967, p. 235).

A juventude, entendida aqui como o espaço entre a adolescência e a idade adulta, não pode ser considerada uma classe, assim como o segmento estudantil também não o é. No entanto, conforme salienta Furter (1967), é na adolescência, cuja fase integra o que ele denomina de *cultura juvenil*, que ocorre o aparecimento da primeira tomada de consciência coletiva. Segundo o autor, um fator que caracteriza a juventude moderna é a resistência à cultura e às formas de vida dos adultos, chamada por ele de *exílio cultural*, uma vez que os jovens criam ou mesmo incorporam um ritmo próprio de vida: como maneiras de ser, portar, vestir, conversar, dentre outros ritos. Esses comportamentos podem evidenciar a referida consciência, que é representada pela personalidade do jovem, bem como o espírito de revolta que caracteriza essa fase da vida.

É possível dizer, portanto, que o jovem é, por natureza, a personificação da força, da coragem e da ousadia. A própria condição de ser jovem parece incitar à rebeldia e aos idealismos. Munidos dessas características — ou, por que não dizer, qualidades — vários estudantes tiveram participação efetiva e determinante em fatos importantes da história do país. De ações isoladas a movimentos organizados, muitos deles inscreveram seus nomes nas páginas da história. Entretanto, a maneira como o estudante emprega o vigor de sua juventude na sociedade tem se alterado com o passar dos anos. Ao comparar os jovens dos anos de 1960 com os do início do século XXI, Ventura (2008) chega à seguinte conclusão:

O que movia os jovens — Rebeldia, contestação, militância política, uma causa, impaciência, voluntarismo, onipotência são categorias que não frequentam mais o universo da juventude. Foram substituídas por fenômenos como a inapetência política e a chamada anomia, ou ausência de regras. Com o “fim da história”, a

descrença nas ideologias e a ausência de modelos, os jovens urbanos dos anos 2000 se voltaram para si mesmos. Cuidam mais do bem-estar próprio do que dos outros. A música eletrônica e as festas raves são a sua diversão, e a internet, sua ocupação permanente. (VENTURA, 2008, p. 110)

Ao contrário de outras nações onde o ensino formal e regular fez-se presente ainda no século XVI¹ (CAMBI, 1999), no Brasil, a escola começou a tornar-se realidade apenas a partir da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, concretizando-se efetivamente nas primeiras décadas do século XIX, após a Independência e a implantação do Regime Monárquico.

Desse modo, dos anos iniciais da colonização até meados do século XVIII, os modelos escolares predominantes no Brasil foram os das escolas jesuítas. Entretanto, apesar da tardia implantação do sistema formal de ensino, ações sócio-políticas em que houve a participação efetiva de estudantes podem ser identificadas desde os primórdios da colonização. Tais ações possuíam intencionalidades específicas que correspondiam, na maioria das vezes, aos interesses dos grupos dominantes.

Nesta investigação, iremos nos remeter a fatos da história do Brasil e, em particular, da cidade de Patos de Minas, em que a participação da juventude estudantil foi significativa para a problematização, discussão e até resolução das questões, em muitas ocasiões, polêmicas que marcaram a história da cidade e também do país. A força empreendida pelos estudantes resultou na reorientação de várias ações por parte dos poderes públicos e, ainda, na conscientização de parcelas significativas da sociedade, sobretudo do próprio segmento estudantil como um todo.

Imbuídos do sentimento de responsabilidade social e motivados pelo entusiasmo que é próprio da juventude, vários estudantes levantaram-se em defesa de seus ideais. Conscientes ou não da natureza dos problemas que enfrentavam ou das razões pelas quais empregavam suas forças, movidos por sentimentos diversos e mesmo contraditórios, parcelas significativas dos segmentos estudantis posicionaram-se contra a ordem vigente, acreditando defender o bem comum. Assim o fizeram, acertando algumas vezes, errando outras, de modo que os estudantes brasileiros construíram sua história e ajudaram a escrever também a história do país.

Ao iniciar nossa pesquisa, percebemos uma carência de trabalhos que tratam da ação dos estudantes em cidades distantes dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo no período histórico que assiste ao final do nacional-desenvolvimentismo dos anos de 1950 e à década de 1960, no século XX, marcada pela instauração da ditadura militar no país — um

¹ Essa afirmação pauta-se numa perspectiva eurocêntrica.

período rico na história nacional, que agudizou contradições em termos de utopias e projetos de mundo antagônicos.

Com efeito, tomando como referência os baixos índices de escolarização no Brasil e, ao mesmo tempo, a força do movimento estudantil, que, na época, projetava gradativamente os estudantes como atores políticos no país, é que desenvolvemos este estudo sobre o movimento estudantil em Patos de Minas, estado de Minas Gerais.

Utilizamos nesta pesquisa fontes primárias de investigação, tais como jornais do período (em especial a *Folha Diocesana* e o *Jornal dos Municípios*), o Estatuto de criação da União dos Estudantes Secundaristas de Patos de Minas (UEP)², a primeira e parte da segunda Ata da Fundação da União Estudantil Patense, alguns exemplares de periódicos publicados por grêmios escolares e textos (rascunhos datados de 1963 a 1967) referentes a um programa de rádio denominado *A Hora do Estudante*³.

Trabalhamos também com fontes orais, entrevistando antigos militantes do movimento estudantil secundarista patense, que atuaram direta e/ou indiretamente na história desse movimento. Priorizamos os ex-dirigentes e demais alunos que compuseram as diretorias da UEP⁴, uma vez que o seu envolvimento efetivo nas ações da entidade nos permitiria compreender melhor as “tramas” da história do movimento estudantil em Patos de Minas.

O trabalho que ora se apresenta está dividido em quatro partes. No primeiro capítulo, após tentarmos identificar a origem da escola tal qual a conhecemos hoje, suscitamos as

² É importante informar que consultamos apenas a primeira versão do referido Estatuto; não tivemos acesso, portanto, às alterações realizadas posteriormente no documento, isto é, durante o período histórico que interessou esta pesquisa.

³ Vale registrar aqui como se deu nosso acesso a essas fontes: os jornais da Folha Diocesana, consultados para essa pesquisa, encontram-se em arquivo particular da mitra diocesana de Patos de Minas, ou seja, sob a guarda da Igreja Católica, de modo que tivemos que obter autorização da diocese para ter acesso a esse material; consultamos edições avulsas do Jornal dos Municípios e alguns exemplares de periódicos publicados por grêmios escolares, documentos que podem ser encontrados no Patrimônio Histórico Municipal e no Laboratório de Extensão e Pesquisa em História (Lephe), do curso de História da Universidade de Patos de Minas (Unipam); o Estatuto de criação da UEP nos foi disponibilizado por Jorge Eduardo de Araújo Caixeta, presidente da entidade na gestão 1970/1972, que o tinha guardado entre seus pertences; a primeira e parte da segunda Ata da Fundação da União Estudantil Patense, assim como os textos (rascunhos) do programa de rádio A Hora do Estudante conseguimos com o então presidente da UEP, Marcos Vinícius Dias Boaventura, que disse ter recuperado esses documentos junto a um ex-dirigente da entidade.

⁴ Identificar e encontrar esses ex-dirigentes e ex-alunos da entidade foi tarefa árdua. Como não encontramos registro nenhum sobre os mesmos, tivemos que realizar pesquisa informal, consultando pessoas que tivessem notícias sobre o seu paradeiro. Logo, ficamos sabendo que muitos desses ex-dirigentes deixaram Patos de Minas ainda jovens, em busca de estudo e trabalho. Atualmente, a maioria reside fora do município ou, ainda, em outras regiões do Brasil, o que dificultou nosso acesso a essas pessoas. Particularmente sobre a história da UEP, esta pesquisa revelou uma triste realidade: quando procuramos a direção da UEP em 2006, interessados em historiá-la, descobrimos que praticamente nada havia restado dos seus arquivos: seus documentos e objetos foram “perdidos” pelas gestões que haviam presidido a entidade até aquela data. Não é nosso propósito aqui apontar os responsáveis por tamanha irresponsabilidade e negligência, tampouco identificar as causas desse descaso com a história da entidade, mas o fato é que praticamente todos os registros oficiais da entidade desapareceram.

principais ações desencadeadas por estudantes ao longo da história do Brasil, passando pelo período colonial, imperial e republicano, até a constituição do movimento estudantil no país, em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁵. Em seguida, analisamos os principais movimentos estudantis durante os Estados Novo, Populista e Militar, bem como suas implicações sociais.

No segundo capítulo, identificamos a origem e a evolução da escola patense, bem como o processo de formação e desenvolvimento do município de Patos de Minas ao longo dos séculos XIX e XX. Posteriormente, elucidamos o papel e a importância do Centro Cultural Rui Barbosa (CCRB), fundado em 1954, e do jovem Pe. Almir Neves de Medeiros, ordenado na cidade em 1956, no processo de constituição do movimento estudantil secundarista em Patos de Minas, com a fundação da União dos Estudantes Patenses (UEP), em 1958.

O terceiro capítulo traz à cena as principais ações e reações da UEP no cenário patense entre os anos de 1958 e 1971. Mostra seu posicionamento diante dos debates desencadeados pelas entidades estudantis nacionais em relação ao comunismo no limiar da década de 1960. Mas, mais que isso, esse capítulo descreve como a UEP interpretou e atuou no Regime Militar: seus “ensaios de rebeldia”, com a democratização do processo eleitoral da entidade em 1966 (paradoxalmente, na mesma época, o Regime Militar fazia vigorar os Atos Institucionais I, II e III), somados a protestos e passeatas estudantis e, ainda, ao distanciamento parcial do Pe. Almir Neves de Medeiros, acabaram provocando uma crise no interior da UEP, evidenciada em decorrência da diminuição gradativa de seus filiados, frente ao medo do comunismo e da repressão.

O quarto e último capítulo aborda as diferentes estratégias de formação do segmento estudantil patense, bem como o papel da Igreja Católica nesse processo, especialmente por meio da presença efetiva do Pe. Almir Neves de Medeiros junto aos movimentos estudantis promovidos pela UEP. Formação esta que excedeu o âmbito espiritual, em favor de uma educação cidadã, já que despertou o senso crítico, o espírito de solidariedade e a militância político-partidária dos estudantes.

Esperamos que esses estudos e reflexões contribuam para a investigação do movimento estudantil no Brasil, em especial, no estado de Minas Gerais.

⁵ De acordo com Poerner (2004), a constituição do movimento estudantil nacional ocorre somente em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), quando o movimento alcança a centralização. Segundo este autor, é com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que o movimento vai adquirir progressivamente caráter de organização, permanência e de emancipação nacional. Em nossa pesquisa, tomamos por base esta teoria.

2 JUVENTUDE ESTUDANTIL: DE AÇÕES ISOLADAS À CONSTITUIÇÃO E AÇÃO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO BRASIL

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ESCOLA

A escola é a instituição *mater* dos movimentos estudantis, por isso, antes de analisá-los, é necessário compreender o processo de origem e evolução da própria escola, bem como suas diferentes caracterizações ao longo dos tempos.

Silva (1969) afirma que o modelo escolar, tal qual o conhecemos atualmente surgiu e se consolidou na Grécia Antiga, entre os séculos IV e II a. C., como forma de sistematizar e transmitir um conjunto de valores culturais (nos quais se inscreve uma vasta experiência intelectual) relativos àquela sociedade. Para ele,

[...] a gênese da educação escolar é determinada pelo problema de transmissão deliberada de certa parte da cultura social, cuja importância faz com que sua conservação e sua transmissão às novas gerações não possam ser relegadas às incertezas de um processo informal e não deliberado. (SILVA, 1969, p. 70).

É ainda na época helenística, segundo o referido autor, que se inicia o processo de sistematização do ensino, que institucionaliza definitivamente os três níveis de educação formal por nós conhecidos: elementar, médio e superior.

Essa escola recém criada era eminentemente elitista, já que se destinava à formação de jovens de segmentos privilegiados daquela sociedade grega. A disseminação dessa nova cultura escolar ganha ímpeto e rompe as fronteiras da Grécia graças aos romanos, que incorporaram tais experiências e as disseminaram durante o processo de “romanização” do mundo antigo, concretizado pelo expansionismo das forças militares do Império.

Conforme Silva (1969, p. 70) a escola surge “como resultado da necessidade de se transmitir um saber literário e, conseqüentemente, de ensinar certas pessoas a ler e escrever, dado que a regra é que este saber esteja fixado em forma escrita”. Desse modo, o desenvolvimento e uso da escrita, sucedido pelo surgimento da escola, foi uma alternativa encontrada pela sociedade grega para garantir a transposição cultural para as gerações posteriores.

Da antiguidade até os dias atuais, a escola — e por que não dizer, a educação — se (re)configurou para atender as necessidades de seu tempo. De acordo com Cambi (1999), em linhas gerais, no Mundo Antigo predominava a preocupação com a ética e com a formação

humana, que era, antes de tudo, formação cultural. No Mundo Medieval, a educação formal se dava, sobretudo, dentro de instituições religiosas, de modo que, nesse período, a cultura escolar organizou-se em torno da religião, o que influenciou de forma decisiva a vida social. O Mundo Moderno, por sua vez, imprimiu uma renovação na escola, que teve que se adaptar à burocracia imposta pelo Estado recém-criado: buscando formar o homem na sua totalidade — cidadão, técnico e intelectual —, ela se racionalizou e laicizou; a escola moderna difundiu sua ideologia, ligada à disciplina e à produtividade social. Finalmente, a escola do Mundo Contemporâneo, que, apesar de não se diferenciar substancialmente da anterior, apresenta uma característica que a distingue das demais: a escola contemporânea se estende aos mais diversos segmentos sociais, democratizando, ao menos em quantidade, a educação formal. Segundo Cambi (1999, p. 493), “realiza-se uma escolarização das massas, por vezes através de vias empíricas e de validade duvidosa que estendem, porém, os rudimentos da instrução a classes que até então eram geralmente excluídas delas”.

Na seção seguinte, discutiremos a história da educação no Brasil, para analisarmos os aspectos particulares referentes ao processo de constituição da escola brasileira e do movimento estudantil dela originado.

2.2 NOTAS SOBRE A AÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL: DA COLÔNIA AO ESTADO NOVO DE VARGAS

Datam do período colonial as primeiras ações estudantis contrárias à ordem vigente. Essas ações se definiam por, pelo menos, duas características marcantes: transitoriedade e regionalidade. A primeira característica se deve a não continuidade dessas ações estudantis, ou seja, resolvidos os problemas em questão, o ensaio de um possível movimento organizado desintegrava-se. A segunda se deve ao fato de que essas mesmas ações não eram disseminadas no restante do país, situação que pode ser explicada pelo caráter particular dos problemas e também pela precariedade dos meios de comunicação e transporte da época.

Ao contrário de hoje, a maioria dos estudantes do período colonial eram alunos de conventos, de colégios religiosos e também das universidades européias, para onde os filhos da elite brasileira encaminhavam-se em busca do ensino superior, consequência da tardia

implantação do ensino formal no país. Foram desses jovens, portanto, as primeiras manifestações de contestação representativas do segmento estudantil⁶.

Foram somente nos primeiros decênios do século XIX, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, que se instalaram as primeiras faculdades e também as primeiras escolas de ensino secundário no país⁷. A partir de então, é possível perceber ações mais organizadas e efetivas por parte dos estudantes, pois a instituição do ensino formal contribuiu de forma significativa para a formação de uma consciência de estudante, ou seja, começava a delinear-se um sentimento de identidade estudantil⁸.

Entretanto, a constituição das ações isoladas dos estudantes em movimento estudantil, organizado e integrado, conforme o conceitua Poerner (2004), ocorreu somente a partir de

⁶ De acordo com Poerner (2004, p. 53-54), “a primeira manifestação estudantil, registrada pela história brasileira, ocorreu ainda no período colonial, em setembro de 1710, quando mais de dois mil soldados franceses invadiram o Rio de Janeiro sob o comando de Jean François Duclerc. Depois de conseguir entrar na cidade, aparentemente desguarnecida e deserta, a expedição estrangeira sofreu sua primeira decepção quando, à altura da Rua Direita, ‘uma alta grita de cólera e incitamento ao combate atrou aos ares’”. Mais adiante, Poerner recupera a descrição de Bilac sobre o evento: “[...] viram (os franceses), defendendo o caminho, uma multidão de moços que os esperava a pé firme. Não havia uma farda nas suas fileiras. Todas as fardas estavam ainda no campo de Rosário cercado o governador (Francisco de Castro Morais), que hesitava e vacilava, sem resolver a cortar o passo aos invasores. Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava à mão. Eram quase todos estudantes... E antes que Duclerc desse o sinal de ataque, já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente. Possuíam apenas uma ou outra espingarda. Por isso mesmo, apressaram o ataque, que se fez à arma branca, com uma bravura a que os impelia o desespero. Os franceses mal puderam resistir ao primeiro choque” (BILAC, Olavo. **Contos pátrios**, p. 117-125, apud POERNER, p. 54).

Poerner (2004, p. 54-55) nos fala, ainda, sobre a possível organização de um movimento estudantil brasileiro em terras estrangeiras: “E foi de Montpellier, em 1786, que o jovem José Joaquim da Maia escreveu, sob o pseudônimo de Vendek, a Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França, procurando interessá-lo numa revolução com vistas à libertação do jugo português. Maia fora, no mesmo ano, um dos 12 estudantes brasileiros que fundaram, no exterior, um clube secreto para lutar pela independência”.

Além dos fatores relatados, Mendes Júnior (1981) e Poerner (2004) ainda afirmam que também houve participação direta de estudantes na Inconfidência Mineira (1789), na Conjuração Baiana ou dos Alfaiates (1798) e também na Revolução Pernambucana de 1817.

⁷ Segundo Poerner, (2004, p. 60) “[...] o ensino superior brasileiro foi inaugurado com os cursos de Medicina (anatomia e cirúrgica) criados por D. João em 1808, em Salvador e no Rio de Janeiro. Em 1827, Olinda e São Paulo se tornaram sedes dos primeiros cursos jurídicos”. Em relação ao ensino secundário, Silva (1969) aponta a criação do Colégio Pedro II, em 1837, como marco para o início da utilização do termo secundário, já usado na época, mas que, somente a partir desse ano passou a ter curso como termo legal. Entretanto, o pioneiro teria sido um Liceu, criado em 1826 pelo governo de Pernambuco, seguido por outro, na Bahia, em 1836. Posteriormente, vieram os de Piauí e Ceará, ambos em 1845, e o de Alagoas, de 1849.

⁸ Poerner (2004) lembra a participação estudantil na Revolução Farroupilha (RS) e na Sabinada (BA) durante o período regencial. No entanto, não deixa de assinalar o caráter quase irrelevante da referida atuação dos estudantes. Conforme relata Mendes Júnior (1981), a partir da segunda metade do século XIX, vários segmentos do meio estudantil envolveram-se de forma intensa na luta pela abolição da escravidão e pela proclamação da República.

1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁹. Essa entidade contribuiu para o fim da transitoriedade e da regionalidade das ações estudantis, pois conseguiu reuni-las na luta por interesses coletivos (em nível de segmento) e permanentes (em questões de ordem política, econômica, social e cultural), conforme veremos a seguir¹⁰.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL

A década de 1930 marcou a história política do Brasil, pois inaugurou a chamada Era Vargas. Após chegar ao poder por meio de um golpe em que os militares tiveram participação determinante, o civil e gaúcho Getúlio Vargas acabou com um ciclo de alternância de poder entre paulistas e mineiros, popularmente conhecido como política do “café com leite”, que se mantivera desde a proclamação da República em 1889¹¹.

Após a crise de 1929, sofrida diretamente pelo Brasil em função do declínio dos preços e das exportações do café, principal produto brasileiro, Vargas buscou reestruturar a

⁹ Todavia, isso não significa que não houve manifestações estudantis anteriores à fundação da UNE. Conforme relata Poerner (2004) e Mendes Júnior (1981), os estudantes adotaram um discurso crítico em relação ao massacre de Canudos, endossando, inclusive, um manifesto estudantil, redigido pelos acadêmicos de Direito da Bahia, que denunciava a chacina cometida pelas forças republicanas brasileiras no sertão nordestino. Ainda segundo Poerner (2004), a rebelião da juventude militar estudantil atingirá o ápice com a Revolta da Vacina, embora a rebeldia tenha perdurado em movimentos como o levante dos cadetes contra o governo de Venceslau Brás, o dos sargentos de 1916, a Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Paulista de 1924, que se prolongou na Coluna Prestes (1924-1927) e, por fim, a Revolução de 1930. Episódios marcantes, os quatro últimos, do tenentismo (1922-1934), que mobilizou a jovem oficialidade contra o poder oligárquico da Primeira República. (p. 75).

¹⁰ Apesar da histórica participação dos estudantes em questões de interesse nacional, o processo que desencadeou diretamente a fundação da UNE iniciou-se em São Paulo, a partir da eclosão da Revolta Constitucionalista de 1932. Foi em meio a essa agitação que quatro estudantes perderam suas vidas nas ruas dessa cidade, fato assim narrado por Poerner (2004, p. 105): “Os quatro cadáveres estudantis, resultantes também de conflitos de rua, forneceriam, por seu turno, a sigla para a principal organização criada pelo Movimento Constitucionalista: MMDC (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo)”. Em outras palavras, eclodia o levante armado contra o governo de Getúlio Vargas em São Paulo. A referida organização — ou milícia, como também foi chamada — era composta por 1.600 homens, dos quais 600 ou 37,5% eram estudantes das escolas superiores, conforme atesta o referido autor. Apesar do insucesso em vários estados do Brasil, vários jovens solidarizaram-se com os colegas de São Paulo, especialmente na Bahia, onde mais de 2.000 estudantes saíram em passeata, sendo duramente reprimidos pelo poder público e pelo aparato policial. Prossegue Poerner (2004, p.120): “Sem qualquer organização, portanto, em que pudessem militar com regularidade antes da fundação da UNE, os estudantes procuravam participar de entidades como a Liga Nacionalista, de Bilac, a Liga do Voto Secreto, de Monteiro Lobato, a Aliança Liberal, a Milícia Patriótica Civil e a MMDC constitucionalista de São Paulo, bem como da Aliança Nacional Libertadora, ainda que, em geral, tal participação se desse em caráter individual. Baldadas haviam sido todas as tentativas de organização nacional do movimento, entre as quais o 1º Congresso Nacional de Estudantes, realizado em São Paulo em 1910, e a campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros, lançada em 1924, através de A Época, revista dos acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, impressionados com o estágio de organização já logrado pelo movimento estudantil argentino”.

¹¹ Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, haviam deposto o governo legal do Presidente Washington Luís (1926–1930), com isso impedindo-o de dar posse ao candidato Júlio Prestes que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de março daquele ano.

economia nacional, iniciando uma nova metodologia de administração pautada no fomento da indústria. Acreditava-se que tal medida era necessária para que o país pudesse encontrar novos caminhos para superar o atraso econômico e enquadrar-se entre as grandes potências mundiais.

Skidmore (1996) divide o primeiro governo de Getúlio Vargas em três momentos distintos: provisório (1930–1934), constitucional (1934–1937) e ditatorial (1937–1945). Foi no período correspondente à transição do governo provisório para o constitucional que pode ser identificado o germe que deu origem a UNE. Poerner (2004) relata que a fundação dessa entidade, em 1937, foi precedida de uma tentativa de aglutinação dos estudantes no Rio de Janeiro, ocorrida em 1934, quando acadêmicos lançaram um movimento pela realização do 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil. Ideologicamente antifascista, a juventude comunista desempenhou papel relevante na preparação do referido congresso, passando, a partir de então, a exercer uma influência significativa no segmento estudantil e construindo, assim, as bases do que viria a ser a UNE. A respeito da fundação da UNE, Poerner (2004) cita Maria de Lourdes de A. Fávero, que escreveu sobre a entidade estudantil nos “anos de chumbo”¹²:

O instrumento ideal, de caráter amplo, nacional e permanente, somente surgiu em 11 de agosto de 1937, no Rio, no 1º Conselho Nacional de Estudantes, na Escola de Belas Artes. A data é considerada como a de fundação da União Nacional dos Estudantes, embora o reconhecimento oficial só viesse a ocorrer em dezembro do ano seguinte, no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, em que o governo esteve presente e a entidade foi solidificada com o apoio de 82 associações universitárias e secundaristas de todo o país. O oficial se deu em 11 de fevereiro de 1942, com o Decreto-lei nº 4.105, revogado pela ditadura militar em novembro de 1964, através da Lei Suplicy¹³ (FÁVERO, 1994, p. 64, apud POERNER, 2004, p.123).

Complementa, ainda, o próprio autor:

A UNE nasceu na Casa do Estudante do Brasil¹⁴, entidade simpática ao poder público, onde o Conselho Nacional dos Estudantes, depois de solenemente instalado pelo ministro da Educação, efetuou, no dia 12, a sua primeira sessão ordinária,

¹² Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

¹³ Lei Suplicy de Lacerda, de 9 de novembro de 1964, destinada às instituições de ensino superior. Essa lei colocou na ilegalidade a UNE e as UEEs (União Estaduais dos Estudantes), que passaram a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias da representação estudantil ficaram submetidas ao MEC, a partir de então (BRASIL, Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?jsessionid=A58D61BCD78A3EFDD2891E9BDBAA4375?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2Fdocumento%2F-4304781947315736058>>. Acesso em: jan. 2009).

¹⁴ Fundada em 13 de agosto de 1929 por um grupo de universitários cariocas, a Casa do Estudante do Brasil teve sua primeira diretoria eleita pelos representantes das escolas que formavam a antiga Federação Acadêmica do Rio de Janeiro. (POERNER, 2004).

dirigida pela presidente vitalícia e fundadora daquela Casa, Ana Amélia de Queiros Carneiro de Mendonça, poeta e *socialite*. (POERNER, 2004, p. 123).

Poerner (2004, p. 120), afirma que a fundação da UNE foi “fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, [representando], sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor dessa participação ao longo da nossa história”, de modo que, para esse autor, a história do movimento estudantil poder ser dividida em antes e depois da criação da UNE, tamanha influência e poder exercidos por esta entidade nos anos que se seguiram. Seu surgimento ocorreu, coincidentemente, no período em que era instituído o *Estado Novo* de Getúlio Vargas. Assim, o autoritarismo e a ausência de liberdade que caracterizaram esse período da história do Brasil contribuíram para fomentar o espírito de inquietação e rebeldia daquela geração de estudantes. Em relação a isto, Foracchi (1977) atesta que,

[foi] durante a vigência do Estado Novo que as manifestações estudantis se revestiram de conotação política. Formou-se, progressivamente, entre os jovens estudantes, de então, uma compreensão mais nítida e política dos problemas nacionais, não sendo diminuta a responsabilidade que, nesse processo, tiveram os grandes partidos nacionais que lideraram a reação organizada ao Estado Novo (FORACCHI, 1977, p. 227).

De acordo com Poerner (2004) e Mendes Júnior (1981), antes da data de fundação da UNE, todas as tentativas de se constituir uma entidade permanente e representativa malograram, haja vista o caráter de transitoriedade e regionalidade que as caracterizaram. Em outras palavras, os estudantes organizavam-se esporadicamente e para resolver problemas específicos. Independentemente do êxito das ações realizadas, o ensaio de um possível movimento estudantil acabava esfacelando-se com certa rapidez.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que, assim como Poerner (2004), analisaremos o conceito de movimento estudantil na acepção de organização, que no Brasil só passa a existir, segundo esse autor, “[...] a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança a centralização. É com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional.” (POERNER, 2004, p. 53).

Apesar de ter sido fundada na Casa do Estudante do Brasil, a permanência da UNE nas suas dependências foi relativamente curta, sobretudo pelo fato da diretoria da Casa ocupar-se, apenas, com a “organização de recitais, quermesses e torneios esportivos, mantendo-se, sempre, nessa faixa, politicamente inofensiva e inócua, na base de eleições de rainha dos estudantes, etc”. (POERNER, 2004, p. 132). Os membros da União Nacional dos Estudantes

demonstravam querer algo mais que a simples continência prestada aos poderes públicos constituídos. Assim, as divergências ideológicas existentes contribuíram para uma relação de animosidade entre a UNE e o Estado.

A conciliação se tornava impossível. A Casa do Estudante pretendia que a UNE fosse uma de suas seções, recusando-se a cumprir as resoluções do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, que lhe atribuíam, além de sua qualidade de membro-fundador e filiado, as funções de sede e secretaria administrativa da UNE. A divergência culminou com o violento despejo da UNE das dependências que vinha ocupando, nos seus dois primeiros anos de vida, na sede daquela casa. [...] No fundo, o caráter meramente assistencial e profundamente governamental da Casa do Estudante do Brasil entrara em choque com o tom ideológico antifascista constatado nas teses do 2º Congresso e que a UNE já deixava entrever que iria concretizar pouco depois, em 1942, nas campanhas e passeatas contra o Eixo. E o despejo representou, assim, a primeira tentativa — premeditada ou não — de desviar a UNE do rumo progressista que encetara. O atentado significa, também, que a UNE dissera, de saída, ao que viera, cumprindo o papel que avocara a si. Ela era, enfim, o instrumento tão ansiosamente esperado pelos estudantes. (POERNER, 2004, p. 135).

Logo após sua fundação, a UNE iniciou a busca por legitimação no cenário nacional, especialmente no quadro político brasileiro. Foram realizados vários protestos contra a política fascista internacional e também contra a política adotada pelo Governo Vargas no Brasil. De acordo com Poerner (2004, p. 143), a “campanha contra o Eixo se desenvolve de 1942 a 1945, período a que muitos se referem, com certo saudosismo, como os ‘melhores tempos da UNE’. Os estudantes se bateram, então, sucessivamente, pela derrota do nazifascismo internacional e pela democratização nacional”¹⁵.

Em vista disso, a postura adotada pela UNE foi interpretada de duas formas distintas pelas autoridades políticas nacionais: com apreço, uma vez que o governo de Getúlio Vargas aprovou o apoio recebido dos estudantes diante da declaração de guerra às potências do Eixo; e, ao mesmo tempo, com desconfiança, pois a organização, a força e o dinamismo dos estudantes assustaram os governistas, haja vista o sucesso conseguido nas ações empreendidas por eles. Como consequência, os governistas aplicaram um duro golpe contra a UNE:

Inesperadamente, entretanto, em 1º de abril (de 1943) — infausta data do calendário nacional —, o ministro baixou a portaria 225, que instituía a Juventude Brasileira¹⁶, a instalava na sede da UNE, nomeava o então major Jair Dantas Ribeiro seu

¹⁵ A Segunda Guerra Mundial não passou despercebida pelo movimento estudantil brasileiro; ao contrário, a UNE participou ativamente de campanhas de arrecadação de fundos destinados ao conflito mundial, conforme relata Poerner (2004). Dentre elas, vale a pena ressaltar a Campanha Pró-Aviões, através da qual a UNE doou três aviões de treinamento médio às autoridades militares do Brasil. Além da arrecadação de dinheiro, o envolvimento dos estudantes com o conflito ainda se estendeu ao campo ideológico, haja vista a participação no 1º Congresso Estudantil de Poesia de Guerra, organizado pela Secretaria de Cultura. Também, a participação da entidade nas Campanhas Pró-Banco de Sangue, do Livro para o Combatente e na Campanha Pró-Voluntárias Laboratoristas atestam o entusiasmo dos estudantes com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

¹⁶ Organização cujo modelo referia-se à juventude fascista italiana.

secretário geral e entregava a este a administração do prédio, autorizando-o a permitir, se quisesse, que a UNE compartilhasse das instalações. A portaria significava, na prática, um novo despejo [...]. (POERNER, 2004, p. 155).

No entanto, a UNE já havia adquirido bastante influência no cenário nacional, de modo que, após a renúncia do presidente Hélio de Almeida, em protesto à criação e instalação da referida organização fascista, o governo recuou e reviu sua decisão, abrindo mão da “Juventude Brasileira”.

O fim do pacto estabelecido entre Getúlio Vargas e movimento estudantil, em prol da atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial, fez com que os estudantes mudassem o foco de suas ações e agissem contra o próprio governo. Mendes Júnior (1981) aponta que a declaração de guerra às potências nazifascistas, fortemente apoiada pelos estudantes, acabaria transformando-se na luta pelo fim do Estado Novo, isto porque, ao final da guerra, com a vitória assegurada no plano externo pelos Aliados, os estudantes resolveram cuidar do plano nacional, indo às ruas e participando ativamente das campanhas pela redemocratização do país. Assim, conforme salienta Skidmore (1996), Vargas foi deposto no final de outubro de 1945, antes mesmo das eleições marcadas para o início de dezembro daquele ano, numa ação liderada pelas forças armadas com o apoio da UDN.

Foi nesse cenário turbulento que começou a se constituir no país o movimento estudantil secundarista¹⁷. Poerner (2004) afirma que a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Ames) surgiu em 1945, no Rio de Janeiro, em meio à onda de protestos contra a cobrança de taxas extras pelas escolas particulares e contra o aumento das mensalidades. Posteriormente, em 25 de julho de 1948, o movimento estudantil secundarista criou sua principal entidade representativa, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), fundada com o nome de União Nacional dos Estudantes Secundaristas, em congresso no Rio de Janeiro¹⁸.

A exemplo dos universitários, os secundaristas também buscaram formas de se organizar para conseguir alcançar seus objetivos, fazendo valer seus direitos como estudantes e cidadãos. Desse modo, a fundação da Ames, em 1945, e da Ubes, em 1948, consolidaram o

¹⁷ Silva (1969, p.19) argumenta que “a expressão ensino secundário designa um grau ou nível do processo educativo, e, dessa forma, teria ela o mesmo significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário. Educação secundária significaria a fase do processo educativo que corresponde à adolescência, ou que se superpõe à educação primária ou elementar; seria a educação do adolescente, assim como a educação primária é da criança”. Conforme Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o Ensino Secundário dividia-se em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, que hoje corresponde ao 2º ciclo do Ensino Fundamental (antiga 5ª a 8ª séries) e o Ensino Médio, respectivamente.

¹⁸ De acordo com Poerner (2004), o primeiro presidente eleito foi o potiguar Luiz Bezerra de Oliveira Lima. Como ele não podia perder seu emprego em Natal, acabou assumindo a presidência o seu vice, o futuro psicanalista Carlos César Castelar Pinto.

movimento estudantil secundarista que, a partir de então, passou a ocupar espaços cada vez maiores na sociedade. Em meio a vitórias e derrotas, o movimento estudantil secundarista foi construindo uma história de lutas, ora ao lado dos estudantes universitários, ora de forma isolada e independente.

2.4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES

Antes de analisar as ações do movimento estudantil, faz-se necessário identificar a origem e o perfil socioeconômico de seus integrantes, bem como as causas de sua militância. Para tanto, é necessário fazer um breve histórico da educação nacional no passado e no presente.

Apesar das primeiras escolas de ensino formal, tanto básico quanto superior, terem sido implantadas no Brasil na primeira metade do século XIX, o acesso a elas foi sempre muito restrito. Somente na década de 1970 pôde se notar uma melhora relativa nos números da educação (Tabela 1); antes disso, os passos dados rumo à democratização do ensino foram lentos e graduais.

Entretanto, a partir da década de 1990 iniciou-se um processo de reversão dessa situação. Conforme a Síntese dos Indicadores Sociais de 2008¹⁹, para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, faixa etária correspondente ao ensino fundamental, o ensino está praticamente universalizado²⁰, com 97,6% desse público frequentando a escola. Os números do ensino médio são bem menores, mas também significativos: 48% das pessoas em idade adequada, ou seja, entre 15 a 17 anos, estão matriculadas nesse nível de ensino.

O acesso ao ensino superior ainda é modesto, mas muito superior aos percentuais de décadas passadas. Apesar da disseminação da educação superior no país nessa década, por meio da criação de novos campos universitários federais, da criação de faculdades particulares, além do oferecimento de inúmeros cursos superiores à distância, fruto da política educacional do atual governo, em 2007, apenas 13,4% dos brancos e 4,0%, dos pretos e pardos, *com 25 anos ou mais* de idade, possuíam nível superior completo. Por outro lado, a

¹⁹ Cf. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores sociais, 2008. Educação melhora, mas ainda apresenta desafios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em: 26 jan. 2009.

²⁰ O termo universalizado refere-se muito mais à quantidade das vagas disponíveis do que propriamente à qualidade da educação oferecida.

taxa de analfabetismo das pessoas *com mais de 15 anos* tem caído ano a ano, estando atualmente na casa dos 10%²¹.

Nas décadas referentes ao período histórico de que se ocupa esta pesquisa (1958-1971), o público estudantil não era tão significativo, como se pode ver nos números referentes à taxa de escolarização nacional (Tabela 1).

Tabela 1

Brasil	População de 5 a 24 anos	Matrículas	Taxa de Escolarização (%)
1950	23.817.548	4.826.885*	20,26
1960	32.038.353	8.728.631	27,24
1970	57.401.432	17.323.580**	30,13

* Dados de 1949.

** Exceção de extensão universitária, pós-graduação e pré-vestibular.

Fontes dos dados brutos: Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971, M.E.C., E. Werner Baer, op. cit. apud Romanelli, 1999, p. 80.

No entanto, houve um crescimento substancial no oferecimento de vagas durante esse período, tanto na rede pública quanto na particular. Enquanto a população na faixa etária analisada cresceu 141%, o número de matrículas aumentou 258,8%. Em relação especificamente ao ensino médio secundário²², o aumento das matrículas foi ainda maior, 650,8% entre as décadas de 1950 e 1970 (Tabela 2).

Tabela 2

Brasil	Ensino Secundário
1950	406.959
1960	868.178
1970	3.055.652

Fonte dos dados brutos: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 101, p. 121 e Estatísticas da Educação Nacional, 1960/1971. MEC apud Romanelli, 1999, p. 113.

No ensino superior, o aumento do número de matrículas foi proporcionalmente semelhante ao da educação secundária, isto é, em torno de 502,3%, comprovando a evolução anunciada anteriormente (Tabela 3).

²¹ Cf. Cf. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores sociais, 2008. Educação melhora, mas ainda apresenta desafios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em: 26 jan. 2009.

²² Exceção de matrículas do ensino médio profissional.

Tabela 3

Brasil	Ensino Superior
1960	93.202
1971	561.397*

* Inclui cursos básicos não mencionados.

Fonte: Estatísticas da Educação Nacional, 1960/71, MEC apud Romanelli, 1999, p. 124.

Essa ascendência do número de vagas oferecidas pela escola brasileira continuou crescendo ao longo dos anos que se seguiram, resultando nos índices atuais que, ao menos quantitativamente, são relativamente bons. No entanto, mesmo diante dos dados apresentados (e apesar do crescimento do número de vagas oferecidas tanto no ensino secundário como também no ensino superior ao longo da década de 1960), verificamos que no período histórico compreendido entre 1958 e 1971, o acesso ao ensino formal não era verdadeiramente democrático, uma vez que atendia apenas a uma pequena parcela da sociedade, proveniente, em sua grande maioria, de grupos sociais privilegiados. Foracchi (1977) confirma tal hipótese ao afirmar que a origem do estudante brasileiro era, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominada pelos autores que estudaram seu comportamento social de “nova classe média”.

Ainda segundo essa autora, “ao se constituir como classe, por um processo histórico-social ainda não suficientemente analisado, a nova classe média brasileira encontra-se, com relação às demais classes, numa condição de dependência que dá conotação ambivalente à ação de classe” (FORACCHI, 1977, p. 221-222). No entanto, ela afirma que esta nova classe média desempenhou na cena brasileira papéis que lhe conferiram uma singularidade especial. Nessa perspectiva, ao analisar o posicionamento desse segmento social em relação às questões políticas da sociedade de seu tempo, considerando os fatores que levaram os jovens a incorporarem as lutas contra os poderes públicos constituídos, Foracchi (1977) relata o seguinte:

Com efeito, a condição assalariada a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar das suas reivindicações nem que seja exclusivamente em moldes de tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada vincula-a, em termos de dependência e subordinação, à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para qualquer efetiva tomada de posição que exija a ruptura desses vínculos. [...] É preciso que fique claro, entretanto, que é na peculiaridade da condição de assalariada que se encontrará a explicação sociológica para a ambivalência ideológica e para a singular radicalização do comportamento político da pequena-burguesia brasileira. Tanto a posição da classe na estrutura, quanto as suas condições materiais de existência ou, por outros termos, tanto a localização estrutural, quanto a condição existencial lhe dificulta manter qualquer posição que não seja indefinida, insegura e ambivalente. (FORACCHI, 1977, p. 222-223).

As origens dessa nova classe média está, segundo Foracchi (1977), na reorientação político-econômica assumida pelo governo Vargas a partir da década de 1930, quando o modelo agrário exportador foi sendo paulatinamente substituído pelo urbano industrial. Esta nova postura adotada pelo Brasil intensificou-se, sobretudo, após a 2ª Guerra Mundial, por meio de políticas econômicas específicas adotadas pelos governos populistas e militares, voltadas para a ampliação do parque industrial nacional, desencadeando, simultaneamente, um aceleração do processo de urbanização no país. Para gerir esse novo modelo econômico, urbano industrial, do Brasil, surgiu naturalmente dentre as camadas intermediárias da sociedade a pequena-burguesia ou a nova classe média, assim designada pela sua condição de assalariada (FORACCHI, 1997). É justamente esta sua condição que nos permite situá-la entre a burguesia industrial e o proletariado, posicionando-se ora de um lado, ora de outro, conforme suas conveniências.

Nesse sentido, é impossível falar de um movimento estudantil independente e autônomo, visto que as ações dos jovens não se dissociavam de sua condição social; pelo contrário, aquelas eram determinadas por esta, ainda que inconscientemente:

A função transformadora das camadas médias, na medida em que permanece confinada aos seus setores radicais envolve, necessariamente, o jovem estudante como instrumento de ação, sem que ele se aperceba de todas as implicações desse compromisso, conforme fica claro, por exemplo, na Reforma Universitária, que visa abrir a Universidade às camadas populares quando, na verdade, está apenas ampliando as oportunidades da pequena-burguesia. (Ibidem, p. 242).

Interessante observar a análise que a autora faz a respeito das prováveis causas da parceria empreendida entre as diferentes classes sociais existentes nesse período, notadamente entre a nova classe média, de onde provinha a maioria dos jovens integrantes do movimento estudantil, e a classe baixa, representada pelo operariado e o campesinato. Essa aparente parceria, que tem a frente os representantes da nova classe média, possui uma razão de ser: a mudança na ordem social. No entanto, apesar de as estratégias para tentar reverter a ordem social vigente na época serem as mesmas para ambas as classes (e.g. reivindicações, greves, manifestações, entre outros), os objetivos a serem atingidos eram diferentes.

Se a pequena-burguesia vive o dilema do desenvolvimento localizando-o nas limitações que entravam a concretização do seu projeto de classe e se este é, ideologicamente, justificado como expressão de interesses nacionais, a capacidade que esta camada, eventualmente, revela de identificar-se com os “oprimidos”, nada mais expressa senão as suas aspirações frustradas. Não havendo uma socialização dos custos do desenvolvimento, o ônus pago pela pequena-burguesia é menor do que o sofrido por outras camadas, notadamente o proletariado e o campesinato. Sua identificação com estas camadas não se apóia, porém, numa circunstancial afinidade

de condição existencial, mas no objetivo comum de transformação da ordem social existente. (FORACCHI, 1977, p. 246).

Ainda segundo a autora,

[os] estudantes podem, nessas condições, retirar da sua própria vivência de classe elementos para uma possível identificação com os objetivos das classes “secularmente oprimidas”. Duas razões objetivam essa possibilidade: a) a incorporação de um projeto comum de transformação social que unifica e dá coerência aos diferentes estilos de ação e, b) porque, mesmo sem reviver a epopéia do proletariado clássico, a pequena-burguesia sofre a opressão das camadas dominantes, sobretudo através das barreiras que estas criam à concretização das suas aspirações. A opressão desta camada pelas camadas dominantes reveste-se, no processo brasileiro, de singularidades tais e atinge áreas tão definidas de participação social que não é estranho que ela venha a identificar-se com objetivos “revolucionários”, aspirando à transformação da ordem social como um recurso externo de adaptação. (FORACCHI, 1977, p. 247).

Os argumentos apresentados pela autora parecem esclarecer o papel que o movimento estudantil exerceu no Brasil ao longo da história, bem como a postura adotada por grande parte dos estudantes em relação a seus posicionamentos nas decisões de maior relevância no cenário nacional, fossem de ordem política, econômica, social ou cultural. Em outras palavras, a aparente sintonia existente entre a nova classe média e a classe baixa, ou melhor, entre a burguesia e os operários e camponeses, atendia, ainda que de forma implícita, à satisfação dos próprios interesses e necessidades da primeira. Referindo-se ao sentido das lutas empreendidas por estes segmentos sociais, as palavras de Foracchi (1977, p. 266) são contundentes: “o que está em jogo não são os interesses da sociedade, como um todo, mas, sim, os desta camada específica que busca, por todos os meios, criar condições propícias à sua ascensão”.

2.5 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ESTADO POPULISTA

Após uma relativa e breve estagnação do movimento estudantil — período que Poerner (2004) chamou de “perda de bandeira” —, haja vista terem atingido seus objetivos momentâneos, a UNE voltava a militar novamente nas grandes causas nacionais. Para ilustrar, podemos citar a célebre campanha “O Petróleo é Nosso”, lançada por representantes da entidade em 1947 e que adquiriu forte apoio popular, como atesta Mendes Júnior (1981). Lucena (2004, p.45) argumenta que “a UNE passou a apoiar a iniciativa do petróleo nacional, realizando manifestações de rua em defesa do monopólio, que tiveram início do Rio de Janeiro e estenderam-se pelo país”. O objetivo da entidade, assim como também dos demais

segmentos sociais envolvidos, era assegurar a defesa do patrimônio e da soberania nacional, numa insistente luta contra o imperialismo norte-americano.

Em 1950, setores da direita assumiram o poder na UNE após um longo período de hegemonia da esquerda. A partir de então, os Estados Unidos começaram a interferir diretamente nos assuntos concernentes ao movimento estudantil. Conforme relata Poerner (2004, p. 167), as eleições de julho de 1950 levaram à presidência o jovem Olavo Jardim Campos, de Minas Gerais, entretanto, “quem mandou mesmo na UNE, em 1951, foi a estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado [...]”. Segundo o mesmo autor, a fase de domínio direitista na UNE estendeu-se desta data até o ano de 1956. Sanfelice (1986) descreve brevemente a fase que se seguiu a partir de então:

Assume-se como ponto de partida que em 1956 teve início uma fase distinta da história da UNE. Refletindo uma politização maior do movimento estudantil, já possível de ser percebida durante o governo de Juscelino Kubitschek, e com uma atuação mais intensa nos acontecimentos da vida nacional, a entidade dos estudantes universitários brasileiros conseguiu, pouco a pouco, abalar o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia sobre ela. A liderança desempenhada pela UNE no período 1956-1960, de modo geral, deu-se através da mobilização dos estudantes contra, por exemplo, o aumento de preços e na defesa de alguns princípios de uma plataforma de orientação nacionalista que incluía um posicionamento adverso às empresas estrangeiras e aos acordos militares do Brasil com os Estados Unidos. Como atuação mais específica, entretanto, destaca-se a realização de I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, promovido pela UNE em 1957, e também o engajamento que a entidade teve na Campanha de Defesa da Escola Pública, por ocasião dos debates que se travaram em torno da elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (SANFELICE, 1986, p. 17)

Entre altos e baixos, momentos de maior ou menor entusiasmo e engajamento político, o movimento estudantil universitário e secundarista, dentre outros segmentos sociais²³, aportou no início da década de 1960 apoiando as reformas de base propostas por João Goulart.

Com o comício-monstro pelas reformas de base, entre cujos organizadores estavam a UNE, a UME (União Metropolitana dos Estudantes), a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundários), a Ames (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários) e os diretórios acadêmicos de diversas faculdades, o Brasil entrara, em 13 de março de 1964, num de seus períodos de desenlace. Dentro em pouco, soaria o gongo para encerrar mais um round da luta pela emancipação e democratização nacionais. (POERNER, 2004, p. 185).

²³ Conforme Germano (1994, p. 50), “no nível interno, o acirramento das lutas de classes foi notório, uma vez que a sociedade civil tornou-se mais ativa diante da ampliação da participação política e da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Outros setores da sociedade também se organizaram e participaram ativamente das mobilizações em favor das Reformas de Base, como os estudantes e os militares subalternos (sargentos, marinheiros etc.). Salienta-se que, do ponto de vista ideológico, o nacionalismo de esquerda exerceu uma inequívoca influência nas mobilizações em que, frequentemente, a própria dominação burguesa era posta em questão”.

A pressão sofrida pelo presidente João Goulart foi resultado da ação de vários setores sociais nacionais e internacionais, assustados com a possível tendência comunista de seu governo. A ação dos latifundiários, da burguesia interna e externa, das forças armadas, de setores da Igreja Católica e, ainda, dos norte-americanos, tendo em vista o enquadramento do Brasil na política internacional da Guerra Fria, foram determinantes para provocar a renúncia do então presidente. A UNE, por sua vez, manifestou-se de forma enérgica diante de tais acontecimentos: “buscou agir rapidamente decretando greve geral dos estudantes, deslocando sua diretoria para o Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista, e pronunciando-se através da ‘Rede da Legalidade’” (SANFELICE, 1986, p. 19). Sem obter grandes resultados, a UNE nada pôde fazer contra um fato que parecia já estar consumado, isto é, a implantação do Regime Militar no Brasil.

Durante esse período, o país foi “sacudido” pelos movimentos estudantis, que apresentavam uma longa pauta de reivindicações. O governo reagiu com força e brutalidade às ações dos estudantes, quase sempre considerados rebeldes e subversivos pelas autoridades militares. Ademais, tratou-se de um tempo de lutas por parte dos jovens estudantes brasileiros, por isso, faz-se necessário um olhar atencioso acerca dos fatos que marcaram essa época²⁴.

2.6 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO REGIME MILITAR

Após empreender uma luta vã contra a “Revolução de 1964”, o movimento estudantil sofreria alguns meses depois o seu maior golpe: a Lei Suplicy de Lacerda²⁵. Essa lei representou, na prática, uma ação determinada do governo militar com o objetivo de frear a ação do movimento estudantil no país, uma vez que, conforme relatado anteriormente, foi uma das primeiras e mais veementes vozes a levantar-se contra a instauração do Regime Militar no Brasil.

Nas palavras de Poerner (2004),

A lei visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las

²⁴ Vale ressaltar, entretanto, que não foram os estudantes os únicos ativistas, muito menos as únicas vítimas do Regime Militar, ao contrário, foram apenas mais um dentre muitos segmentos sociais a sofrer as consequências da Ditadura. Os Atos Institucionais decretados pelo governo militar a partir de 1964 (principalmente o AI-5, de 1968) implantaram uma verdadeira retaliação aos opositores: extinção de partidos políticos, cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, além da perseguição a intelectuais, artistas, líderes de movimentos sociais (urbanos e rurais), enfim, quaisquer pessoas ou segmentos contrários à política do Regime. A respeito, ver Germano (1994) e Skidmore (1982).

²⁵ Cf. nota de rodapé 13, na página 19 deste trabalho.

em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação. (POERNER, 2004, p. 212).

No entanto, a Lei Suplicy acabou por fomentar ainda mais os ânimos dos estudantes, tornando-se mais uma das inúmeras “bandeiras de luta” do movimento estudantil durante o Regime Militar, como já haviam se tornado também a ausência de democracia, as atitudes autoritárias e repressivas do governo e a interferência dos Estados Unidos nos mais diversos setores da política econômica brasileira, dado o contexto da Guerra Fria. Note-se que a interferência dos Estados Unidos no Brasil foi além da esfera política, estendendo-se à educação. Foram duas as principais formas pelas quais os americanos disseminaram seu poder e influência pelo mundo no século XX, principalmente durante a Guerra Fria: pelas armas e/ou pela ideologia. No Brasil, predominou a ação ideológica, sobretudo através da educação. Desde o final dos anos de 1940 do século XX, os Estados Unidos começaram a se interessar pela educação em nosso país, passando a intervir diretamente através dos acordos MEC-USAID²⁶, por meio dos quais os Estados Unidos pretendiam consolidar a dominação ideológica e cultural sobre o Brasil (SANFELICE, 1986; GERMANO, 1994).

Sanfelice (1986) afirma que os estudantes passaram a sair às ruas em passeatas contra a Lei Suplicy e contra os acordos MEC-USAID, que visavam à reformulação da universidade brasileira. As manifestações constavam de greves, passeatas, invasões a prédios públicos, especialmente aqueles ligados à educação. Segundo o autor, tais ações eram aplaudidas por populares, que saudavam os estudantes com chuva de papel picado do alto de seus edifícios. Assim, por meio dessas lutas, o movimento estudantil acabou adquirindo prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Como consequência dessa ação coordenada do movimento estudantil, até então predominantemente universitário, suas fileiras foram acrescidas com a participação não menos fervorosa dos estudantes secundaristas, solidários às causas defendidas pelos universitários e também contrários às ações dos militares. Não queremos dizer, por outro lado, que os secundaristas não haviam participado da vida política nacional em momentos anteriores, mas que, sobretudo nesse período, suas atenções e ações redobraram-se em função da situação pela qual passava o Brasil. Ao referir-se às passeatas realizadas pelos estudantes no ano de 1966, Poerner (2004) aponta duas novidades:

A participação maciça — e mesmo majoritária — de secundaristas, que formavam uma verdadeira ‘linha dura’ do movimento, com um radicalismo e uma disposição

²⁶ Os acordos assim denominados foram aqueles realizados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

que chegavam a assustar os universitários. Quantitativamente, os secundaristas (1.819.000, segundo o censo escolar de 1964) eram muito mais importantes do que os universitários (137 mil, pelo mesmo censo). Além disso, eles não padeciam do medo de se ‘queimar’, que acometia muitos universitários quando, às vésperas da formatura, começavam a se preocupar com a conquista de um lugar ao sol na sociedade que tanto combateram. A crescente participação secundarista era, sob esse prisma, bastante promissora, pois indicava que um número cada vez maior de jovens tendia a se integrar na luta pela emancipação nacional e social. Ela demonstrava também, no mais alto grau, o caráter de generosidade e sadia inquietação da juventude brasileira. (POERNER, 2004, p. 258-259).

A dinâmica social brasileira, nesse momento, apresentava-se da seguinte maneira: quanto mais aumentava a repressão da Ditadura, mais intensas, proporcionalmente, ficavam as manifestações contrárias ao Regime que, como vimos, partiam de diversos setores da sociedade. O ano de 1968 é considerado um marco na história das lutas sociais. As manifestações estudantis em Paris, os movimentos anti-guerra nos Estados Unidos e a utopia pela democracia em Praga mudaram valores e conceitos até então arraigados na sociedade. No Brasil, esse ano foi marcado pela luta contra a Ditadura Militar, representando, também, um marco na história dos movimentos sociais do país. No entanto, as “rebeliões de 1968” foram apenas a culminância das atribulações de um novo tempo, que se anunciara no decorrer da década de 1960 em quase todo o mundo, o tempo da contestação.

De 1960 a 1969, em cada ano desta década, em cada um dos cinco continentes, em quase todos os 145 países de vários sistemas políticos, o mundo conheceu a rebelião dos jovens. Ao lado das guerras — e mais do que o sexo —, as manchetes dos jornais falaram da odisséia de 519 milhões de inconformados. Mutantes da nova “era oral e tribal em dimensões planetárias, produzida pelas comunicações de massa”, segundo Marshall McLuhan, os jovens entre 15 e 24 anos — um sexto da população da terra — são ao mesmo tempo mito e desmistificadores da sociedade. Consumindo e consumidos, contestando e contestados, eles lutaram com todas as armas para destruir o velho e impor o novo. [...] a revolta juvenil não é peculiaridade desta década, mas agora ela deixou de ter simples motivações psicológicas (não mais uma “crise de adolescência”) para ganhar componentes sociológicos novos e se constituir em problema social. [...] de eterna ameaça romântica e simbólica eles passaram a destruidores radicais de tudo o que está estabelecido e consagrado: valores e instituições, idéias e tabus. (VENTURA, 1969, p. 13).

Esse espírito revolucionário que pairou sobre vários países em todo o mundo no pós-guerra, principalmente na década de 1960, alterando costumes, crenças, valores e comportamentos de uma geração, foi intensificado sobremaneira pelo crescimento urbano e pela popularização dos meios de transporte e de comunicação de massa. Todavia, os movimentos estudantis tiveram características e objetivos diferentes, em conformidade às regiões onde eclodiram. “Os jovens dos países socialistas reivindicavam liberdade política, enquanto os dos países industrializados do Ocidente contestavam a civilização de consumo

que aliena o homem. No terceiro mundo, a luta é pela liberdade econômica” (VENTURA, 1969, p. 22).

No Brasil, as lutas excederam as questões puramente econômicas. Em 1968, as forças contrárias ao Regime Militar sofreram mais um golpe: a implantação do Ato Institucional nº 5, (AI-5)²⁷, que implantava definitivamente a Ditadura Militar no país. Ao lado do AI-5, a morte do estudante secundarista Edson Luís quando jantava no restaurante estudantil do calabouço, em 28 de março daquele ano, no Rio de Janeiro, provocou manifestações de repúdio aos militares em todo o Brasil, deixando marcas profundas na história do país. Em protesto contra o assassinato do estudante, milhares de pessoas foram às ruas nas principais cidades do país para se manifestar contra a opressão. As mais famosas e importantes foram realizadas no Rio de Janeiro, em 26 de junho e 4 de julho de 1968, tornando-se conhecidas como as Passeatas dos Cem Mil.

Desse modo, o movimento estudantil, que vinha agindo na ilegalidade desde 1964 em função da Lei Suplicy de Lacerda, praticamente esfacelara-se a partir do AI-5. Os estudantes tiveram que encontrar novas estratégias para empreender lutas consistentes contra o Regime. Uma das principais alternativas foi a radicalização total, ao ponto de integrarem grupos armados contra o governo. De acordo com Sanfelice (1986) e Mendes Júnior (1981), foi assim na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca, na Ação Libertadora Nacional (ALN), que tinha à frente Carlos Marighella, e em um grupo vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), responsável pela guerrilha do Araguaia, em que participaram ativamente membros do movimento estudantil.

Os militares, preocupados com as consequências que poderiam advir dessas rebeliões, agiram com “mãos de ferro”, reprimindo todas e quaisquer manifestações contrárias a seu governo. Poerner (2004) observa que

[oito] meses depois, em agosto de 1969, 370 pessoas já haviam sido identificadas como envolvidas em ações armadas e assaltos políticos, das quais cerca de 200 detidas e 128 qualificadas na Justiça Militar, segunda a Veja. Quase todos tinham entre 20 e 25 anos; somente cinco mais de 30. Quanto ao setor de atividades de que provieram, 38,5% eram estudantes [...]. (POERNER, 2004, p. 276).

Além das questões políticas, incorporadas pelo movimento estudantil como uma das principais bandeiras de luta, as reivindicações pela melhoria das universidades, por mais vagas e melhor qualidade no ensino não foram interrompidas. Os recursos destinados à

²⁷ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. Tratava-se de um Decreto emitido pelo Regime Militar, durante o governo Costa e Silva, que implementou inúmeras medidas autoritárias. (Cf. BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm> Acesso em: jan. 2009)

educação começaram a diminuir gradativamente após a implantação da Ditadura Militar²⁸. A pressão dos estudantes sobre o governo para reverter tal situação desencadeou inúmeras manifestações de rua, o que fez com que o governo militar, através do MEC, buscasse

[...] estimular, estabandamente, a proliferação de cursos superiores, provocando, nos anos 70, a quadruplicação do número de alunos que se expandia a taxas anuais superiores a 20%. Em 1970, havia 500 mil universitários no Brasil; em meados da década, mais de um milhão. Ao mesmo tempo, se ampliou o número de matrículas em faculdades particulares, que representavam 40% do total no ensino superior, em 1958, e 80%, em janeiro de 1976. Segundo levantamento do próprio MEC, os estabelecimentos isolados de ensino superior haviam registrado, de 1966 a 1976, um crescimento de 983%, com ênfase nos cursos de Direito, Economia e Pedagogia. Resultado: o problema dos excedentes foi transferido para o mercado de trabalho, com excesso de oferta (mal-formada) em muitas áreas. (POERNER, 2004, p. 284).

Como se pode ver, o problema não foi totalmente resolvido, basicamente, em função de dois fatores. Primeiro, porque o ensino de qualidade, objeto de reivindicação dos estudantes, não resistiu ao aumento das vagas criadas pela política educacional do governo militar. Segundo, porque o Brasil não estava estruturalmente preparado para receber esse surto crescente de profissionais liberais que, aos poucos, ingressavam no mercado de trabalho. Tais fatores, sem dúvida, comprometeram a qualidade da educação no Brasil, tendo deixado marcas negativas profundas que ainda se sentem nos dias atuais.

Depois das atribuições que contribuíram para a desagregação das entidades estudantis no final da década de 1960, houve um longo período de silêncio, consequência do autoritarismo do Regime. No entanto, apesar de não haver mais condições plausíveis para a continuidade dos movimentos estudantis, ações isoladas ainda persistiram por período considerável. Nesse sentido, vale destacar

[...] os protestos contra a presença no Brasil de Nelson Rockefeller, em 1969; os atos pelo transcurso do segundo aniversário da morte de Edson Luís, em 1970; as denúncias de prisões por diretórios e centros acadêmicos do Rio e de São Paulo, em 1972; as manifestações contra a prisão, tortura e assassinato pela Oban, em São Paulo, do estudante de Geologia Alexandre Vannucchi Leme, que culminaram com missa celebrada pelo cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns na Catedral da Sé, com participação de quatro mil pessoas, em 1973; a criação de um Comitê de Defesa dos Presos Políticos, na USP, em 1974; as greves em vários Estados, sobretudo na Bahia e em São Paulo, com destaque para a deflagrada na USP, em outubro, após o assassinato, no DOI-Codi paulista (ex-Oban), do professor e jornalista Vladimir Herzog, em 1975; a fundação do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, na USP; a

²⁸ De acordo com Poerner (2004), de cada 1.000 crianças brasileiras, apenas 517 (cerca de 52%) obtinham matrícula na primeira série primária e somente 40 logravam terminar o curso elementar. Destas, só 27 se matriculavam, em 1968, no curso ginasial, e apenas 11,5 concluíam esse primeiro ciclo secundário. Das 11,5, apenas 5,5 terminavam o segundo ciclo secundário e somente 2,3 conseguiam ingressar num curso superior, sem garantias de conclusão. Enquanto isso, as verbas orçamentárias consignadas à educação continuavam a decrescer, já sendo, à época, as mais baixas das Américas, inferiores até mesmo às do Haiti: 11% em 1965, 9,7% em 1966, 8,7% em 1967, 7,4% em 1968 e apenas 7% em 1969.

realização do 1º e do 2º Encontro Nacional de Estudantes (ENE), em São Paulo, e a campanha nacional pelo voto nulo, em 1976. (POERNER, 2004, p. 279).

Somente em 1977, os estudantes voltavam às ruas reforçando e intensificando a luta contra a Ditadura. Na pauta de protestos, suas principais reivindicações eram o aumento de verbas para a Universidade, o rebaixamento da anuidade no ensino superior particular, a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários, a defesa do ensino público e gratuito, a revogação das punições impostas a colegas, o fim da aplicação indiscriminada da pena de jubramento aos estudantes de menor rendimento e a libertação de colegas presos. Dois anos mais tarde, a essa pauta ainda seriam acrescentadas a proteção à Amazônia, a criação de uma assembléia nacional constituinte “livre, soberana e democrática” e a permissão para filiação das entidades de base a UNE.

Entretanto, a reconstrução da UNE, extinta em 1964 pela Lei Suplicy de Lacerda, só foi possível em maio de 1979, após o 31º Congresso realizado na Bahia, acompanhando o processo de flexibilização do Regime Militar, consequência, dentre outros fatores, da revogação do AI-5. Posteriormente, também foram revogados os Decretos-lei 228²⁹ e 477³⁰ e ainda anulados os artigos 38 e 39 da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que impediam a organização estudantil. Segundo Poerner (2004), mesmo não sendo reconhecida pelo governo, a UNE foi a primeira entidade de massa a se reestruturar.

Em consonância com o soerguimento da UNE no final da década de 1970, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), de longa tradição, também começava a sair do anonimato, sendo reconstruída a partir do 1º Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas, em novembro de 1979, em Belo Horizonte.

Assim, enquanto iniciava-se o processo de flexibilização do Regime Militar, o movimento estudantil, por meio de suas entidades representativas, voltava a militar no país, não mais na clandestinidade, mas agora de forma legalmente reconhecida pelo poder público.

²⁹ Decreto-lei denominado de Suplicy-Aragão, em que se desdobrava em 28 de fevereiro de 1967, ainda no governo Castelo Branco, a Lei Suplicy de Lacerda, prevendo até a punição de reitores que não reprimissem atos de indisciplina ou atos “subversivos” dos alunos. (Cf. BRASIL. Decreto-lei nº 0228, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do>>. Acesso em: jan. 2009).

³⁰ Editado em 26 de fevereiro de 1969, esse decreto-lei sancionava penalidades de caráter administrativo-penal, como demissões e expulsões, à margem de consideração judicial, para professores, alunos ou funcionários de estabelecimentos de ensino público ou particular que colaborassem com greves, portassem “material subversivo de qualquer natureza”, etc. Desse modo, estudantes considerados subversivos ficavam proibidos de se matricular em qualquer escola durante pelo menos três anos. (Cf. BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm>. Acesso em: jan. 2009)

3 A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA EM PATOS DE MINAS/MG

3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ESCOLA PATENSE

Conforme assinalado anteriormente, os primeiros ensaios de inconformismo e contestação dos estudantes brasileiros à ordem vigente ocorreram no período colonial. Ainda que não se possa caracterizá-los, devidamente, como movimento, conforme observa Poerner (2004), por tratar-se de ações isoladas e transitórias, começava a delinear-se o poder de ação e reação dos estudantes desse país. Portanto, para compreendermos melhor as ações estudantis e a constituição do movimento estudantil de Patos de Minas, faz-se necessário conhecer o processo de ocupação da região, bem como as experiências e os projetos educacionais instituídos no município ao longo dos séculos XIX e XX.

Mello (1971) afirma que o povoamento dessa região ocorreu somente a partir de 1737, quando foram doadas as primeiras sesmarias aos abridores de picadas, por onde passavam as bandeiras³¹. O povoado que se formou à beira da Lagoa dos Patos tornou-se distrito em 1832, vila em 1866, e finalmente adquiriu municipalidade própria em 1892³². No entanto, a condição de município não garantiu o progresso imediato à região. Distante dos principais centros urbanos, a pequena e pacata Patos de Minas ficava quase sempre alheia às novidades do “mundo moderno”, sofrendo com a precariedade dos meios de comunicação e transporte típicos da época.

No que diz respeito especificamente à educação, às dificuldades mencionadas acima somavam-se também a falta de professores qualificados e a indisposição destes para se deslocar dos grandes centros às pequenas cidades do interior. Desse modo, tendo em vista a extensão da província e a dificuldade e/ou falta de interesse do poder público em garantir educação aos cidadãos patenses, prevaleceu no interior do estado, durante esse período, escolas particulares organizadas e financiadas pelos fazendeiros ou líderes locais, cujo objetivo era apenas o ensino das primeiras letras. Quando não se conseguia mestres nas cidades, recorria-se a indivíduos de grande sabedoria popular na região para lecionar nessas

³¹ Segundo Mello (1971), a primeira bandeira passou pelas terras patenses em 1670 e era chefiada por Lourenço Castanho Taques.

³² Conforme descreve Mello (1992), a antiga povoação “Os Patos” tornou-se o distrito de “Santo Antônio de Patos da Beira do Rio Paranaíba” em 17 de janeiro de 1832. Posteriormente foi elevado à condição de Vila em 30 de outubro de 1866, recebendo o nome de Vila de Santo Antônio dos Patos. Apenas em 1892, através da lei nº 23 de 24 de maio do referido ano, o Presidente Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira elevou Patos de Minas à categoria de cidade.

escolas. Todavia, tanto os primeiros quanto os segundos eram geralmente dotados de pouca qualificação técnica, o que comprometia a qualidade do ensino. Segundo Brito (1999), até a década de 1930 praticamente só havia essa modalidade de ensino na zona rural.

Em Patos de Minas as ações estudantis não acompanharam historicamente a dinâmica nacional, uma vez que foi somente em meados do século XIX que o ensino formal começou a ser timidamente implantado no município³³.

Atendendo a uma solicitação da Câmara Municipal de Patrocínio, de 2 de abril de 1853, o Governo da Província criou, em 7 de maio do mesmo ano, a cadeira de instrução primária do 1º grau no Arraial de Santo Antônio de Patos. Foi a primeira escola pública do futuro município de Patos de Minas. Em 3 de outubro de 1854 foi nomeado o primeiro professor: Francisco de Paula e Sousa Bretãs. [...] Em 1882 criou-se a escola para o sexo feminino com a nomeação da professora Maria Clara da Conceição. Ainda no século XIX, já nos seus crepúsculos, veio a primeira escola particular dirigida pela inglesa D. Eliza Smith. (MELLO, 1992, p. 79).

De acordo com Mello (1971), na primeira década do século XX funcionavam em Patos de Minas aproximadamente quatro escolas primárias. Uma delas era particular e se ocupava de instrução em grau um pouco superior ao primário e também do ensino de piano para moças. Em 1912, esse número dobrou conforme informa Fonseca (1974):

[...] quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mixta, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época, funcionavam quatro escolas particulares, sendo duas do sexo masculino com 31 alunos, uma do feminino com 23 alunas, e uma mixta com 39 alunos e 24 alunas. [sic]. (FONSECA, 1974, p. 134).

Ao todo eram oito escolas e um total de 318 estudantes, entre alunos e alunas (estas em menor número). Quatro delas, que acreditamos serem públicas, possuíam um total de 201 matrículas. As outras quatro, particulares, contavam com 117 matrículas. Posteriormente, Mello (1971) apresenta um relativo crescimento do número de educandários no município. Segundo ele, o jornal *O Município de Patos de Minas*, organizado por Agenor Dias Maciel,

³³ Segundo Fonseca (1974, p. 123), as primeiras informações em relação ao ensino na região datam de 1825, na comunidade de Sant'Ana da Barra do Espírito Santo: "Em formação das Escolas e Estabelecimentos literários q. por Ofício do Ilmo. Corregedor desta Comarca em viou o Ilmo. Juiz Ordinário deste termo do Araxá = Em formação: neste Districto na ocasião presente se acha hua escola de' primeiras letras com o número de sete discipulos, estes pagos e mantidos por seus pais ou por outras pessoas particulares, e nada a cargo da Fazenda Publica. É o que posso em formar. Hoje Coartel de Sant'Anna da Barra do Espírito Sancto, 18 de fevereiro de 1825 = Luiz Manoel Leite, Comandante do Districto" [sic]. Em 1825, Sant'Ana da Barra do Espírito Santo (atual distrito de Santana de Patos, pertencente ao município de Patos de Minas), era apenas um povoado; só adquiriu a condição de distrito em 1827, pertencendo ao termo de Araxá. Patos de Minas, em 1825, era apenas uma fazenda particular, de propriedade de Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua mulher Luíza Correia de Andrade. A escritura de doação de uma "sorte de terras ao glorioso Santo Antônio a fim de se lhe edificar um templo e também para cómodo dos povos" está datada de 19 de julho de 1826 e foi lavrada na fazenda "Os Patos". (Mello, 1992).

em 1915, noticiava o seguinte: “Instrução pública primária é ministrada no Município por 10 escolas estaduais de ambos os sexos”. (Mello, 1971, p.191).

Tais números representam um esforço das lideranças locais em instituir uma educação que atendesse às necessidades básicas da população e denotam também uma presença maior e mais efetiva da iniciativa pública nas questões educacionais do município. Mello (1971) e Fonseca (1974), buscando mapear as instituições de ensino que passaram a compor o cenário educacional de Patos de Minas durante as duas primeiras décadas do século XX, listam o nome de seis escolas, todas no distrito sede³⁴. Dentre elas, apenas três ofereceram temporariamente³⁵ ensino de nível secundário³⁶ (Tabela 4).

Tabela 4

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Atheneu	1906	Extinção não identificada	Secundário (Anos iniciais) ³⁷
Instituto Patense – Ginásio Patense	1914	Extinção não identificada	Secundário (Anos iniciais)
Escola particular de curso primário	1916	Extinção não identificada	Primário
Colégio São Geraldo	1916	Extinção não identificada	Não identificado
Cursos Primário e Secundário	1917	Ofereciam ensino particular de humanidades. Extinção não identificada	Primário e Secundário (Anos iniciais)
Escola Estadual “Marcolino de Barros”	1917	Criada em 23/12/1913, mas instalada apenas em 1917. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ³⁸

Possivelmente, como resultado desse quadro, Fonseca (1974) aponta que, conforme acusou o recenseamento de 1920, o número de mulheres que sabiam ler e escrever — isto é, que eram alfabetizadas, segundo o autor — no município era bastante significativo (Tabela 5):

³⁴ O distrito sede correspondia apenas ao núcleo urbano da cidade de Patos de Minas.

³⁵ Das instituições dispostas na Tabela 4, com exceção da Escola Estadual “Marcolino de Barros”, todas foram extintas, não havendo registros quanto aos anos em que elas cancelaram suas atividades.

³⁶ O Ensino Secundário diz respeito aos quatro anos finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série do antigo 1º grau) e o Ensino Médio (antigo 2º grau), conforme designação prevista na LDB de 1996, que divide a educação básica em ensino fundamental e ensino médio.

³⁷ O Atheneu era um estabelecimento destinado ao ensino de matérias dos anos iniciais do ensino secundário.

³⁸ A extensão dos anos iniciais do ensino secundário ocorreu, nessa instituição, a partir de 1980 e a dos anos finais em 1984.

Tabela 5

Distritos	Quantidade de mulheres que sabiam ler e escrever
Sede	1.088
Dores do Areado	262
Sant' Ana	754
Santa Rita	615
Lagoa Formosa	348
Total³⁹	3.067

Fonseca (1974) não apresentou dados em relação ao sexo masculino, impossibilitando uma análise mais completa da situação. Entretanto, esses números deixam clara a existência de um público estudantil considerável já nos primeiros anos do século XX.

Em seguida mais oito instituições de ensino foram criadas no distrito sede, dentre as quais, outras quatro também ofereceram o ensino secundário — das quais, duas com anos iniciais, extintas prematuramente, e duas com ensino secundário completo (Tabela 6), conforme relatam Mello (1971) e Fonseca (1974).

Tabela 6

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Instituto Sul-Americano	1929	Extinta em 1932, quando passou a servir de núcleo formador da Escola Normal Oficial .	Secundário (Anos iniciais)
Escola Dona Madalena Maria	1929	Instituição privada, extinta em 1973.	Primário
Instituto Santa Terezinha	1929	Extinta entre os anos de 1931 e 1932.	Primário
Colégio Regina	1930	Extinta em 1931.	Secundário (Anos iniciais)
Escola Normal Oficial	1932	É o mais antigo estabelecimento de Ensino Médio do distrito sede de Patos de Minas. Atualmente encontra-se em funcionamento, com o nome de E. E. “Prof. Antônio Dias Maciel” .	Primário e Secundário completo
Escola de Dona Tiola	1938	Instituição privada. Extinção não identificada.	Não identificado

³⁹ Os distritos de Sant' Ana e Dores do Areado ainda fazem parte do município de Patos de Minas, sendo porém atualmente designados pelos nomes de Santana de Patos e Chumbo, respectivamente. Curiosamente, a população não aceitou muito bem o nome oficial do distrito de Chumbo, ainda se referindo ao lugar como Areado. Os distritos de Santa Rita e Lagoa Formosa acabaram se desligando de Patos de Minas no decorrer do século XX, adquirindo municipalidade própria: o primeiro, sob o nome de Presidente Olegário em 1938, e o segundo, mantendo o nome original, Lagoa Formosa, em 1962.

Tabela 6. Continuação.

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Ginásio Municipal de Patos	1939	Posteriormente denominado de Ginásio Benedito Valadares . Autorizado a funcionar em 1940, criou-se em 1947 o curso normal. Em 1948 , o Ginásio passou a designar-se Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Graças . O segundo mais antigo estabelecimento a oferecer Ensino Médio na cidade. Instituição privada, atualmente encontra-se em funcionamento, com o nome de Colégio Nossa Senhora das Graças .	Secundário completo
Escola Nossa Senhora de Lourdes	1943	Extinta em 1946.	Primário

Fonte: Mello (1971) e Fonseca (1974).

Fora do distrito sede do município⁴⁰, nesse período, foram dados os primeiros passos rumo à disseminação do ensino formal, ou melhor, da escola moderna. Nessa perspectiva, foram criadas cinco escolas, dentre as quais, apenas uma possuía o ensino secundário, oferecendo os anos finais (Tabela 7).

Tabela 7

Instituições	Origem	Localização/Observações	Nível de Ensino
Aprendizado Agrícola de Patos ⁴¹	1910	Localizado na Fazenda Limoeiro é o mais antigo estabelecimento de ensino secundário fora do distrito sede de Patos de Minas. Extinção não identificada.	Secundário (Anos finais)
Escola Estadual Juca Mandú	1934	Distrito de Santana de Patos. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁴²
Escola Agrícola do Sertãozinho	1946	Povoado de Sertãozinho. Extinção não identificada.	Não identificado
Escola Estadual João Barbosa Porto	1948	Distrito de Bom Sucesso. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁴³

⁴⁰ Fora do distrito sede estavam os demais distritos, vilas/povoados, bem como a zona rural do município.

⁴¹ O Atheneu (1906), o Aprendizado Agrícola de Patos (1910) e o Instituto Patense – Ginásio Patense (1914) podem estar entre as 10 escolas existentes até 1915, citadas por Mello (1971).

⁴² A extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu, nessa instituição, a partir de 1980 e a extensão para os anos finais em 2004.

⁴³ A extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu, nessa instituição, a partir de 1981 e a extensão para os anos finais em 2002.

Tabela 7. Continuação.

Instituições	Origem	Localização/Observações	Nível de Ensino
Escola Estadual de Boaçara	1949	Povoado de Boaçara. Atualmente encontra-se em funcionamento, com classes multisseriadas.	Primário

Fontes: Mello (1971) e Fonseca (1974).

A preocupação com a educação formal, que levou ao aumento do número de escolas no decorrer das décadas de 1930 e 1940, inseriu-se no contexto marcado pelo início do processo de urbanização do país. A educação formal e a urbanização eram sinônimos da modernidade que a ciência e a técnica anunciavam. O êxodo rural, consequência dessa nova dinâmica, ocorreu de forma simultânea e ascendente nas três esferas do poder: municipal, estadual e federal, como se pode perceber nas Tabelas 8 e 9 a seguir.

Tabela 8

ANO 1940	POPULAÇÃO			
	Rural	Suburbana⁴⁴	Urbana / % do total	Total
Patos de Minas	43.250	2.405 / 4,5%	7.578 / 14,2%	53.233
Minas Gerais	5.043.376	519.875 / 7,7%	1.213.165 / 18%	6.729.531
Brasil	28.356.133	3.690.447 / 8,9%	9.189.735 / 22,3	41.165.289

Fonte: IBGE – Belo Horizonte

Tabela 9

ANO 1950	POPULAÇÃO			
	Rural	Suburbana	Urbana / % do total	Total Geral
Patos de Minas	49.193	4.727 / 7,3%	10.324 / 21%	64.244
Minas Gerais	5.397.738	890.160 / 11,5%	1.429.894 / 26,5%	7.717.792
Brasil	33.161.506	5.825.348 / 11,2%	12.957.543 / 39%	51.944.397

Fonte: IBGE – Belo Horizonte

Portanto, em 1950, a população de Patos de Minas era predominantemente rural, com apenas 21% das pessoas residindo no distrito sede do município. Já nos níveis estadual e

⁴⁴ A pesquisa do IBGE que finalizou o resultado para os anos de 1940 e 1950 foi atípica, pois incluiu um “meio termo” entre rural e urbano denominado “suburbano”, que correspondia às sedes distritais. É necessário ressaltar que os distritos, por localizarem-se distantes da sede do município, ficavam alheios às benesses da cidade, estando, portanto, pelo menos naquela época, mais próximos à realidade rural.

federal, os índices eram bem superiores (26,5% e 39% respectivamente), o que acusa um atraso de Patos de Minas em relação ao processo de urbanização pelo qual passava o estado de Minas Gerais e o Brasil. Nas duas últimas décadas da primeira metade do século XX, a realidade educacional dos *indivíduos acima de cinco anos* em Patos de Minas, em Minas Gerais e no Brasil era a descrita nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10

ANO 1940	Sabem ler e escrever (Alfabetizadas) ⁴⁵		
	População	% do Total	Não sabem ler e escrever
Patos de Minas	43.940	10.546 / 24%	33.394
Minas Gerais	5.656.726	1.868.515 / 33%	3.758.878
Brasil	34.796.665	13.292.605 / 38,2%	21.295.490

OBS: Em Patos de Minas, em 1940, 23 pessoas não declararam instrução. Em Minas Gerais, em 1940, 29.333 habitantes não declararam instrução. No Brasil, em 1940, 208.570 pessoas não declararam instrução.

Fonte: IBGE – Belo Horizonte

Tabela 11

ANO 1950	Sabem ler e escrever (Alfabetizadas)		
	População	% do Total	Não sabem ler e escrever
Patos de Minas	52.963	19.268 / 36,3%	33.666
Minas Gerais	6.438.907	2.461.921 / 38,2%	3.969.443
Brasil	43.573.517	18.588.722 / 42,6%	24.907.596

OBS: Em 1950, em Patos de Minas, 29 pessoas não declararam instrução. Em Minas Gerais, foram 7.543 e em nível nacional, 77.199.

Fonte: IBGE – Belo Horizonte

Em Patos de Minas, como se pode observar nas tabelas acima, enquanto a população aumentou 20,5% de 1940 a 1950, a quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever teve um aumento bem maior, de 82,7% no mesmo período. Em Minas Gerais, o aumento populacional e de pessoas alfabetizadas, proporcionalmente, foi menor que em Patos de Minas, mas os números totais eram melhores: no decorrer de uma década, a população cresceu 13,8% e a quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever aumentou 31,7%. No Brasil, o percentual de pessoas alfabetizadas era maior que o de Minas Gerais e de Patos de Minas: no período

⁴⁵ Segundo Romanelli (1999), até 1950 era considerada alfabetizada a pessoa que simplesmente respondesse afirmativamente à pergunta: “Sabe ler e escrever”? Em caso de dúvida, era exigido que a pessoa inquirida assinasse seu nome. Nas pesquisas seguintes, foram consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, o que conferiu maior rigor aos dados.

referido, a população cresceu 25,2% e a quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever aumentou 39,8%.

Em termos estatísticos, podemos dizer que Patos de Minas apresentou os maiores índices de crescimento da população alfabetizada entre os anos de 1940 e 1950. Mesmo assim, o número de pessoas que sabiam ler e escrever no município era bastante inferior aos de Minas Gerais e do Brasil. No entanto, nas duas décadas subsequentes, essa realidade seria invertida.

No decorrer da década de 1950, houve um crescimento significativo do número de instituições educacionais que ofereciam o ensino secundário no município. No meio urbano, das oito escolas criadas, quatro também ofereciam essa modalidade de ensino, dentre as quais, três com ensino secundário completo e uma com apenas os anos finais do ensino secundário (Tabela 12).

Tabela 12

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Escola Estadual Santa Terezinha	1952	Originou-se das escolas reunidas, instaladas na cidade em 1947. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁴⁶
Escola Estadual Professor Modesto	1953	Instalada em 1954. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁴⁷
Escola Técnica de Comércio Pio XII	1956	Instituição privada. Posteriormente, em 1958 , passou a denominar-se Colégio Comercial Sílvio de Marco . Extinta em 1985.	Secundário (Anos finais) ⁴⁸
Seminário Diocesano Pio XII ⁴⁹	1958	Atualmente encontra-se em funcionamento, oferecendo apenas os anos finais do ensino secundário.	Secundário (Anos finais)
Grupo Escolar Cônego Getúlio ⁵⁰	1958	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário

⁴⁶ A extensão para as séries de 5ª a 8ª ocorreu a partir de 1986 nessa instituição.

⁴⁷ Essa instituição ofereceu o ensino de 5ª, 6ª e 7ª séries entre os anos de 1976 e 1978.

⁴⁸ Nessa instituição, os anos iniciais do ensino secundário foram instituídos a partir de 1974.

⁴⁹ O Seminário Menor “Pio XII” foi oficialmente instalado no dia 02 de agosto de 1958, por Dom José André Coimbra, sendo que o primeiro reitor foi o monsenhor João José Perna, de nacionalidade uruguaia. O Seminário não era uma escola independente, oferecendo apenas complementação, uma vez que os seminaristas frequentavam as escolas de ensino regular.

⁵⁰ Criado em 08 de agosto de 1958 e instalado em 04 de novembro de 1958.

Tabela 12. Continuação.

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Colégio Municipal	1959	Instalado em 1960, oferecia o curso científico. Em 1964 , o colégio passou a responsabilidade do Estado com o nome de Colégio Estadual . A instalação se deu em 1965. A partir de 1971 passou a denominar-se Escola Estadual “Professor Zama Maciel” . Atualmente encontra-se em funcionamento.	Secundário completo
Escola Estadual Monsenhor Fleury	1959	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário
Ginásio Nossa Senhora de Fátima	1959	Instituição privada. Atualmente encontra-se em funcionamento, com o nome de Colégio Marista .	Secundário completo. ⁵¹

Fonte: Mello (1971) e Fonseca (1974).

De acordo com Mello (1971), fora do distrito sede também foram criadas mais nove escolas, entretanto, com exceção do Colégio Esperança, todas ofereciam apenas o ensino primário (Tabela 13).

Tabela 13

Instituições	Origem	Localização/Observações	Nível de Ensino
Escola Estadual Major Mota	1951	Distrito de Major Porto. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário e Secundário (Anos iniciais) ⁵²
Escola Estadual Major Augusto Porto	1952	Distrito de Chumbo (Areado). Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁵³
Escola Estadual José Paulo de Amorim	1955	Distrito de Pindaíbas. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁵⁴
Escola Estadual de Horizonte Alegre	1955	Distrito de Major Porto. Extinta em 1997	Primário

⁵¹ Até 1966, essa instituição atendia apenas os anos iniciais do ensino secundário; a extensão para os anos finais ocorreu a partir de 1967. Já a extensão para o ensino primário foi instituída apenas em 1983.

⁵² Apenas em 1969, quando recebia o nome de Ginásio Esperança, essa instituição teve a extensão para os anos iniciais do ensino secundário aprovada. No entanto, só iniciou suas atividades em 1970.

⁵³ Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1985 e para os anos finais em 1986.

⁵⁴ Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1985 e para os anos finais em 1986.

Tabela 13. Continuação.

Instituições	Origem	Localização/Observações	Nível de Ensino
Escola Estadual Joaquim das Chagas	1956	Povoado de Aragão. Extinta em 1980.	Primário
Escola Estadual de Alagoas	1956	Povoado de Alagoas. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁵⁵
Escola Estadual da Mata dos Fernandes	1956	Povoado de Arraial dos Fernandes. Extinta em 2002.	Primário
Escola Estadual do Ponto Chique	1956	Povoado do Ponto Chique. Extinta em 2001.	Primário
Escola Estadual Professora Zoraida Mendonça Pinheiro	1960	Povoado de Sertãozinho. Extinta em 1998.	Primário

No ano de 1960, a população nacional estava distribuída conforme se vê na Tabela 14.

Tabela 14

ANO 1960	POPULAÇÃO		
	Rural	Urbana / % do total	Total
Patos de Minas	60.083	37.203 / 38,2%	97.286
Minas Gerais	5.858.323	3.940.557 / 40,2%	9.798.880
Brasil	38.987.526	32.004.817 / 45,1%	70.992.343

Fonte: IBGE – Belo Horizonte.

Apesar de ainda possuir um percentual de habitantes no meio urbano menor que os de Minas Gerais e do Brasil, proporcionalmente, Patos de Minas acumulou os maiores índices de êxodo rural. O crescimento urbano do município na passagem da década de 1950 para 1960 foi um dos fatores determinantes para o aumento da escolarização — alfabetização — da população local, superando, inclusive os percentuais de Minas Gerais e do Brasil. O crescimento da cidade foi acompanhado da efervescência dos ideais de progresso e de modernidade e a educação era vista como meio de acesso a essa nova realidade. O êxodo rural, portanto, provocou uma mudança na configuração da sociedade patense. Após uma década, os dados que se apresentaram acerca da educação patense para *indivíduos acima de cinco anos* eram os apresentados na Tabela 15.

⁵⁵ Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1999 e para os anos finais em 2007.

Tabela 15

Ano 1960	População	Sabem ler e escrever (Alfabetizadas) / % do total	Não sabem ler e escrever	São estudantes / % do total
Patos de Minas	79.373	42.907 / 54,1%	36.466	14.641 / 18,4%
Minas Gerais	8.083.235	4.071.211 / 51,7%	4.008.627	1.248.286 / 15,5%
Brasil	58.997.981	31.362.783 / 53,1%	27.578.971	9.473.886 / 16%

Fonte: IBGE – Belo Horizonte.

Em Patos de Minas, a população aumentou 49,8%, em comparação ao ano de 1950, mas aumento ainda maior ocorreu entre as pessoas que sabiam ler e escrever: 122,6%. Note-se que, nesse recenseamento do IBGE, surgiu o índice *número total de estudante*, uma novidade na época, que permitiu observar dados mais precisos quanto à realidade educacional brasileira no ano de 1960. Dentre os 14.641 estudantes, 9.457 tinham entre 10 e 19 anos, ou seja, estavam nos limites de início e fim da educação secundária⁵⁶. Em 1960, Patos de Minas possuía uma população alfabetizada e um público de estudantes proporcionalmente maior que os de Minas e do Brasil.

Pontuamos as instituições de ensino criadas até o ano de 1960 apenas para facilitar as análises e comparações, haja vista que os dados do IBGE para população (rural e urbana) e alfabetização foram totalizados também neste ano. Entretanto, buscando fazer um retrato da realidade educacional em Patos de Minas até a data de fundação da UEP, 10 de fevereiro de 1958, conforme dados extraídos de Melo (1971) e Fonseca (1974), verificamos que foram criadas 40 escolas no município, assim caracterizadas:

Secundárias	Primárias	Distrito Sede	Fora do Distrito	Públicas	Privadas
9	31	27	13	34	6

A maioria dessas escolas teve vida efêmera. Até a fundação da UEP, havia apenas 13 estabelecimentos em efetivo funcionamento. As instituições de ensino existentes na época possuíam as seguintes especificidades:

⁵⁶ Para esta análise deve ser considerado o alto índice de repetência e evasão escolar no período (o que permitia que alunos maiores de 10 anos ainda cursassem o ensino primário), além dos alunos que, mesmo com 10 anos, e sem jamais ter repetido o ano ou evadido, estariam cursando o último ano do ensino primário. Havia também alunos entre 18 e 19 anos que já haviam concluído o ensino médio. Portanto, mesmo que o número real de estudantes secundaristas matriculados em Patos de Minas na década de 1960 não atinja os 9.457, é importante salientar o significativo público estudantil do município no período em questão.

Secundárias ⁵⁷	Primárias	Distrito Sede	Fora do Distrito	Públicas	Privadas
3	10	6	7	11	2

Foi em meio a esse cenário que emergiu, na cidade, a União dos Estudantes Patenses (UEP). Conforme art. 4º do seu Estatuto de criação,

É entidade de representação e coordenação dos Corpos Discentes de todos os estabelecimentos de Ensino Primário, Secundário e Médio da cidade, bem como dos estudantes de nível universitário, matriculados em Escolas Superiores de outras cidades, por aqui residentes, desde que comprovada a sua condição de estudante. (ESTATUTO..., 1958)

Atendendo a dinâmica dos acontecimentos, foram criadas mais 13 novas instituições de ensino no distrito sede do município, no decorrer da década de 1960 e início da década de 1970; entre essas escolas, seis ofereciam ensino secundário (sendo quadro com anos iniciais e duas com secundário completo) e uma oferecia ensino superior (Tabela 16).

Tabela 16

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Escola Estadual “Frei Leopoldo”	1963	Até 1963 funcionou como Escolas Reunidas “Monsenhor Fleury”. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁵⁸
Colégio “D. José Coimbra”	1963	Instituição privada. Extinto em 1985.	Secundário completo. ⁵⁹
Escola Estadual “Adelaide Maciel”	1964	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁶⁰
Escola Estadual “Cel. Osório Dias Maciel”	1965	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário Secundário (Anos iniciais) ⁶¹
Escola Estadual “Abner Afonso”	1965	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁶²

⁵⁷ As escolas secundárias eram as seguintes: Escola Normal Oficial (1932), pública, posteriormente denominada de E. E. “Professor Antônio Dias Maciel”; o Ginásio Municipal de Patos (1939), particular, cujo nome, anos depois, passou a ser Colégio Nossa Senhora das Graças; e a Escola Técnica de Comércio Pio XII (1956), particular, que teve o nome alterado para Colégio Comercial Silvio de Marco.

⁵⁸ O ensino primário foi municipalizado em 1998.

⁵⁹ Nessa instituição, a extensão para os anos finais do ensino secundário ocorreu a partir de 1970.

⁶⁰ Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1980 e para os anos finais em 1991.

⁶¹ Essa instituição recebeu da E. E. “Monsenhor Fleury” o curso complementar à 5ª série em 1969, e, em 1970, já contava também com a 6ª série. Funcionou assim até 1972, mais tarde, porém, voltou a oferecer apenas o ensino primário.

⁶² Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1982 e para os anos finais em 1987.

Tabela 16. Continuação.

Instituições	Origem	Observações	Nível de Ensino
Escola Estadual “Deiró Eunápio Borges”	1966	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁶³
Colégio Normal do Alto Paranaíba	1966	Instituição privada. Foi criado com o nome de Ginásio Experimental do Alto Paranaíba . Extinto em 1987.	Secundário completo ⁶⁴
Ginásio Presidente Kennedy	1968	Instituição privada. Em 1989 , passou a denominar-se Colégio Leonardo da Vinci . Atualmente encontra-se em funcionamento.	Secundário (Anos iniciais) ⁶⁵
Fundação Educacional e Beneficente do Alto Paranaíba – FEBAP. Fundação Universitária de Patos de Minas	1968	Instituições privadas. Fruto dos esforços de ambas Fundações, passou a funcionar a partir de 1970 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas . Posteriormente, foram integradas a ela uma série de outras faculdades e cursos. Atualmente encontra-se em funcionamento, como o nome de Universidade de Patos de Minas (Unipam) .	Superior
Escola Estadual “Professora Guiomar de Mello”	1971	Atualmente encontra-se em funcionamento.	Primário ⁶⁶
Colégio Fonseca Rodrigues	1971	Instituição privada. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Secundário (Anos iniciais) ⁶⁷
Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco”	1971	Também chamado de Colégio Polivalente , foi criado em 09/1971, mas iniciou suas atividades um pouco antes, em 08/1971. Atualmente encontra-se em funcionamento.	Secundário (Anos iniciais) ⁶⁸

Fonte: Mello (1971) e Fonseca (1974).

Fonseca (1974) relata que, até as vésperas da publicação de sua obra, Patos de Minas possuía, fora do distrito sede, 85 escolas municipais (que ofereciam o ensino primário)⁶⁹ e

⁶³ Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1989 e para os anos finais em 1992.

⁶⁴ Essa instituição surgiu oferecendo os anos iniciais do ensino secundário; a partir de 1968, passou a oferecer também os anos finais.

⁶⁵ Nessa instituição, a extensão para os anos finais do ensino secundário ocorreu a partir de 1982.

⁶⁶ Nessa instituição, a extensão para os anos iniciais do ensino secundário ocorreu a partir de 1980 e para os anos finais em 1987.

⁶⁷ Nessa instituição, a extensão para os anos finais do ensino secundário ocorreu a partir de 1972, já para o ensino primário, a extensão se deu somente em 1977.

⁶⁸ Nessa instituição, a extensão para os anos finais do ensino secundário ocorreu a partir de 1985, já para o ensino primário a extensão se deu somente em 1987.

⁶⁹ Com exceção das escolas localizadas nas sedes dos distritos, praticamente todas as demais funcionavam em regime multisseriado.

dois ginásios estaduais (ambos com os anos iniciais do ensino secundário), atendendo a uma significativa parcela da população campestre do município.

No decorrer da década de 1960, o Brasil consolidou-se como um país eminentemente urbano, uma vez que a maioria de sua população já se concentrava nas cidades. Patos de Minas chegou ao ano de 1970 com uma população urbana estatisticamente superior à de Minas Gerais e do Brasil, justificando, de certa forma, sua também superior taxa de alfabetização (Tabela 17).

Tabela 17

ANO 1970	POPULAÇÃO		
	Rural	Urbana / % do total	Total
Patos de Minas ⁷⁰	31.253	44.958 / 58,9%	76.211
Minas Gerais	5.422.365	6.063.298 / 52,7%	11.485.663
Brasil	41.037.586	52.097.260 / 55,9%	93.134.846

Fonte: IBGE – Belo Horizonte.

Quanto à escolarização nesse mesmo ano, verificam-se os dados apresentados na Tabela 18:

Tabela 18

Ano 1970	População ⁷¹	Sabem ler e escrever (Alfabetizadas) / % do total	Não sabem ler e escrever	São estudantes / % do total
Patos de Minas	64.582	41.527 / 64,3%	23.055	19.590 / 30,3%
Minas Gerais	9.792.192	5.769.124 / 58,9%	3.951.975	2.461.132 / 25,1%
Brasil	79.327.231	47.864.531 / 60,3%	30.718.597	20.015.719 / 25,2%

OBS: Em relação à população do Brasil, 744.103 habitantes não declararam

Fonte: IBGE – Belo Horizonte

Como se pode observar na tabela acima, no limiar da década de 1970 houve uma melhora significativa nos números da educação patense para *indivíduos acima de cinco anos de idade*: a população alfabetizada atingiu 64,3%. Dos 19.590 estudantes, que correspondia a 30,3% da população nessa faixa etária, 12.178 tinham entre 10 e 19 anos, ou seja,

⁷⁰ A redução da população de Patos de Minas do ano de 1960 para o ano de 1970 ocorre em função da emancipação do distrito de Lagoa Formosa, no ano de 1962.

⁷¹ Houve uma redução significativa da população em Patos de Minas, na passagem da década de 1960 para 1970. Tal fato deve-se à emancipação do distrito de Lagoa Formosa, em 1962.

(considerando a ressalva feita na nota de rodapé nº 55) estavam no limite de idade inicial e final da educação secundária — ou, em outras palavras, eram os potenciais alunos secundários de Patos de Minas.

Tanto na esfera estadual como na federal, proporcionalmente, os números continuavam inferiores aos do estado patense. Em Minas Gerais, apenas 58,9% da população mineira *acima de cinco anos* sabiam ler e escrever, enquanto que o número total de estudantes era de 25,1%. No Brasil, os resultados foram ligeiramente superiores aos do Estado de Minas Gerais, mas inferiores aos de Patos de Minas: 60,3% da população *acima de cinco anos* sabia ler e escrever, enquanto que o número total de estudantes era de 25,2%.

Buscando sistematizar os objetos integrantes e específicos deste trabalho de pesquisa, apresentamos uma síntese com as instituições educacionais patenses que ofereciam o ensino secundário entre os anos de 1958 e 1971 (Tabela 19).

Tabela 19

Modalidade	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Total
Natureza	Anos iniciais	Completo	Anos finais	
Pública	E. E. “Cel. Osório Dias Maciel” – 1965.	Escola Normal Oficial – 1932 (E. E. Prof. Antônio Dias Maciel).		4
	E. E. “Professora Elza Carneiro Franco” – 1971 (Colégio Polivalente).	Colégio Municipal – 1959 (Estadual – Prof. Zama Maciel).	-	
Particular	Ginásio Presidente Kennedy – 1968 (Leonardo Da Vinci).	Ginásio Municipal de Patos – 1939 (Nossa Senhora das Graças).	Escola Técnica de Comércio Pio XII – 1956 (Colégio Comercial Sílvio de Marco).	7
	Colégio Fonseca Rodrigues – 1971 (FO-RO).	Ginásio Nossa Senhora de Fátima - 1959 (Colégio Marista).		
		Colégio “D. José Coimbra” – 1964.		
		Colégio Normal do Alto Paranaíba – 1966 (Ginásio Experimental do Alto Paranaíba).		

Tabela 19. Continuação.

Modalidade	Ensino Secundário Anos iniciais	Ensino Secundário Completo	Ensino Secundário Anos finais	Total
Natureza				
Eclesiástica	-	Seminário Diocesano “Pio XII” – 1958.	-	1
Total	4	7	1	12

O fato de terem sido criados mais educandários privados do que públicos na década de 1960 em Patos de Minas (3 privados e apenas 1 público, sem contar os 2 fundados em 1971 – 1 público e 1 privado) pode ser atribuído basicamente a dois fatores: i) à realidade sócio-econômica do próprio município (nesse caso, mera coincidência) e b) às normatizações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. A Lei 4.024 ao invés de garantir a universalização do ensino público primário aos brasileiros, aumentando a rede escolar e, conseqüentemente, o número de vagas oferecidas, acabou reforçando o ensino proveniente da iniciativa privada, atendendo aos anseios da elite político-educacional dirigente. Tomemos como exemplo seu artigo de número 95.

O Art. 95, alíneas “a” e “c”, trouxe a seguinte redação:

“A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

a) subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;

b) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios, e particulares, (grifo nosso) para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor”. (grifo do autor) (ROMANELLI, 1999, p. 182).

Não é nosso propósito mensurar aqui as reais implicações da LDB de 1961 na educação patense, especificamente no que diz respeito ao financiamento desta, todavia, é interessante observar que, coincidência ou não, o ensino secundário em Patos de Minas, na década de 1960, cresceu mais no setor privado do que no público. Dessa maneira, a política educacional, chamada por Romanelli (1999) de contraditória e excludente, ou o resultado dela, evidenciou-se também em Patos de Minas.

O predomínio das escolas particulares sobre as públicas, nesse período, deixa transparecer a condição sócio-econômica da maioria do público estudantil patense. Em geral, pertenciam a um grupo seletivo, eram filhos das classes mais favorecidas da cidade⁷².

⁷² Fazendo um breve resumo da realidade educacional patense, apresentada pelas tabelas anteriores, chegamos a seguinte síntese: até a primeira metade do século XX havia sido criadas no município 25 escolas (não é possível

A implantação do Regime Militar no país, em 1964, inaugurou uma nova fase na relação Estado-Educação. A política educacional adotada pelos militares viabilizou o aumento do atendimento às demandas educacionais em todo o país. Vultosos investimentos foram disponibilizados para a área da educação, sendo esse capital, na maioria das vezes, proveniente dos acordos MEC-USAID, estabelecidos com os Estados Unidos. Essa parceria tornou-se objeto de questionamentos e críticas por parte de diversos segmentos sociais no Brasil, especialmente entre os mais nacionalistas.

De acordo com Cunha (2002), o interesse dos Estados Unidos na educação brasileira já era nítido desde o início da Guerra Fria, mas cresceu substancialmente no final dos governos Dutra e Juscelino Kubitschek. No entanto, segundo o autor, foi a partir do início do Regime Militar que a situação tomou proporções maiores. Segundo Romanelli (1999), o dinheiro oriundo dos acordos MEC-Usaid foi usado para financiar, de forma articulada, todos os níveis da educação nacional: ensino primário, médio e superior, seja no ramo acadêmico ou no profissional. Também houve preocupação com seu funcionamento — reestruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico — e, ainda, com o conteúdo geral do ensino, por meio do controle de publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos. Segue abaixo alguns dos principais acordos firmados.

1. 26 de junho de 1964 – Acordo MEC-USAID para Aperfeiçoamento do Ensino Primário [...].
2. 31 de março de 1965 – Acordo MEC-CONTAP⁷³-USAID para melhoria do Ensino Médio [...].
3. 29 de dezembro de 1965 – Acordo MEC-USAID para dar continuidade e suplementar com recursos e pessoal o primeiro acordo para o Ensino Primário;
4. 5 de maio de 1966 – Acordo do Ministério da Agricultura-CONTAP-USAID, para treinamento de técnicos rurais.
5. 24 de junho de 1966 – acordo MEC-CONTAP-USAID, de Assessoria para a Expansão e Aperfeiçoamento do Quadro de Professores de Ensino Médio no Brasil [...].
6. 30 de junho de 1966 – Acordo MEC-USAID, de Assessoria para a Modernização da Administração Universitária [...].

precisar com exatidão, mas, conforme dados disponíveis, 20 eram no distrito sede e 5 fora dele), sendo que boa parte delas funcionaram provisoriamente. Para exemplificar, das 25 escolas, 19 extinguiram-se após alguns anos de funcionamento, e apenas 6 conseguiram transcender a primeira metade do século XX. Dentre as mesmas 25 escolas, 8 ofereceram o ensino de nível secundário, sendo que apenas 2 resistiram a passagem à segunda metade do século XX.

Já na segunda metade do século XX, especificamente nas duas primeiras décadas, a realidade foi bem diferente. De 1950 a 1971, foram criadas 112 escolas (também não é possível precisar com exatidão, mas, conforme dados disponíveis, 21 no distrito sede e 91 fora dele). Além de a quantidade ser excessivamente superior, especialmente entre as escolas situadas fora do distrito sede, a principal diferença é que praticamente todas as 112 escolas criadas nesse período resistiram ao tempo, ou, pelo menos, ao tempo correspondente ao período histórico que interessou a esta pesquisa, isto é, de 1958 a 1971. Entretanto, dentre as 112 escolas, apenas 10 ofereciam o ensino de nível secundário nesse período.

⁷³ Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso.

7. 30 de dezembro de 1966 – Acordo MEC-INEP-CONTAP-USAID, sob a forma de termo aditivo dos acordos para aperfeiçoamento do Ensino Primário. Nesse acordo aparece, pela primeira vez, entre os objetivos, o de “elaborar planos específicos para melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior” [...].
8. 30 de dezembro de 1966 – Acordo MEC-SUDENE-CONTAP-USAID, para criação do Centro de Treinamento Educacional de Pernambuco.
9. 6 de janeiro de 1967 – Acordo MEC-SNEL⁷⁴-USAID-USAID, de Cooperação para Publicações Técnicas Científicas e Educacionais. Por este acordo seriam colocados, no prazo máximo de três anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Ao MEC e ao SNEL caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro (seria preciso?), até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros, vale dizer, americanos.
10. Acordo MEC-USAID de reformulação do primeiro acordo de assessoria à modernização das universidades, então substituído por assessoria do planejamento do ensino superior, vigente até 30 de junho de 1969 [...].
11. 27 de novembro de 1967 – Acordo MEC-CONTAP-USAID de Cooperação para a continuidade do primeiro acordo relativo à orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais.
12. 17 de janeiro de 1968 – Acordo MEC-USAID para dar continuidade e complementar o primeiro acordo para desenvolvimento do Ensino Médio [...]. (ROMANELLI, 1999, p. 212-213).

Essa parceria estabelecida entre Estados Unidos e Brasil para fins educacionais será analisada no capítulo seguinte com mais detalhes. Mas, para ilustrar seus efeitos em Patos de Minas, podemos citar a criação da Fundação Universitária–FEPAM (que passou a funcionar a partir de 1970), bem como da Escola Estadual “Professora Elza Carneiro Franco”, o Colégio Polivalente⁷⁵ (que começa suas atividades em 1971), como exemplos concretos da política educacional a que nos referimos.

Entretanto, apenas a quantidade de instituições de ensino e de alunos nelas matriculados não é suficiente para demonstrar a pujança do segmento estudantil de Patos de Minas, sobretudo na segunda metade do século XX. Os jovens estudantes patenses também demonstraram empreendedorismo e aspiração à intelectualidade. Prova disso são os jornais e periódicos produzidos por esses estudantes entre as décadas de 1930 e 1970, conforme descrição de Mello (1971) e Fonseca (1974)⁷⁶, apresentada na Tabela 20.

⁷⁴ Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

⁷⁵ A Fundação Universitária de Patos de Minas iniciou suas atividades na cidade em 1970, dentro da política de expansão do ensino superior no país. Já o colégio Polivalente pode ser considerado fruto da lei 5.692/71, que aumentou a escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, além de ter previsto a generalização do ensino profissionalizante no nível médio, ou 2º grau, em todo o país.

⁷⁶ Não foi possível identificar precisamente a data em que esses periódicos foram publicados pela última vez.

Tabela 20

Jornal/Periódico	Ano de publicação	Idealizadores(as)
O Sonho	1934	Alunas da Escola Normal Oficial.
O Estudante	1938	Alunas na Escola Normal Oficial.
Alma de Criança	1940	Alunos do Ginásio Municipal.
Lux Jornal	1945	Alunos do Ginásio Benedito Valadares.
A Ozaga	1953	Órgão de estudantes, sob a gerência de Antônio Mendonça Pinheiro.
O Lagoinha	1955	Alunos do Grupo Escolar “Professor Modesto”.
O Sentinela	1960	Órgão independente de um grupo de estudantes idealistas.
O Espelho	1961	Grêmio Estudantil “Paulo Setúbal”, do Colégio Municipal.
A Voz da Noite	1962	Terceiro ano técnico do Colégio Comercial Sylvio de Marco.
Mensagem	1962	Grêmio Estudantil Madre Beatriz do Colégio Nossa Senhoras das Graças.
Noticiário Estudantil	1963	Órgão trimestral de imprensa da UEP.
Movimento Renovador Cultural	1965	Academia Literária “Justino Mendes”, do Colégio “Dom José Coimbra”.
Correio Patense	1966	Grêmio Literário “Paulo Egídio”, do Ginásio Nossa Senhora de Fátima.
O Recruta	1968	Grêmio “Duque de Caxias”, do Tiro de Guerra 91.
O Realejo	1969	Alunas da Escola Normal, atual Colégio Estadual “Antônio Dias Maciel”.

Ora por meio de ações independentes, ora por meio dos grêmios escolares, os estudantes escreveram e tornaram públicas partes de sua história. As causas das produções, assim como os efeitos resultantes delas, oferecem uma amostra do entusiasmo do seguimento estudantil patense daquela época. A atitude desses estudantes fez com que se fortalecesse entre eles um sentimento de pertença ao segmento estudantil, ou, em outras palavras, um sentimento de identidade estudantil.

3.2 CENTRO CULTURAL RUI BARBOSA (CCRB): “ENSAIOS” DE UM MOVIMENTO ESTUDANTIL

O Centro Cultural Rui Barbosa (CCRB) não era uma entidade que representava exclusivamente o segmento estudantil; todavia, em seu quadro de integrantes, além de professores, profissionais liberais e demais integrantes, havia um público significativo de estudantes da educação básica e superior. Desse modo, os “ensaios” a que nos referimos no subtítulo desta seção dizem respeito às atividades organizadas e coordenadas pela recém criada entidade, nas quais a participação dos estudantes foi significativa.

Seis anos após sua fundação, o CCRB recebeu uma homenagem do Jornal *Folha Diocesana* que descreve, em parte, o cenário e as causas de seu surgimento, bem como sua função e contribuições à juventude de Patos de Minas:

Corria o ano de 1954! A mocidade patense acamaradada ao comodismo e a inércia se assemelhava a um velho, quando já o passo vai se tornando hesitante e tardo, quando as esperanças se desfazem ao contato de um mero empecilho e os ideais se extinguem ao arrostar-se com um movimento, ainda que para benefício seu. A êste devido à sensibilidade, àquela a um baixo nível cultural, moral e espiritual.

Neste ínterim, parecia que um raio de luz iria se projetar no horizonte, a anunciar uma nova autora.

Efetivamente, uma plêiade de jovens, impregnada de nobres e sádios ideais, se propôs a fundar uma Entidade com o fim primordial de dar à juventude o de que necessitava, para o seu aprimoramento em todos os setores.

E eis que, aos 19 de julho daquele mesmo ano, viru-se vingados os seus desideratos, com a criação de um Centro Cultural, ao qual se deu o nome de Ruy Barbosa, em homenagem ao imortal baiano.

Desde então, vem o C.C.R.B. lutando contra o indiferentismo que envolve a classe estudiosa de Patos de Minas, esquivando-se e combatendo o mórbido torpor que acelera a marcha para a decrepitude moral e, finalmente, propagando e cultivando as letras, inculcando nos jovens o gosto pela leitura, havendo para isso, em sua sede, uma grande biblioteca, muito utilizada por seus associados. No entanto, sentiu-se com o elevar da classe a necessidade de fundar uma Entidade que viesse defender, mais amplamente, os seus direitos e interesses, que viesse lhe proporcionar maior união, que viesse, enfim, dar-lhe novo estímulo para as lutas do futuro.

E assim, no dia 26 de abril de 1958, foi criada a União dos Estudantes Patenses⁷⁷, abrindo novas perspectivas para a classe estudantil. [sic] (O CENTRO..., Cultural 1960, p. 12)⁷⁸.

No primeiro parágrafo do texto transcrito acima, é possível perceber a importância que foi atribuída ao CCRB como entidade redentora dos “fracos e inertes” jovens de Patos de Minas. Nessa perspectiva, sua origem serviu para aglutinar e fortalecer as forças juvenis da cidade, instruindo os jovens nos princípios da moral cristã.

O CCRB era uma entidade nacionalista e conservadora, pois primava pelo resgate e pela manutenção dos valores morais e éticos, dentro dos princípios religiosos do cristianismo. Para compreender melhor sua base doutrinária, basta observar os artigos 1º e 2º, do Capítulo I, do Estatuto da entidade.

Art. 1) Com a denominação de Centro Cultural Rui Barbosa e a sigla C.C.R.B., fica fundada nesta cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, uma sociedade civil de duração ilimitada que objetiva os seguintes fins:

- a) formação cultural, moral, cívica e física da juventude;

⁷⁷ Note-se que esta data difere daquela existente na Ata de fundação da entidade, que registra o dia 28 de fevereiro de 1958, como a data de fundação da UEP.

⁷⁸ O CENTRO Cultural Rui Barbosa e a União dos Estudantes Patenses. **Folha Diocesana**, 10 fev. 1960, nº 100. p. 12

b) propagar, pela palavra e escritos dos jovens, o culto das virtudes cristãs e da tradição nacional, a reforma dos costumes e a elevação do espírito popular no sentido de um sadio patriotismo.

Art. 2) Para atingir êsses objetivos, o C.C.R.B. promoverá:

- a) Conferências [...]
 - b) Cursos [...]
 - c) Comemorações solenes [...]
 - d) Formação e manutenção de uma biblioteca [...].[sic]
- (CENTRO..., 1957, p. 2)⁷⁹

A redação do artigo 1º deixa claras as pretensões do CCRB, uma vez que advoga pela formação integral do ser humano, intelectual e física, passando pela moral e pelo civismo, valores bastante estimados na época. Os temas levantados no artigo 1º são retomados mais detalhadamente no artigo 3º, que aborda os princípios que consubstanciam a base doutrinária do CCRB. Podemos dizer, grosso modo, que as principais características dessa base doutrinária são a valorização dos ideais cristãos, da democracia, a conscientização para os direitos e deveres dos cidadãos, a restauração dos valores morais pautados na família e no trabalho, o fortalecimento do espírito nacionalista e a democratização do ensino, ou seja, na verdade, tais propósitos representavam a base da cultura ocidental cristã.

A postura nacionalista e conservadora evidente no Estatuto do CCRB é reflexo do contexto histórico em que a sociedade brasileira se encontrava na época. Vigorava então a Guerra Fria; o Brasil reforçava as fileiras do bloco capitalista e ainda sentia os efeitos de sua participação na Segunda Guerra Mundial. Assim, o espírito nacionalista continuava latente no país, principalmente entre os jovens estudantes, que, especialmente naquela época, pareciam tomados pela rebeldia, pelo ativismo político e pelos idealismos, como afirma Ventura (2008).

É necessário ressaltar que a Igreja Católica continuava sendo uma instituição bastante influente no Brasil nesse período, ditando normas e impondo valores, principalmente no interior do país. Em Patos de Minas, precisamente no dia 5 de abril de 1955, criou-se a nova Diocese, por bula de S. S. o Papa Pio XII. Os sentimentos decorrentes desse fato foram de entusiasmo e comoção, uma vez que os “destinos espirituais” das pessoas da região estariam, a partir daquele momento, “mais firmemente ancorados pelo poder secular da Igreja”, como acreditavam os fiéis católicos.

Não há como negar o conservadorismo flagrado no Estatuto do CCRB, tampouco a consonância com os propósitos defendidos pelo Pe. Almir Neves de Medeiros, especialmente no que diz respeito à conduta social predominante na sociedade patense de então. Tamanha sintonia e comunhão de ideais podem ser identificados na reportagem a seguir, em que há a seguinte referência ao sacerdote:

⁷⁹ CENTRO Cultural Rui Barbosa. **Folha Diocesana**, 1º out. 1957, nº XIX, p. 2.

[...] Revmo. Pe. Almir Neves de Medeiros, incansável batalhador, que tem conseguido plasmar a mocidade dentro dos moldes cristãos e da Juventude Estudantil Católica. Alicerçada em princípios cristãos e embasada no Evangelho, tendo como dístico à sua frente a figura ímpar do Revmo. Pe. Almir, grande influência exerceu a JEC no meio estudantil, prestando meritórios serviços à classe. E o C.C.R.B., em reconhecimento ao trabalho dêsse digno sacerdote entre a mocidade, homenageou-lhe com o título de Presidente de Honra, demonstrando, assim, sua gratidão e simbolizando os frutos já sazoados, cujo campo fôra por êle semeado, através de seus conselhos e lições. [sic]. (O CENTRO..., 1960, p. 12)⁸⁰

Em resumo, conforme excerto do Estatuto transcrito em nota divulgada na *Folha Diocesana*, os objetivos do CCRB consistiam em: “incrementar a cultura entre a mocidade, trabalhar para a formação dos jovens, desenvolvendo-lhes suas qualidades e dotes literários, pugnar e trabalhar para a criação de novos centros culturais” (CENTRO..., 1957, p. 2)⁸¹. No entanto, para o cumprimento de tais metas, era necessária a observância e o respeito aos princípios norteadores da moral e da ética, na perspectiva dos valores defendidos pela Igreja Católica.

3.3 ALMIR NEVES DE MEDEIROS: O JOVEM PADRE MILITANTE

Amorim (2009), ex-dirigente da UEP (gestão 1962-1964), afirma que Pe. Almir Neves de Medeiros foi o “grande incentivador e mobilizador da juventude patense”. Segundo ele, o jovem padre teve uma participação dinâmica e efetiva na vida social do município de Patos de Minas nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX⁸².

⁸⁰ O CENTRO Cultural Rui Barbosa e a União dos Estudantes Patenses. **Folha Diocesana**, 10 fev. 1960, nº 100, p. 12.

⁸¹ CENTRO Cultural Rui Barbosa. **Folha Diocesana**, 1º out. 1957, nº XIX. p. 2.

⁸² Nascido no Rio de Janeiro em 09 de maio de 1929, Pe. Almir Neves de Medeiros entrou para o seminário com apenas 13 anos, em 1º de março de 1942. Após cursar o ensino regular e Filosofia, seguiu para Uberaba em 1953, onde cursou Teologia. Posteriormente, conclusos os estudos, transferiu-se para a recém-criada Diocese de Patos de Minas, recebendo as ordens no dia 28 de outubro de 1956. O jovem Pe. ocupou cargos importantes durante sua estada na Diocese de Patos de Minas. Em 1956, foi Chanceler do Bispado e diretor do periódico *Folha Diocesana*, desempenhando-os por 10 anos. Com a morte do Pe. Antônio Alves de Oliveira, Pe. Almir exonerou-se da Chancelaria e assumiu, em 21 de junho de 1964, o cargo de Cura da Catedral. Segundo Dercílio Ribeiro Amorim, Pe. Almir foi um dos principais responsáveis pela fundação do Lions Clube Centro, chegando ao posto de governador do L-13 na década de 1970, e também foi o idealizador do monumento ao homem do campo. Em setembro de 1969, assumiu o cargo de coordenador de liturgia e pastoral da Diocese, prestando serviços à mesma até fevereiro de 1971. De acordo com a *Folha Diocesana*, Pe. Almir teria renunciado aos cargos que vinha ocupando na Diocese “para poder entregar-se a um novo apostolado na Caritas Nacional da qual funciona como diretor no escritório do Rio de Janeiro”. [sic]. (Pe. ALMIR Neves de Medeiros. **Folha Diocesana**, 28 out. 1971, nº 626, p. 1). A partir de então, o padre afastou-se parcialmente de suas atividades na cidade em função dos novos compromissos firmados. O religioso foi também professor, poeta e conferencista, tendo inclusive publicado trovas no livro “*Trovadores do Brasil*”. O padre representou o Brasil no Congresso Internacional de Lions nos Estados Unidos e recebeu o Título de Cidadão Patense. Faleceu no dia primeiro de setembro de 1987. (Cf. Pe ALMIR Neves de Medeiros. **Paragon Brasil**. Disponível em: <<http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=1364>>. Acesso em: 23 abr. 2009).

Sua ordenação, em 28 de outubro de 1956 coincidiu com a primeira edição do jornal *Folha Diocesana*, que veio comemorar a chegada do Bispo Dom José André Coimbra e a ordenação de dois diáconos (primeira realizada pela recém-criada Diocese de Patos de Minas), sendo um deles o próprio Pe. Almir Neves de Medeiros. Logo na terceira edição da *Folha Diocesana*, publicada em 23 de dezembro de 1956, o Pe. Almir Neves de Medeiros já assumiria o cargo de diretor responsável pelo jornal, menos de dois meses após sua ordenação⁸³.

A *Folha Diocesana* surgiu com a finalidade de focalizar a atenção dos fiéis, instruir e orientar, difundir o movimento e publicar avisos da Cúria Diocesana, noticiar o andamento religioso das paróquias. Seu lema era: “informar, instruir e orientar”⁸⁴. No entanto, contrariando os princípios originais da criação do periódico, eminentemente voltados para os assuntos da Igreja, o Pe. Almir Neves de Medeiros adotou a causa estudantil, reservando, inclusive, uma coluna para os jovens estudantes. Desse modo, a *Folha Diocesana* passou a ter uma importância significativa para a história do movimento estudantil em Patos de Minas, uma vez que, por meio dela, e ratificados pelo seu diretor, os estudantes puderam comunicar entre si e também com os diferentes segmentos sociais, divulgando suas ações e participando direta e indiretamente de questões de interesse do município.

Conforme já assinalado anteriormente, o Pe. Almir Neves de Medeiros manteve uma relação bastante estreita com o CCRB, participando ativamente das ações dessa entidade. Com a UEP não foi diferente, o padre foi peça fundamental para o seu surgimento, pois, juntamente ao CCRB, lançou as bases filosóficas que constituíram seu caráter político e sociocultural.

3.4 O PAPEL DA IMPRENSA

A imprensa local⁸⁵ — especialmente a Rádio Clube de Patos e o jornal *Folha Diocesana* — teve participação significativa no processo de popularização das idéias e ações

⁸³ O jornal *Folha Diocesana* teria tido publicação mensal apenas até o final do ano de 1956; a partir de 1957 passou a ser publicado semanalmente. Nas suas duas primeiras edições teve como responsável o Pe. Josias Tolentino de Araújo, passando, a partir da terceira edição, para a direção do Pe. Almir Neves de Medeiros, que ampliou significativamente as medidas do suporte do jornal: o formato do periódico passou de 22 cm de largura por 32 cm de comprimento para 32 cm de largura por 45 cm de comprimento.

⁸⁴ AUTO-Apresentação. **Folha Diocesana**, 28 out. 1956. n° 1. p. 1.

⁸⁵ A Rádio Clube de Patos foi inaugurada em 29 de novembro de 1940, após a legalização na capital do Brasil, então cidade do Rio de Janeiro, junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP. Mesmo iniciando com um pequeno transmissor, ela foi a pioneira na radiodifusão da região do Alto Paranaíba. (Cf. A RÁDIO. **Rádio Clube de Patos de Minas AM 770**. Disponível em: <<http://www.clubeam.com/aradio/>>. Acesso em: 27 out.

dos estudantes, uma vez que se tornou parceira na formação da entidade e na posterior consecução de seus objetivos. Não menos importante foi o *Jornal dos Municípios*: apesar de não estar diretamente ligado ao movimento estudantil, esse também divulgou as ações estudantis, quando lhe fosse solicitado ou conveniente.

Em relação à Rádio Clube de Patos, a parceria foi facilitada pelo fato de que vários estudantes compunham o quadro de funcionários da estação, dentre os quais Rubem Corrêa da Costa, que exercia o cargo de diretor, viabilizando sobremaneira o acesso de seus colegas aos microfones da Rádio na interlocução com a comunidade patense e região.

De acordo com Amorim (2009), além da abertura que os estudantes possuíam na Rádio, eles contavam ainda com um programa específico denominado *A Hora da Estudante*, criado no ano de 1962. Esse programa noticiava as ações estudantis, especialmente da UEP e do CCRB, mas também quaisquer informações relacionadas à cultura e à educação. O rádio, assim como a imprensa escrita, serviu como instrumento de persuasão social, permitindo a inculcação dos valores defendidos pelos estudantes.

O jornal *Folha Diocesana*, órgão de imprensa da Igreja Católica local, possuiu durante muito tempo uma coluna especial para noticiar as ações dos estudantes, intitulada *Observatório Estudantil*. O periódico também contava com estudantes em seu quadro profissional, dentre os quais, destacava-se o jovem Agostinho Rodrigues Galvão, que exercia a função de revisor no jornal e que, mais tarde, veio a ser eleito o primeiro presidente da UEP. Mas, sem dúvida alguma, um dos maiores aliados dos estudantes na *Folha Diocesana* foi seu próprio diretor, o Pe. Almir Neves de Medeiros.

Logo, o jornal *Folha Diocesana* mostrou-se um importante instrumento de divulgação das ações estudantis patenses. Por meio de seus registros, pudemos acompanhar as ações estudantis ocorridas no período que interessa a nossa pesquisa, ora com maior, ora com menor cobertura sobre os fatos em questão. Nesse sentido, há que se referendar a importância da imprensa escrita na pesquisa histórica. Ao ser abordada como fonte para compreensão de uma trama qualquer, ela apresenta apenas uma versão da realidade, mas pode contribuir bastante

2008). No entanto, é necessário ressaltar que os aparelhos de rádio ainda não haviam sido popularizados na cidade nas décadas de 1950 e 1960, basicamente em função do elevado valor econômico do produto no mercado. Nessa época, aparelhos de televisão eram ainda mais escassos e de difícil acesso do que os de rádio. A *Folha Diocesana* foi fundada em 28 de outubro de 1956 por influência do Bispo Diocesano, D. José André Coimbra. Possuía edição semanal e tiragem de 2.500 exemplares. O *Jornal dos Municípios* foi fundado em 24 de maio de 1956 pelo jornalista José Maria Vaz Borges. Possuía edição semanal e tiragem de 5.000 exemplares nos primeiros anos de sua edição. Entretanto, a tiragem foi reduzida para 3.000 no ano de 1963, quando foram interrompidas suas edições. Posteriormente, reaparece em 1968 com tiragem de 2.000 exemplares. Ambos constituíram-se nos maiores e mais influentes veículos de comunicação escrita da cidade no período em questão. Vale ressaltar que a população urbana do município nas décadas de 1950 e 1960 eram, respectivamente, 10.324 e 37.203 habitantes.

para elucidação de fatos. Carvalho (2004, p. 47) legitima tal proposição ao afirmar que “a imprensa periódica vem sendo (re)visitada por pesquisadores pelo fato de, na maioria das vezes, estar diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos”.

É notório o poder e a influência exercidos pela imprensa na sociedade, tanto que alguns críticos chegam até a aferir-lhe, informalmente, o status de quarto poder. Para Melo (1994),

[...] as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, (...) pelo menos atuando como uma ‘indústria da consciência’ (...) influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São portanto veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem. (MELO, 1994, p. 20, apud CARVALHO, 2004, p. 47).

Foi nessa perspectiva que utilizamos os jornais para compreender o processo de constituição do movimento estudantil em Patos de Minas. Analisamos os fatos e suas respectivas circunstâncias, conforme apresentados nos periódicos, porém, conscientes de suas limitações no que diz respeito à explicação da estrutura social vigente. Como salienta Carvalho (2004, p. 48), o jornal não é neutro nem imparcial perante os acontecimentos e não está à margem da realidade social e política: “na verdade, constitui-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (públicos e privados), passa a atuar na vida social e, conseqüentemente, não fica alheio à realidade histórica, na qual está inserido”.

3.5 A PRIMEIRA ATA E O “BURBURINHO” DOS JORNAIS: SURGE A UEP

Por meio da análise dos discursos existentes na Ata da Fundação da União Estudantil Patense, foi possível perceber algumas das principais características que nortearam a formação da entidade. O principal argumento utilizado pelos estudantes para justificar sua criação foi a defesa dos interesses e dos direitos do segmento estudantil. Em reportagem publicada em uma das edições da *Folha Diocesana*, lê-se o seguinte:

[...] Chegou a hora de, a par com as obrigações que de nós exigem e devem exigir, está claro, mostrarmos que aluno não é só DEVER mas também DIREITO. Quando estas duas coisas: DEVERES e DIREITOS, estiverem andando juntas em cada escola, estejamos certos de que nós, os estudantes seremos outros que não bonecos nas mãos de quem quer que seja. Que meus colegas compreendam a

responsabilidade que pesa sobre nossos ombros! Iremos para a pugna nas urnas... em busca de um melhor mundo estudantil. [sic]. (UNIÃO..., 1958, p. 6)⁸⁶.

Inflamada por esse discurso, a fundação da UEP vai se delineando com o objetivo de, conforme relatam os próprios estudantes, coordenar os movimentos estudantis da cidade.

Precisamente, às dezenove horas do dia dez de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito, reuniram-se na sala cento e dois do Edifício Paranaíba os estudantes: Rubens Corrêa da Costa, Waldemar Antônio Mendes, Edgar Amâncio, Antônio Pérsio da Silveira e Tarcísio Thadeu Rezende a fim de organizar uma União dos Estudantes que viesse defender os interesses da classe. [sic]. (ATA..., 1958, p. 2)⁸⁷.

Logo nessa primeira reunião, foi organizada uma diretoria provisória composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro, cargos ocupados respectivamente por Waldemar Antônio Mendes, Edgar Amâncio e Rubem Corrêa da Costa. A função desse grupo seria a divulgação, junto à comunidade patense, das ações direcionadas à criação da entidade estudantil e, ainda, à elaboração do Estatuto que passaria a reger a entidade. Ao final da reunião, ficou determinada a data em que seria realizada a primeira assembléia geral, dia (26 de fevereiro de 1958), cujo objetivo era a discussão e aprovação de seu Estatuto da UEP. No entanto, essa assembléia só ocorreria dois dias depois, em 28 de fevereiro⁸⁸. A segunda reunião foi realizada somente no dia 15 de março daquele ano.

Waldemar Mendes, que havia sido um dos fundadores do CCRB, onde exercia o cargo de orador, era o presidente da comissão fundadora da UEP. De acordo com a imprensa local, ele era um dos principais pré-candidatos à vaga de presidente da entidade: “O Sr. Waldemar Mendes tem como certa a sua vitória para a Presidência da entidade”. (UNIÃO..., 1958, p. 6)⁸⁹. Outro ex-dirigente da UEP (gestão 1958-1960), Agostinho Rodrigues Galvão, confirma essa hipótese ao afirmar que “Waldemar era o candidato nato à presidente”. Mas, segundo relata o antigo militante estudantil,

[...] o Pe. Almir me deu a notícia de que estavam querendo criar a UEP. O maior idealizador da UEP foi o Waldemar Antonio Mendes. [...] Ele com mais outros que eu não me lembro quem. [...] E o Pe. Almir achou que aquilo podia ter uma coloração não muito desejada. Tava tomando um rumo que ele achava que não era muito bom. Então, ele pediu pra eu participar das reuniões da UEP, das reuniões de organização. (GALVÃO, 2009)

⁸⁶ UNIÃO Estudantil Patense. **Folha Diocesana**, 16 mar. 1958. nº 31. p. 6.

⁸⁷ ATA de Fundação da U. E. P. **Folha Diocesana**, 16 mar. 1958, nº 31. p. 2.

⁸⁸ UNIÃO Estudantil Patense. **Folha Diocesana**, 16 mar. 1958. nº 31. p. 6.

⁸⁹ *Ibidem*, loc. cit.

O antigo militante patense, porém, justifica a preocupação do Pe. Almir Neves de Medeiros:

Waldemar Mendes era um adepto apaixonado das idéias do líder Plínio Salgado – Nacionalista, de um nacionalismo bem marcante, apaixonado, idéias que não eram bem aceitas nem bem vistas pelos seguidores de Jacques Maritain, lado adotado pela Escola Tomista, adotada por boa facção da Igreja Católica. Talvez seja esta uma das causas de o líder Waldemar Mendes não ser visto com “bons olhos” pela outra corrente. (GALVÃO, 2009)

Conforme Ata da segunda reunião (considerada uma segunda assembléia), realizada em 15 de março de 1958 e presidida por Waldemar Mendes — cujo objetivo era “estudar os Estatutos que regerão esta nova entidade” —, estiveram presentes representantes das três escolas que ofereciam o ensino secundário em Patos de Minas na época: o Ginásio Nossa Senhora das Graças, representado pelas alunas Alaíde Borges, Héliida Pereira da Fonseca e Maria Regina; a Escola Técnica de Comércio Pio XII, representada pelo senhor Waldir Nascimento e Agostinho Rodrigues Galvão, segundo este, a pedido do Pe. Almir Neves de Medeiros; e a Escola Normal Oficial, representada por Altamir Pereira da Fonseca, José Pascoal Borges de Andrade e Epaminondas de Araújo Lacerda. Nesta reunião, foi decidida a mudança do nome original da entidade, de União Estudantil Patense para União dos Estudantes Patenses. Não tendo sido concluídos os trabalhos nessa reunião, foi marcada uma terceira assembléia para o dia 24 de março de 1958, às 19h30min, no auditório da Rádio Clube de Patos, onde seriam mais uma vez “apresentados para discussão, ratificação e aprovação os Estatutos da UEP, assim como também eleição da Diretoria desta Entidade”. (CONVOCAÇÃO..., 1958, p. 6)⁹⁰

Apesar dos indícios favoráveis, Waldemar Mendes não se candidatou a presidente, assumindo essa tarefa seu colega Waldir Nascimento, representante da Escola Técnica de Comércio “Pio XII”. A outra chapa era liderada por Augusto Olímpio de Queiroz, aluno da Escola Normal Oficial, que tinha como vice Agostinho Rodrigues Galvão, aluno da Escola Técnica de Comércio. No entanto, como se pode ler no excerto abaixo, essa primeira experiência dos jovens estudantes de Patos de Minas parece não ter tido o êxito esperado.

Ainda desta vez, tudo permaneceu na estaca 0, Quando entrei no auditório da ZYB-4, tive a impressão de que penetrava em um perigosíssimo campo de guerra... Palavra no ar a conspiração... Um “cheiro” forte de ódio misturado com vingança... Bastou uma fagulhazinha para que os ânimos se acendessem. Nunca vi, em tão longo tempo, falar-se tanto sem dizer-se coisa alguma. Verdadeira batalha de incoerências, sofismas, vaias, elogios complicados... e outras coisitas mais... Falou-se em ditadura, comunismo, integralismo e outros “ismos”... Argumentos

⁹⁰ CONVOCAÇÃO da U.E.P. **Folha Diocesana**, 16 mar. 1958, nº 31. p. 6.

esfarrapados voavam daqui para ali... Ninguém se entendia. Ninguém chegava a um acôrdo. Um verdadeiro long-play de ataques e defesas... Mas... o que seria bom (discussão dos Estatutos e Eleições) nada! Do assunto programado, nada, ou quase nada. Se la permanecemos das 19.30 às 23,10 horas, posso afirmar, com documentos em mãos que, juntando tudo o que se disse e o que não se deveria dizer..., não soma meia hora o tempo gasto na discussão dos Estatutos. Sinceramente, meus amigos, envergonhado fiquei. Olhava ao redor e contemplava meus professôres eminentes figuras de nossa sociedade como que a fazer uma grande platéia daquela impagável comédia de êrros. Menos interêsse houve nos destinos da U. E. P. do que fazer explodir desforras bem urdidadas. O bem particular ficou acima do bem comum. Ninguém se lembrou de que estavam em jôgo os destinos da Juventude dos Estudantes Patenses. Eram só os próprios interêsses que vinham a tona. Tudo foi sacrificado em função de pseudos direitos que ninguém via. Questões pessoais melhor ficaria para conversas particulares, vieram a público, sem qualquer interêsse para nós estudantes. Ficamos a assistir a explosões de ofensas e a “curativos” manhosamente envolvidos em elogios baratos... Uma triste “avant-premièri” para os “futuros” deputados e vereadores... Não fôsse a presença de um sacerdote, creio que a coisa seria bem pior. Sejamos francos, quem poderia debater assunto sério em tal ambiente? Não distribuirei responsabilidades a quem quer que seja. Cada um tome a porção que lhe coube. Vamos ver se em outras oportunidades damos melhor prova de que somos mais civilizados. Mesmo que o exemplo tenha vindo de quem poderia exhibir mais esportividade em debates... é preciso fazer barreiras a êsses desmando inqualificáveis... Não podemos bater palmas a tudo o que aconteceu! Vamos para outra! [sic]. (ELEIÇÕES..., 1958, p. 4)⁹¹

Conforme relatado nessa reportagem, não foram alcançados os objetivos pelos quais se realizou a assembléia, ou seja, a discussão e aprovação dos Estatutos e a eleição da diretoria. Entretanto, é possível perceber, nessa fracassada reunião, a sinalização para questões e temas que se tornaram bastante frequentes nas pautas de discussões dos líderes estudantis da UEP nos anos que se seguiram, como ditadura e comunismo. Outro fator que merece atenção é a alusão que o texto faz ao futuro político sugerido aos jovens estudantes e líderes da UEP: a possibilidade de se tornarem vereadores e até deputados. Fica claro, portanto, a consciência das lideranças desse movimento em relação às consequências que poderiam advir da sua militância na entidade. Outro fato inegável é que essa reunião mudou a história do movimento estudantil em Patos de Minas, uma vez que os dois primeiros pré-candidatos deixaram a disputa depois da confusão. Como consequência, Agostinho Rodrigues Galvão, que era candidato à vice de Augusto Olímpio de Queiroz, assumiu o posto principal e foi apresentado pela imprensa como sendo quase uma unanimidade no segmento estudantil.

[...] demitiram-se os candidatos à Presidência da U.E.P.: os Srs Waldir Nascimento e Augusto Olímpio Queiroz. Novas chapas estão sendo feitas. O Sr. Agostinho Rodrigues Galvão está surgindo como elemento pacificador em todos os círculos estudantis. Querem lança-lo como candidato único à Presidência. Felísscima escolha. Que também êle não venha demitir-se. [sic]. (NOVAS..., 1958, p. 4)⁹²

⁹¹ ELEIÇÕES para U. E. P. **Folha Diocesana**, 30 mar. 1958. nº 33. p. 4.

⁹² NOVAS Chapas. **Folha Diocesana**, 30 mar. 1958. nº 33. p. 4.

Finalmente, após o período de instabilidade gerado pelas disputas de poder, foi eleita a primeira diretoria da União dos Estudantes Patenses, assim constituída:

Presidente: Agostinho Rodrigues Galvão
Vice-Presidente: Ricardo Rodrigues Marques
1º Secretário: Altamir Pereira da Fonseca
2ª Secretária: Alafde Borges de Sousa
1º Tesoureiro: Silvio Xavier dos Santos
2ª Tesoureira: Maria Regina Marra
1º Orador: Celso Gonçalves de Brito
2º Orador: Selmo de Assis Araújo
Bibliotecário: Octaviano Magalhães
Auxiliar de Bibliotecário: Vivaldo Ferreira Maciel
Conselheiros: Adilson Augusto de Deus
 Antônio Severino da Silveira
 Arnaldo Ribeiro da Costa
 Héliida Pereira da Fonseca
 José Paschoal Borges de Andrade. (ELEITA..., 1958, p. 4)⁹³

Concluída a eleição dos membros diretores da UEP, iniciaram-se os preparativos para a cerimônia de posse. A euforia entre os estudantes contrastou com o desinteresse do corpo docente, tendo em vista a ausência de boa parte dos representantes deste segmento na posse dos dirigentes da entidade. Assim, depois de algumas palavras de elogio, consideração e reconhecimento do papel exercido pelos professores na formação humana e intelectual da juventude, foram proferidas palavras de repreensão pela ausência dos mesmos:

[...] Mas gostaríamos, muito mais, que nunca “assassinassem” nossos ideais, quando eles se atualizam em nossas ações. Qual de nós não ficou magoado, e profundamente, com a ausência completa dos mestres na festa da tomada de posse da U.E.P.? Afinal, será que a U.E.P. não dizia nada ao ilustre Corpo Docente da cidade? Qual o porque dos 300 convites distribuídos, com tanto carinho, sem a merecida atenção de quem quer que seja? Por que no dia da festa, só tivemos a agradável presença do prof. Zama Maciel, Profª Ordalina Vieira, Pe. Almir Neves de Medeiros, Irmã Maria Tarcísia, e Prof. Marcondes? Por que? Será que não somos uma classe? Será que não falamos alto dentro de uma cidade como Patos de Minas? [sic]. (A VOZ..., 1958, p. 6)⁹⁴

O Pe. Almir Neves de Medeiros teve participação decisiva no processo de criação da UEP, haja vista o movimento embrionário ter surgido entre os estudantes da Escola Técnica de Comércio Pio XII (posteriormente denominada Colégio Comercial Sílvio de Marco), com quem o padre tinha uma boa relação, a ponto de ter se tornado diretor da instituição em maio do mesmo ano. Além disso, a indicação do nome de Agostinho Rodrigues Galvão para a presidência da entidade também teve a influência direta do Pe. Almir Neves de Medeiros, como confirma o próprio ex-dirigente:

⁹³ ELEITA Finalmente. **Folha Diocesana**, 20 abr. 1958. nº 35, p. 4.

⁹⁴ A VOZ da Escola. **Folha Diocesana**, 11 maio 1958, nº 38, p. 6.

[...] Ele era um homem... ele tinha um poder de atrair a juventude, de conquistar... ele era um mentor mesmo, um diretor espiritual da juventude. Ele tinha muita ascendência entre os estudantes. Talvez, foi por causa dele que eu fui parar lá na UEP. [...] Ele tava ali muito presente. Ele tinha uma liderança, um comando com os estudantes que era notório. (GALVÃO, 2009)

Agostinho Rodrigues Galvão era estudante de contabilidade do Colégio Comercial Sílvio de Marco, assim como também todos os presidentes eleitos para os pleitos de 1958 a 1971. Galvão não era um “estudante profissional” do ensino secundário, mas sim um amante das letras, como seus ex-colegas o designavam, uma vez que já era professor e lecionava em vários colégios na cidade. Ex-seminarista, já havendo cursado filosofia e teologia, era já um homem adulto de 29 anos na época. Agostinho Rodrigues Galvão surgiu, portanto, como a pessoa ideal para assumir a recém-criada entidade e encaminhar os seus desígnios. Ele era sinônimo de segurança, afinal, tratava-se de um estudante-professor, ex-seminarista, além de ser uma pessoa muito bem relacionada e bem-quista pela comunidade patense⁹⁵.

Apesar de a origem da UEP ser justificada pela luta em defesa de direitos, a eleição que se projetou para a escolha dos membros dirigentes não pode ser considerada totalmente democrática, pelo fato de ter sido indireta, ou seja, apenas alguns representantes de cada colégio puderam votar. Uma reportagem na *Folha Diocesana*⁹⁶ anuncia que estariam aptos a votar apenas cinco estudantes de cada colégio, eleitos pelos colegas, mais cinco membros pertencentes à comissão fundadora. O Estatuto da UEP previa uma proporção bem maior desses representantes, confirmando, contudo, a natureza indireta das eleições. O artigo 52º traz a seguinte redação:

A Primeira Diretoria será eleita pelo sistema de voto indireto, por meio de representantes dos Corpos Discentes dos estabelecimentos secundários e médios da cidade, escolhidos na proporção de, no máximo, 75 elementos para cada colégio, vigorando para as eleições futuras, em toda sua plenitude, o art. 36. (ESTATUTO..., 1958, p. 12)⁹⁷

No entanto, o artigo 52º tinha caráter temporário, tendo servido apenas à primeira eleição. As eleições indiretas foram definitivamente legitimadas pelo artigo 36º, que trazia os seguintes dizeres:

⁹⁵ Segundo Galvão (2009), em função do excesso de atividades (trabalho) que exercia na cidade, teve que deixar a presidência da entidade no ano seguinte, 1959, passando-a a seu vice, o jovem Ricardo Rodrigues Marques, falecido em 2009.

⁹⁶ CONVOCAÇÃO da U.E.P., *Folha Diocesana*, 16 mar. 1958, nº 31. p. 6.

⁹⁷ ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 1958, p. 12.

As eleições da Diretoria e a solução dos assuntos objeto de decisão em Assembléia Geral, quer ordinária, quer extraordinária, processar-se-ão pelo sistema de votação indireta, por representantes eleitos na proporção de 35 (trinta e cinco) para cada Estabelecimento de Ensino Secundário e Médio da cidade, sendo secreto o voto para eleição da Diretoria. (ESTATUTO..., 1958, p. 09)⁹⁸

Sobre como seriam escolhidos os estudantes que representariam os estabelecimentos de ensino no processo eleitoral da UEP, o artigo 38º do Estatuto traz a seguinte nota: “Os estudantes de que fala o artigo 36º serão eleitos no recinto de cada colégio, com a presença de dois elementos credenciados pelo Executivo, pelo menos (3) três dias antes de uma Assembléia, permanente ou não” (ESTATUTO..., 1958, p.5). Segundo Dercílio Ribeiro Amorim (2009), a escolha era feita pelos próprios alunos. Em relação às campanhas eleitorais, Marcos Martins de Oliveira, dirigente da UEP entre 1964 e 1966, relata que,

[de] posse dessa lista, os candidatos iam trabalhar em cima desses eleitores, mas eu me lembro que agente passava de escola em escola e de sala em sala, na época da campanha. Esse detalhe eu me lembro! Quer dizer, você não estava apenas preocupado com quem iria votar, estava preocupado em ter aceitação maior entre os estudantes. (OLIVEIRA, 2009)

Somente em 1966, após reformulação dos Estatutos pelo então presidente Marcos Martins de Oliveira, a eleição passou a ser direta.

Na próxima subseção, discutiremos alguns excertos do Estatuto da UEP.

3.6 ELABORAÇÃO DO ESTATUTO E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE

Após a eleição da diretoria, as atenções voltaram-se para o processo de elaboração dos Estatuto⁹⁹, que passaria a reger a organização interna da entidade, bem como orientar sua postura na sociedade patense. A aprovação do referido documento pelos estudantes comprovou as influências recebidas de setores conservadores da sociedade patense e também da Igreja Católica, o que contribuiu para a consolidação da identidade da UEP. Na tentativa de elucidar tais influências, passaremos à análise de itens importantes que compuseram o Estatuto, com o objetivo de ilustrar algumas das principais características incorporadas pela UEP durante o processo de sua criação.

⁹⁸ ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 1958, p. 9.

⁹⁹ Aprovados em 26 de abril de 1958, o Estatuto foi assinado pelos membros que estavam presentes em Assembléia na referida data, como o presidente da comissão, Modesto Xavier dos Santos e o secretário Altamir Pereira da Fonseca. O Estatuto foi registrado em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Patos de Minas, em 23 de setembro de 1958.

No artigo 3º do Estatuto da entidade¹⁰⁰, lê-se que “Compete à UNIÃO DOS ESTUDANTES PATENSES [...] Lutar pelo respeito à dignidade da pessoa humana, por uma autêntica democracia cristã e pela estrita observância da Constituição Federal (enunciado da alínea “g”) (grifo nosso). Ora, além do espírito de humanidade e de cidadania previstos pelos e para os estudantes, esse pequeno trecho — especialmente o sublinhado — vem comprovar mais uma vez a influência exercida pela Igreja no movimento estudantil local. Outra passagem que ratifica a influência da doutrina cristã sobre a entidade encontramos no título VI – DAS ATIVIDADES CULTURAIS, artigo 42º, onde se lê que a UEP “Criará uma biblioteca de acordo com os princípios morais expostos nestes Estatutos e dentro do espírito cristão”. Em outras palavras, as intenções foram traduzidas, na prática, numa alternativa metodológico-pedagógica, que pudesse ser eficiente e que legitimasse os verdadeiros propósitos de seus idealizadores.

No artigo 10º, cujo título é “DEIXARÃO DE SER MEMBROS ATIVOS DA UEP”, na alínea “a”, lê-se: “Os elementos que forem adeptos do Socialismo, Comunismo, Doutrinas Racistas, Totalitaristas ou Anarquistas”. (grifo nosso). Esse repúdio expresso às teorias esquerdistas deixa claro a filosofia político-ideológica em que se pautaram os dirigentes da UEP e seus parceiros, durante o processo de constituição da entidade. Tal aversão é também consequência da situação vivida pelo Brasil no plano internacional, nesse período. Em plena Guerra Fria, sendo o país integrante do bloco capitalista, era natural que houvesse tamanha antipatia contra as teorias que representassem tendências de esquerda. O que reforça ainda mais essa tese é o êxito da política populista-desenvolvimentista¹⁰¹ implementada no Brasil, durante a administração do governo de Juscelino Kubitschek. De modo geral, essa postura anti-comunista também fez parte do ideário da Igreja Católica nesse período, influenciando, decisivamente, o posicionamento da Igreja local.

O artigo 16º traz o seguinte enunciado: “Os membros Diretores serão eleitos pelo sistema de voto indireto, através dos representantes dos Corpos Discentes dos estabelecimentos de Ensino Secundário e Médio da cidade, na proporção de 35 (trinta e cinco) para cada estabelecimento, conforme preceitua o art. 36”. (grifo nosso). Conforme analisamos na subseção anterior, essa situação foi temporariamente resolvida pelo artigo 52º. Sem querer nos estendermos sobre a questão, apenas reiteramos que a entidade que nascia pleiteando a defesa dos direitos dos estudantes inicia suas atividades limitando a participação estudantil na

¹⁰⁰ Todos os excertos referidos nesta subseção foram retirados do ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 26 abr. 1958.

¹⁰¹ Termo utilizado por Cunha (2002).

eleição. Isso faz sugerir que os conceitos de democracia existentes entre os líderes da recém-criada entidade estudantil eram bastante limitados.

O artigo 33º do Estatuto fazia ler: “O Executivo deverá reunir-se pelo menos uma vez por mês” (grifo nosso). Já o artigo 34º pugnava que a Assembléia Geral, órgão soberano da Entidade, “se reunirá ordinariamente uma vez por ano”. Em caso de reuniões ou assembleias extraordinárias deveriam ser seguidas as normas prescritas no referido documento.

As primeiras eleições da UEP seguiram o mesmo princípio da Constituição de 1946, o princípio da seletividade. O documento declarou universal o voto para maiores de 18 anos, mas excluiu do processo eleitoral analfabetos, cabos e soldados, ou seja, mais da metade da população brasileira na época. Tal medida pode ter influenciado os líderes estudantis de Patos de Minas na definição do restrito colégio eleitoral que teria direito a voto para escolha dos dirigentes da entidade.

A sucinta análise que aqui fazemos desses artigos do Estatuto da UEP serve para ilustrar algumas das principais características do processo de criação da entidade. No decorrer deste trabalho outros aspectos do Estatuto serão abordados, a fim de pôr em perspectiva a realidade brasileira, de um modo geral, e a realidade patense, em particular. Além de compreender o processo de constituição da entidade, é nosso objetivo também discutir o papel exercido por ela no cenário patense — o que faremos na seção subsequente.

4 UEP: AÇÕES E REAÇÕES NO CENÁRIO PATENSE

4.1 O DEBATE DAS ENTIDADES ESTUDANTIS NO LIMIAR DA DÉCADA DE 1960: UNE, AMES E UEP

No limiar da década de 1960, os conflitos sociais eram intensos no país. Em meio à Guerra Fria, ao menos no Brasil, direita e esquerda pareciam conceitos bem definidos dentro das entidades estudantis. A direita era representada pelos capitalistas e a esquerda pelos comunistas, socialistas e/ou simpatizantes. Na direção da UNE predominava a esquerda, na da UEP, a direita e no interior da Ames, o conflito era flagrante.

As divergências que ocorriam no interior ou mesmo entre as referidas entidades estudantis eram percebidas e avaliadas pela UEP. O processo que desencadeou o rompimento entre a Ames e a UNE, provocando a mudança de sede e de diretoria da primeira, foi descrito pelas lideranças estudantis da UEP da seguinte forma:

A primeira batalha, travou-se a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários em outubro p.p., com a realização de seu Congresso anual quando, além de realizar a eleição duma diretoria menos vermelha, foi tomada a resolução de promover-se a mudança da sede, até então localizada no edifício da União Nacional dos Estudantes, medida essa tornada necessária pela pressão exercida sobre a entidade pelos agitadores da UNE. [sic]. (A Ames..., 1960, p.2)¹⁰²

Em seguida, uma série de episódios contribuiu para acirrar ainda mais a animosidade entre ambas as entidades estudantis, agravando a situação. Dentre esses episódios, vale à pena citar aqui os protestos da UNE, reprovados pelos setores moderados da Ames, diante da visita ao Brasil do presidente norte-americano Eisenhower e os discursos e atitudes esquerdistas do presidente da Ames, Mauro Fonseca Pinto, que havia participado do Congresso Latino-Americano da Juventude, em Cuba. Note-se, ainda, as acusações de corrupção contra o presidente da Ames, que foram duramente reprimidas pela ala moderada dos secundaristas, contribuindo para sua deposição e, conseqüentemente, para a incorporação dos valores defendidos pelos grupos de direita.

Desse modo, no período em questão, além da mudança de sede houve também uma mudança de princípios e ideais que marcaram a atuação das duas entidades nos anos que se seguiram. Posições que ficaram claramente demarcadas no congresso realizado entre os dias

¹⁰² A Ames depôs os agitadores. **Folha Diocesana**, 15 mai. 1960, nº 110, p.2.

11 e 12 de março de 1960, em que a ala moderada, denominada de grupo democrático, “venceu a batalha” contra os esquerdistas da Ames e contra a influência da própria UNE.

Com a presença dos Representantes do Presidente da República e do Ministro da Justiça [...], realizou-se no Ministério da Educação a sessão solene de instalação [da nova diretoria] [...]. Aprovou-se uma Declaração de Princípios pela qual a Ames não participará de atividades políticas e tampouco se manifestará sobre problemas nacionais que não são de sua alçada, inclusive “greves, depredações, comícios ou qualquer outra atividade de natureza subversiva”. Foi aprovada pelo plenário a proposta [...] de criar na Ames um Conselho formado de professores, pais de alunos e representantes dos estudantes, para debater os problemas dos secundaristas em sua maioria menores de 18 anos. [sic]. (A Ames..., 1960, p.2)¹⁰³

Além de definir os limites de ação da entidade, a Declaração de Princípios ainda obstruía a militância de seus membros, por considerá-los “imatuross” para tomar determinadas decisões. O Conselho criado sob os auspícios do poder público resguardaria tal deliberação, já tentando se prevenir do perigo que representava para a ordem social estudantes imbuídos de ideais não capitalistas, ou, em outras palavras, estudantes *subversivos*.

Tais conflitos eram acompanhados de perto pelos líderes estudantis da UEP, uma vez que suas atividades também se pautavam pelos princípios da moral capitalista, ao mesmo tempo em que repudiavam quaisquer ações que contrariassem os bons costumes da família tradicional e conservadora, valores apreciados na comunidade patense. Para ilustrar, destacamos excerto de uma reportagem do jornal local, que trata do retorno do presidente da UNE, Oliveiros Guanais, de uma visita a Cuba; o estudante trazia livros, revistas e folhetos daquele país, considerados subversivos pelas autoridades brasileiras. O fato provocou protestos entre os líderes estudantis de Patos de Minas.

Pode a UNE continuar a conspirar contra a democracia brasileira como abertamente vem fazendo, como se no Brasil não houvesse governo nem lei? Pode esse brasileiro indigno continuar a frente de uma entidade estudantil da amplitude da UNE, pago, além do mais, para isso, pelo Ministério da Educação?! Pode a UNE, sob a direção dos rapazes de mentalidade deformada, continuar a ostentar na sua fachada insultos aos Estados Unidos, nação com a qual o govêrno brasileiro mantém relações cordiais e contra a qual não pode tolerar semelhantes grosserias, que, aliás, depõe contra os nossos foros de civilização? [sic]. (NÃO..., 1961, p.5)¹⁰⁴

Nas eleições nacionais da UNE de 1961, venceram representantes da esquerda. O resultado foi recebido com frustração e inconformismo pelos líderes estudantis de Patos de Minas. “[...] eleita a 22 do corrente (trata-se do mês de julho), pelos comunistas de

¹⁰³ A Ames depôs os agitadores. **Folha Diocesana**, 15 mai. 1960, nº 110, p.2.

¹⁰⁴ NÃO é possível tolerar por mais tempo a ação subversiva da UNE. **Folha Diocesana**, 29 jan. 1961, nº 140, p.5

cambulhada com elementos suspeitos da Juventude Universitária Católica, sendo guindado à presidência o jucista Aldo Arantes”. [sic]. (grifo nosso). (POSSE..., 1961, p.3)¹⁰⁵.

Os fatos que inauguraram a década de 1960, tanto em nível nacional como local, dos quais participaram a UNE, a Ames e a UEP, permitem visualizar parcialmente o cenário que se delineava no Brasil. A eleição de Jânio Quadros à presidência do país, em outubro de 1960 e a condecoração de um dos principais líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara, provocou instabilidade social, em função de um “medo do comunismo”. Esse sentimento contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos e as relações entre as entidades estudantis brasileiras no início da década.

Em Patos de Minas, o movimento estudantil secundarista inicia suas atividades na década de 1960 em sintonia com a Ames e, portanto, em contraposição a UNE. Em outras palavras, predominava na cidade a moral capitalista, que, na prática, se traduzia pela manutenção da ordem e pela obediência a Deus.

Todavia, no transcorrer da década de 1960, a leitura que a UEP e a Ames passaram a fazer da sociedade alterou-se significativamente. A implantação do Regime Militar em 1964 e o governo ditatorial que resultou das forças militares no poder, especialmente a partir da decretação do AI-5, em 1968, operaram o redirecionamento dos princípios e das ações dessas mesmas entidades, como veremos mais adiante.

4.1.1 Como a UEP interpretou o golpe militar de 1964?

O ano de 1964 representa um marco na história do país. A deposição do presidente João Goulart pelos militares contou com o apoio da elite burguesa pró-capitalista nacional e internacional — no caso, particularmente do Estado Norte-Americano — e de parte dos líderes religiosos da Igreja Católica. No âmbito estudantil, também houve divergências no interior das entidades. As lideranças da UNE foram contrárias ao golpe, colocando-se ao lado do presidente deposto, atitude não assumida pelas demais entidades estudantis espalhadas pelo país, sobretudo na UEP, em Patos de Minas.

Em meio às turbulências políticas que marcaram o final do governo de João Goulart, era eleita em Patos de Minas uma nova diretoria da UEP, cujo presidente era um jovem de nome bastante conhecido no meio estudantil da cidade, Marcos Martins de Oliveira. Sua

¹⁰⁵ POSSE da Nova Diretoria da UNE. **Folha Diocesana**, 06 agos. 1961, nº 162, p.3.

popularidade deveu-se, dentre outros fatores, à liderança exercida no CCRB, onde fora eleito presidente em 1963.

Sucederam ao Golpe de 1964 reiteradas manifestações da UNE em oposição à ação dos militares, a ponto de a entidade ter transferido sua sede temporariamente para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde se concentravam os oposicionistas. Em Patos de Minas, a UEP repreendeu veementemente a postura da UNE, visando deixar claro para a comunidade local seu posicionamento frente ao movimento de 1964. Desse modo, as lideranças estudantis patenses, ao referirem-se à UEP, afirmaram:

É autônoma. Nunca se filiou à famigerada U.N.E. de triste lembrança. Não poderia tê-lo feito. Seria aberração gritante que uma entidade democrática se submetesse à subversiva U.N.E. dirigida pela pelegada estudantil vermelha. [sic]. (U.E.P., 1964, p.1)¹⁰⁶

Ao lembrar aquela época, Marcos Martins de Oliveira afirma que,

Numa fase inicial não tínhamos clareza nenhuma do que era esse movimento militar. Isso é verdade! Porque ninguém sabia como o golpe tava sendo dado... o que era... o general... e a visão que você tinha, inicialmente, era a de que estava havendo um enfrentamento ao comunismo. (OLIVEIRA, 2009)

Nesse caso, a postura dos estudantes patenses pode ser justificada se considerarmos a visão que eles tinham do comunismo na época: “Você tinha uma visão do comunismo que era aquela em que um homem comia criancinhas dentro do pão. As coisas do comunismo eram de apavorar [...] [Ademais] esse movimento nosso do interior era um movimento conservador”, reitera Marcos Martins de Oliveira. Essa visão deturpada do comunismo foi construída pelos setores conservadores nacionais por ocasião da Guerra Fria, sendo intensificada a partir do golpe de 1964, pelos militares. Publicizada em todo o país, a versão “demoníaca” do comunismo foi legitimada durante um tempo pela Igreja Católica também.

4.2 ATUAÇÃO DA UEP NO REGIME MILITAR

4.2.1 “Ensaio de rebeldia” no movimento estudantil patense

Assim que assumiram o poder, os militares começaram a dar mostras de como governariam o país. Os Atos Institucionais (AI) decretados sucessivamente durante seus governos legitimaram sua política governamental, limitando cada vez mais a democracia. Os

¹⁰⁶ U.E.P. *Folha Diocesana*, 19 abr. 1964, nº. 280, p.1

AI-1 e AI-2, editados respectivamente em 9 de abril e 27 de outubro de 1964, determinavam eleições indiretas para a presidência da República e a dissolução dos partidos políticos. Posteriormente, em 05 de fevereiro de 1966, foi decretado o AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para governador e vice-governador e determinou que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores com aprovação das assembleias legislativas.

Em Patos de Minas, no mesmo período, a UEP fazia exatamente o contrário, ou seja, trabalhava pela democratização do processo eleitoral, por meio da reformulação do Estatuto da entidade. No final de 1965, já se notava o interesse dos líderes estudantis da UEP pela realização de eleição democrática. Uma nota publicada na Folha Diocesana sobre as eleições estudantis que ocorreriam em 1966 fez referência a essa questão: “E a notícia mais agradável é que para o próximo pleito o sistema de votação será o sufrágio universal” [sic] (OBSERVATÓRIO... 1965, p.4)¹⁰⁷

De acordo com Marcos Martins de Oliveira, havia cobrança por parte dos estudantes para a democratização do processo eleitoral da UEP. Eles fundamentavam sua reivindicação na cultura de eleições predominante no país antes do Golpe, as quais eram, pelo menos em parte, populares. Assim, desconsideraram a situação política adversa que o Brasil atravessava naquele momento.

Havia essa busca, essa ansiedade dos estudantes. [...] o estudante, nessa época, ele sonhava! Queria ser poeta, publicar um livro, queria escrever, crescer politicamente! [...] havia uma busca na participação política, nessa época, muito boa! E nós não percebemos, a primeira vista, que os militares estavam matando isso”. (OLIVEIRA, 2009)

Certamente, em virtude desse sentimento, que, conforme relata Marcos Martins de Oliveira, era partilhado pelos estudantes secundaristas patenses, é que foram reformulados os Estatutos da entidade, democratizando-se, ainda que parcialmente, o processo eleitoral da UEP.

Logo, as eleições diretas da UEP, em 1966, foram resultantes, dentre outros fatores, da compreensão pelos estudantes dos significados do Regime Militar, pois, como disse Marcos Martins de Oliveira, “com o andar da carruagem o pessoal começou a ter uma visão melhor do que realmente estava acontecendo” (OLIVEIRA, 2009). E essa visão crítica da realidade da época se construiu, inclusive, à custa das perseguições sofridas por professores e alunos em Belo Horizonte, o que informava e conscientizava mais que qualquer artigo. Em Patos de Minas, nesse período, também aconteceram alguns eventos que sinalizavam, ainda que

¹⁰⁷ OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 17 out. 1965, nº 340, p. 4.

discretamente, para essa tomada de consciência, como a palestra de um religioso de Uberaba, conhecido como Pe. Flávio, que, segundo Marcos Martins de Oliveira, “mostrava a necessidade de mudança e questionava a crise econômica. O problema da terra fundiária passou a ser discutido. [...] Teve lá [referindo-se a Patos de Minas] a Semana da Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2009). Continua:

[...] e uma pessoa que despertava o interesse na gente, que agente lia os artigos dele com frequência era o Carlos Heitor Coni, no correio da manhã, hoje é escritor e colunista da Folha. Ele foi assim, um crítico rigoroso do golpe militar. Com o Pe. Almir agente via os artigos dele e comentava. [...] Então, com relação a este movimento militar, a gente tinha sim um pensamento crítico de oposição, mas de ordem teórica, não de organizar movimentos nesse sentido. O grupo não endossava isso aí não! (OLIVEIRA, 2009)

Por outro lado, veja-se uma amostra dos veementes discursos anticomunistas proferidos pelas lideranças estudantis patenses e parceiros da UEP na imprensa, em meados de 1965:

As últimas eleições estudantis, máxime nas faculdades, serviram para trazer a campo, a descoberto, o fenômeno da contaminação vermelha que ainda reina no grêmio dos universitários. Os fedelhos da extinta U.N.E. recalcitaram, reagiram, resmungaram, mas prevaleceu o bom senso da maioria. As eleições correram tranqüilas. O ministro Suplicy saiu prestigiado e revigorada a sua autoridade. [sic]. (VIGOROSO..., 1965, p. 4)¹⁰⁸

Ao compararmos esses discursos, o de Marcos Martins de Oliveira e o da imprensa, é necessário que se façam algumas considerações. Ou não havia entre as lideranças do segmento estudantil patense uma confluência ideológica sobre a situação política em que se encontrava o país, ou então tais lideranças não possuíam conhecimento claro sobre o significado e as implicações dos termos “Regime Militar”, “capitalismo” e “comunismo”, muito menos a relação existente entre eles naquele momento histórico. Em linhas gerais, percebe-se uma grande contradição entre os estudantes: de um lado, condenavam o comunismo a partir da interpretação que se fazia dele por parte da mídia, da escola, da igreja e dos demais agentes formadores de opinião; por outro lado, condenavam também, discretamente, o regime militar, pelas injustiças cometidas contra seus pares e professores, principalmente nas capitais.

Durante o pleito que elegeria o sucessor do então presidente da entidade, Marcos Martins de Oliveira, houve uma série de protestos e manifestações contrárias a UEP, o que foi recebido com certa hostilidade pelos líderes da entidade. Após escreverem frases como

¹⁰⁸ VIGOROSO Movimento Estudantil. **Folha Diocesana**, 26 set. 1965, nº 337, p. 4

“Abaixo a UEP” e “Fechemos a UEP” pela cidade durante a noite, os estudantes “subversivos” foram duramente repreendidos pelos dirigentes da entidade, com os seguintes dizeres:

[...] É a baderna. O sestro dos grandes centros quer se instalar no grêmio da juventude estudantil patense. Estamos certos de que os estudantes autênticos saberão repudiar os pequenos gangsters inocentes. [...] Deixem-nos na sombra do anonimato, É o lugar dêles. [sic]. (SPERA..., 1966, p. 4)¹⁰⁹

Se desconsiderarmos as conversações e teorizações realizadas por um pequeno grupo de líderes estudantis, sob orientação do Pe. Almir Neves de Medeiros, durante o pleito de Marcos Martins de Oliveira, esta teria sido a primeira ação concreta de estudantes em oposição à linha moral e conservadora que caracterizou o movimento estudantil patense até então. A manifestação estudantil contrária a UEP foi interpretada como um movimento subversivo, influenciado por “gangsters” dos grandes centros, vistos como militantes e simpatizantes do comunismo, portanto, perigosos à sociedade.

Marcos Martins de Oliveira, então presidente da entidade, atribui tal atitude àqueles estudantes possivelmente insatisfeitos com a postura adotada pela UEP: “Tava naquela época do ‘abaixo isso...’ ‘abaixo à ditadura’! Talvez tenha sido um grupo vendo nossa ligação mais com a direita do que com esse papel de independência, né!?” (OLIVEIRA, 2009). Paulo Amâncio de Araújo, integrante da chapa de Marcos Martins de Oliveira, diz que, na época, as suspeitas recaíram sobre estudantes do Colégio Estadual, principais rivais dos alunos do Colégio Comercial Silvio de Marco nas disputas eleitorais da UEP: “Sentiram que iam perder a eleição, aí começaram a desestabilizar o processo” (ARAÚJO, 2009).

4.2.2 A contraditória democracia nas primeiras eleições diretas da UEP

Poucos dias após as manifestações contrárias à UEP, foram realizadas as eleições para a presidência da entidade — a primeira por sufrágio universal. Sucedeu Marcos Martins de Oliveira o jovem Flaviano Corrêa Loureiro, candidato pelo *Movimento de Ação Idealista*, obtendo 515 votos. Disputaram a eleição mais duas chapas: o *Grupo Decisão*, do jovem João Marcos Pacheco, com 463 votos, e a *Liga Democrática Renovadora*, presidida por Célio de Deus Simões, com 81 votos.

¹⁰⁹ SPERA. Inconformados agitam eleições. *Folha Diocesana*, 27 mar. 1966, nº 357, p. 4.

Depois da reformulação do Estatuto, todos os estudantes secundaristas passaram a ter direito ao voto para escolha dos dirigentes da UEP, mas, na prática, não foi exatamente isso o que aconteceu. A democracia anunciada foi abortada no processo eleitoral, uma vez que, dos 1.066 estudantes que compareceram às eleições, 180 foram impedidos de votar, enquadrados no artigo 10º, alínea a, do Estatuto de criação da entidade¹¹⁰, cuja redação é a seguinte:

Deixarão de ser Membros Ativos¹¹¹ da U.E.P.:

a) Os elementos que forem adeptos do Socialismo, Comunismo, Doutrinas Racistas, Totalitaristas ou Anarquistas. [sic]. (ESTATUTO..., 1958)¹¹²

Também foram registrados três votos em branco e quatro votos nulos. Os 180 estudantes excluídos do processo eleitoral correspondiam a 14,3% dos eleitores que compareceram às urnas para votar. É interessante considerar que esses 180 estudantes poderiam ter mudado o resultado das eleições, tendo em vista que a diferença entre Flaviano Corrêa Loureiro, o vencedor, e João Marcos Pacheco, segundo colocado, foi de apenas 52 votos; ou ainda, que a exclusão desses 180 estudantes do processo eleitoral estaria relacionada às manifestações estudantis contrárias à UEP, ocorridas às vésperas da eleição. Em relação a esse fato, Paulo Amâncio de Araújo (que integrava tanto a diretoria presidida por Marcos Martins de Oliveira até então, quanto a que havia sido eleita, liderada por Flaviano Corrêa Loureiro) atribuiu a responsabilidade aos diretores escolares.

Eu me lembro desse episódio, só não me lembrava do número, sabia que era um número expressivo! Foram estudantes impedidos de votar... e a relação deles foi fornecida pelas escolas... uma lista de pessoas que estavam ligadas a movimentos... a partidos que, na época, eram considerados nocivos à sociedade. Os professores, os estudantes que davam trabalho no colégio eram rotulados de subversivos! (risos) era mais cômodo pro diretor... isso acontecia muito! Infelizmente teve muito isso. (ARAÚJO, 2009)

Ainda segundo o ex-militante estudantil, essa lista teria sido enviada para a comissão que geria o processo eleitoral. Questionado sobre os critérios utilizados para impedir a participação dos 180 estudantes no processo eleitoral, o Sr. Araújo argumenta:

¹¹⁰ U.E.P. tem nova Diretoria. **Folha Diocesana**, 06 abr. 1966, nº 358, p.4

¹¹¹ Conforme o Título II, “Dos Membros da União dos Estudantes Patenses”, art. 8º, parágrafo único, “serão considerados Membros Ativos, no exercício de seus direitos políticos e de representação junto à UEP, os portadores da identidade estudantil por ela fornecida e que satisfaçam as demais condições impostas por estes Estatutos”. Os estudantes portadores de identidade estudantil eram, de acordo com o Título I, “Da Organização da União dos Estudantes Patenses e suas Finalidades”, art. 3º, alínea e, “todos os estudantes de Patos de Minas, inclusive aos do curso primário que tenham idade superior a 12 anos” [sic] (ESTATUTO..., 1958). Vale ressaltar que as redações desses artigos correspondem à primeira versão do Estatuto, elaborado após a fundação da entidade, portanto, passível da reformulação ocorrida durante a gestão de Marcos Martins de Oliveira.

¹¹² ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 26 abr. 1958.

É... normalmente, aqueles estudantes que davam mais problemas... problemas disciplinares, problemas de insubordinação... pra justificar uma medida mais enérgica, eles faziam esta rotulação dos estudantes. Eram as próprias diretorias dos colégios que faziam... através dos diretores. (ARAÚJO, 2009)

Nesse sentido, vale à pena conhecer mais sobre os candidatos que disputavam as eleições estudantis naquela época, bem como o caminho que os levou as suas respectivas candidaturas.

De acordo com Flaviano Corrêa Loureiro, eleito presidente naquelas eleições, sua candidatura não havia sido planejada e foi lançada às vésperas da eleição por influência do seu tio, Benedito Corrêa da Silva Loureiro: “Então, já com muito pouco prazo, o João Marcos já estava em campanha a bastante tempo, eles então me procuraram. Não me convidaram. Quase impuseram pra que eu aceitasse a concorrer” [sic] (LOUREIRO, 2009).

Benedito Corrêa da Silva Loureiro era médico. Foi candidato a vice-prefeito derrotado nas eleições de 1962, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), que, apesar de ter tido sua origem em São Paulo no ano de 1945, foi fundado em Patos de Minas somente em 1962, às vésperas das eleições municipais¹¹³, com a participação do Pe. Almir Neves de Medeiros¹¹⁴.

A candidatura de Benedito Loureiro, pelo PDC, acabou inserindo-o na política partidária local. Isso pode justificar a participação direta dele na escolha do nome de seu sobrinho, Flaviano Corrêa Loureiro Corrêa, para as eleições da UEP em abril de 1966, para concorrer com o jovem João Marcos Pacheco. Flaviano Corrêa Loureiro¹¹⁵ comenta sobre as possíveis razões de sua candidatura de última hora: “O que houve, na verdade, foi uma pressão entre... parece que a base... tudo em cima do tio Benedito, e eles preocupados que não houvesse alguém para concorrer com o João Marcos” (LOUREIRO, 2009).

¹¹³ O Partido Democrata Cristão (PDC) foi fundado em São Paulo por Antônio Cesarino Júnior, em 9 de julho de 1945. Teve expressão média e filiados ilustres, como Queirós Filho e André Franco Montoro. Foi extinto pelo Regime Militar por meio do Ato Institucional Número Dois (AI-2), de 27 de outubro de 1965. Ressurgiu em julho de 1985, logo após a restauração do poder aos civis, tendo disputado eleições até ser fundido ao Partido Democrático Social (PDS) para formar o Partido Progressista Reformador (PPR), em 1993. Posteriormente foi renomeado como Partido Progressista Brasileiro (PPB), resultado de outra fusão com o Partido Progressista liderado por Álvaro Dias. Atualmente teve sua legenda alterada para Partido Progressista (PP). (Cf. PARTIDO Democrata Cristão. **Wikipedia, a enciclopédia livre** (em português). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_Crist%C3%A3o_\(1945-1965\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_Crist%C3%A3o_(1945-1965))>. Acesso em: 27 mai. 2009.)

¹¹⁴ Discutiremos a participação do Pe. Almir Neves de Medeiros nas eleições municipais de 1962 na seção 5.

¹¹⁵ Flaviano Corrêa Loureiro deixou a presidência da entidade em março de 1967, alegando pressão política. Segundo relata, lideranças políticas locais o teriam impedido de realizar um projeto de grande importância para a UEP: a construção da sede própria. O ex-dirigente da entidade afirma que o então governador do Estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro, prometeu apoio financeiro para a realização do projeto, mas ao chegarem a Belo Horizonte os líderes estudantis foram “surpreendidos por uma carta de um político” de Patos de Minas, que solicitava ao governador não conceder aos membros da entidade a contribuição prometida, justificando que os estudantes “eram contra a política dos Correia” (LOUREIRO, 2009). Em função disso, Flaviano Corrêa Loureiro teria preferido deixar a presidência da UEP, abandonando também seus estudos.

Sobre a questão, Jorge Eduardo de Araújo Caixeta, ex-membro da UEP e ex-dirigente da entidade entre 1970 e 1972, relata que,

Era uma briga de religião camuflada. Ninguém tinha coragem de falar. Afinal de contas, o Concílio Vaticano II estava ainda muito recente e o ecumenismo, preconizado pelo citado concílio, ainda era algo muito desconhecido e, a rigor, as pessoas tinham preconceito quanto ao fato de o João Marcos, como presbiteriano, ser eleito. (CAIXETA, 2009)

Segundo Jorge Caixeta, líderes da chapa de Flaviano Corrêa Loureiro tentaram usar o argumento da religião para se sobressaírem na campanha, mas foram repreendidos pelo Pe. Almir Neves de Medeiros, que, conforme ressalta o ex-membro da UEP, “era abertamente favorável às grandes mudanças promovidas pelo Vaticano II [...] [Por exemplo] não se fazia casamento de protestante com católico na cidade, mas o Almir fazia” (CAIXETA, 2009).

João Marcos Pacheco, por sua vez, pertencia a uma família tradicional na cidade, mas não era católico, tampouco aluno no Colégio Comercial Silvio de Marco. De família protestante, religião presbiteriana, João Marcos estudava no Colégio Estadual. Era, portanto, um personagem atípico em comparação àqueles que haviam assumido a presidência da UEP até então.

Acontecimentos relativos à UEP, ocorridos no ano de 1967, possibilitam identificar o início de um possível revés no movimento estudantil patense, materializado com a diminuição significativa do número de filiados à entidade. Por não termos tido acesso aos arquivos da UEP, os quais certamente informariam sobre os números oficiais de filiados ao longo de sua história, ficamos limitados a reportagens publicadas na imprensa. Duas notas, em especial, chamaram a atenção. A primeira foi publicada em 1967: “A diretoria da UEP, na última semana, percorreu todos os colégios da cidade distribuindo os formulários para obtenção da nova carteirinha de estudante. São cerca de 4.000 estudantes, exigindo um trabalho exaustivo daquela entidade” (NOTAS...,1967, p. 6)¹¹⁶. Três anos depois, em 1970, em outra nota, publicada no *Jornal dos Municípios*, a realidade era bem diferente: “Contamos com pouco mais de 2.500 estudantes filiados à UEP, quando esse número deveria ser bem maior, se levarmos em conta que a população estudantil patense representa alguns milhares de alunos mais.” [sic] (VALORIZEMOS..., 1970, p. 5)¹¹⁷

De acordo com os dados oferecidos pela imprensa patense na época, a redução do número de filiados à UEP teria sido de 37%, percentual bastante acentuado. A situação torna-

¹¹⁶ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 24 abr. 1967, nº. 403, p. 6.

¹¹⁷ VALORIZEMOS a UEP. **Jornal dos Municípios**, 21 jun. 1970, nº 277, p. 5.

se ainda mais preocupante, se considerarmos que, no ano de 1968, foi criada mais uma escola secundária na cidade, o Ginásio Presidente Kennedy¹¹⁸.

Passaremos, a partir de agora, à análise dos possíveis fatores que podem ter contribuído para o esvaziamento da entidade.

4.2.3 A primeira passeata estudantil

O ano de 1967 foi marcado por uma manifestação estudantil que teve grande repercussão em Patos de Minas: uma passeata, organizada pela própria direção da UEP, cujo presidente era o jovem Jurandi Gomes Ferreira¹¹⁹. A finalidade da passeata era reivindicar uma faculdade para Patos de Minas e uma sede própria para a UEP. Certamente, as manifestações realizadas pelos estudantes nas principais capitais do país no ano de 1966 serviram como referência ou ao menos como motivação para os estudantes patenses. Nesse sentido, é oportuna a observação de Poerner (2004), segundo a qual “a participação maciça — e mesmo majoritária — de secundaristas, que formavam uma verdadeira ‘linha dura’ do movimento, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários”.

Jurandi Gomes Ferreira informa que a passeata estudantil teve repercussão significativa em Patos de Minas, uma vez que a movimentação desencadeada pelos estudantes, às vésperas da manifestação, chamou a atenção de autoridades municipais e estaduais, do que decorreram prisões de estudantes.

Como nós estávamos vivendo num Regime Militar, naquela época, existia o DOPS e saiu agentes de Belo Horizonte e Juiz de Fora e baixou lá em Patos. Aí me pegaram, um dia antes da passeata, a nossa sede tava cheia de faixas, cartazes preparando para a passeata no dia seguinte. Chegaram lá, me pegaram, me levaram para a delegacia e me fecharam lá junto com o delegado durante umas 4 ou 5 horas de interrogatório. Depois fui libertado e eu falei lá na frente do delegado que nós íamos sair para a passeata e que a responsabilidade seria toda minha! Nós íamos sair! E olha que eu assumi uma responsabilidade! Eu era bancário na época. Eu tava correndo risco, inclusive de ser demitido, mas nós saímos com a passeata e eu acho que rendeu algum fruto. (FEREIRA, 2009)

¹¹⁸ Instituição privada, que oferecia apenas a primeira etapa do ensino secundário, o antigo ginásio. A extensão de ensino para a segunda etapa do ensino secundário ocorreu somente a partir de 1982. Em 1989, a instituição passou a se chamar Colégio Leonardo da Vinci.

¹¹⁹ Flaviano Corrêa Loureiro permaneceu pouco menos de um ano na direção da UEP. Sua posse ocorreu no dia 17 de abril de 1966; entretanto, em março de 1967, já não ocupava mais o cargo de presidente da entidade. Mário Teixeira de Moraes, que era conselheiro fiscal na chapa de Flaviano Corrêa Loureiro, assumiu o cargo após uma eleição interna. (Cf. EDITAL de Convocação. **Folha Diocesana**, 30 mar. 1967, nº 401, p. 3). Posteriormente, com a saída de Mário em meados de 1967, foi realizada uma nova eleição interna, assumindo a presidência Jurandi Gomes Ferreira, que havia sido o segundo tesoureiro na chapa de Flaviano Corrêa Loureiro.

Questionado sobre o teor da passeata, o ex-militante da UEP argumenta que não se tratava de uma passeata de protesto, mas de reivindicação; e atribui a responsabilidade pela desordem ou caráter de subversão dos preparativos que antecederam a manifestação a dois jovens de Patos de Minas, que já estudavam em Belo Horizonte: “Esse movimento no meio da nossa passeata iniciou através de dois ex-colegas nossos que já estavam estudando em Belo Horizonte. [...] Eles vieram com outra mentalidade” (FEREIRA, 2009).

Após ser liberado pela polícia, com a condição de que conteria os ânimos exaltados dos estudantes durante a passeata, Jurandi Gomes Ferreira relata que voltou para a sede da UEP e censurou algumas faixas e cartazes considerados subversivos, defendendo o caráter pacífico do movimento: “Censurei porque a intenção não era protesto, realmente, nossa intenção era reivindicar. Não era xingar ninguém, não era. Era cobrar, simplesmente, dos nossos políticos” (FEREIRA, 2009).

Parece latente nas palavras do ex-líder estudantil, o medo que os estudantes tinham da repressão das autoridades, conforme sugere sua preferência pelo uso do verbo “reivindicar” no lugar do verbo “protestar”, na tentativa flagrante de minimizar os efeitos causados pela manifestação que realizaram. No caso desse evento específico, havia também para Jurandi Gomes Ferreira a possibilidade de um comprometimento pessoal, uma vez que o presidente da UEP, com 23 anos na época, era bancário. Assim, preservar-se era uma necessidade de sobrevivência.

4.2.4 A polêmica eleição de 1968 e o presidente “subversivo”

O ano de 1968 representa um marco na história do movimento estudantil nacional. A morte do estudante secundarista Edson Luís, assassinado pela Polícia Militar no dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, provocou comoção nacional. O assassinato de Édson marcou o início de um ano turbulento, repleto de mobilizações contra o Regime Militar, culminando na decretação do AI-5, em dezembro do mesmo ano.

Em meio à turbulência por que passava o movimento estudantil no contexto nacional, era realizada em Patos de Minas a eleição que escolheria os dirigentes da UEP para o biênio seguinte. Foram organizadas três chapas, lideradas respectivamente por Paulo Amâncio de Araújo (FASP), Antônio da Silva Andrade (MEP) e Moacir Rodrigues de Lima (JIP)¹²⁰. Paulo Amâncio de Araújo, que havia sido suplente do Conselho Fiscal da chapa de Flaviano Corrêa

¹²⁰ FASP era a sigla para “Faculdade, Ação e Sede Própria” e MEP, a sigla para “Movimento Estudantil Patense”. Não conseguimos identificar o significado de JIP.

Loureiro (que depois passou a presidência a Mário Teixeira de Moraes e Jurandi Gomes Ferreira, como já mencionamos) venceu as eleições¹²¹.

O processo eleitoral que deu a vitória a Paulo Amâncio de Araújo foi marcado por muita polêmica. A direção da UEP, responsável pelas eleições, foi acusada de ter descumprido as normas regidas pelo Estatuto da entidade, por tê-lo proclamado presidente numa eleição em que compareceu menos da metade dos membros com direito a voto.

A conclusão a que chegamos, é bem clara: ou os Estatutos da entidade precisam ser novamente reformados, ou a eleição recentemente ferida deve ser anulada. Não é legal, não é democrático, não é político, contraria o código eleitoral uma diretoria eleita no pleito em que compareceu menos da metade dos membros com direito a voto. Certamente não vai nisso nenhuma crítica ou restrição ao estudante Paulo Amâncio de Araújo. Cumpria aos atuais dirigentes da UEP proceder à votação numa segunda Assembléia. [sic]. (A UEP..., 1968, p. 1)¹²²

Os autores da reportagem basearam seu discurso no parágrafo único do artigo 36º do Estatuto de criação da UEP, cujo enunciado lê-se: “Na primeira convocação, serão necessários dois terços do número de representantes estipulado. Da segunda convocação em diante, porém, os trabalhos de votação se desenvolverão com qualquer número de representantes presentes” (ESTATUTO..., 1958).

Sabemos que o Estatuto sofreu algumas alterações com o passar dos tempos, mas, em função da impossibilidade de acesso a essas alterações, ater-nos-emos aos discursos dos personagens dessa história. Em relação à questão, Paulo Amâncio de Araújo argumenta:

Não havia exigência de maioria absoluta, o que rezava o estatuto era que fosse a maioria simples. E houve a maioria simples. [...] Mas eu não vi nenhuma ilegalidade. Tanto que, na época, se discutiu muito essa questão e nós abrimos, inclusive, a possibilidade de realizar um novo pleito. Porque, na época, os diretores tinham muita força com os estudantes e a nossa chapa não era indicada por nenhum diretor. Éramos uma chapa independente. E você sabe como são as coisas, os diretores não tinham o interesse que nós entrássemos porque sabiam que não poderiam controlar as nossas ações. Como não conseguiram controlar. Então estes comentários partiram mais da parte dos diretores do que, propriamente, dos estudantes. Foi esse o motivo, e não nos preocupou. Na época nos colocamos à disposição até do Ministério Público se achassem que havia alguma irregularidade, que marcasse uma nova eleição. Embora o número tenha sido menor do que nós esperávamos, tivemos mais de 50% dos votos apurados naquela eleição. (ARAÚJO, 2009)

Carlos Roberto Ribeiro defende a legalidade das eleições e atribui o problema à “intriga da oposição”:

¹²¹ ELEIÇÃO na U.E.P. **Folha Diocesana**, 4 abr. 1968, n.º. 452, p. 6.

¹²² A UEP e os seus Estatutos. **Folha Diocesana**, 18 abr. 1968, n.º. 453, p. 1.

A gente tinha uma briga ali também entre colégios. E o Colégio Estadual foi derrotado, nessa época. E como ele foi derrotado, houve brigas, houve problemas na eleição, não houve o reconhecimento daqueles que foram derrotados. Aí buscaram uma série de coisas tentando mudar. Era um colégio que gostava de impor! Ele tinha que ser o melhor, tudo tinha que ser deles, então eles tentaram mudar aquela eleição. Mas, poderia ter qualquer outra eleição que iriam aqueles que foram. [...] Nós somos democráticos, somos livres e a nossa eleição foi feita e ela vai permanecer! Vamos dar posse a quem foi eleito! Nós não aceitávamos o Regime Militar, o Regime autoritário chegar e dizer: tem que ser assim, tem que cumprir. Não! Estudante é diferente! Foi democraticamente, todos foram, todos foram convocados e aqueles que se interessaram compareceram e elegeram o Paulo Amâncio, na época! [sic] (RIBEIRO, 2009)

Jorge Caixeta relembra a disputa acirrada que havia entre os colégios: “A campanha se tornou assim: Colégio Estadual contra o Colégio Comercial... ‘ah eu vou votar com a Penha... eu vou votar com a Terezinha’! Virou uma briga das diretoras das escolas na época”¹²³, mas confirma, em concordância com os outros antigos membros da UEP, o critério da maioria simples nas eleições diretas da entidade.

Para a nossa pesquisa, mais importante do que a validade ou não do processo eleitoral, foi a pouca importância dada a ele pelo segmento estudantil, considerando-se o pequeno número de estudantes que compareceu para votar. Para Paulo Amâncio de Araújo, “não houve uma motivação para que os estudantes da época participassem com um número mais representativo” (ARAÚJO, 2009). Por seu lado, Carlos Roberto Ribeiro atribui o baixo número de eleitores ao desinteresse dos estudantes de menor idade, das primeiras séries secundárias, em participar do processo eleitoral.

E a gente sabe que o problema é o seguinte: ali havia muitas crianças, até! O pessoal que estava na primeira série, com 10, 11 anos, às vezes nem ligava para aquilo. Às vezes nem ia pra votar! Se existisse 5, 4, ou 3 eleições eles não iriam comparecer para votar! Por o pai não querer que entrasse na política ou coisa assim. Esse número aí [referindo-se àqueles que compareceram às eleições], já é o pessoal com mais consciência. Já é um pessoal que estava agindo mais, trabalhando mais, e mais conscientizado. (RIBEIRO, 2009)

Um fator que pode ter contribuído para o comprometimento da boa imagem que a UEP possuía no meio social foi a ligação de seu presidente, Paulo Amâncio de Araújo, com a UNE, conforme relata o antigo militante estudantil:

Eu era representante da UNE na região! Na época, de Monte Carmelo pra cá, de Araxá pra cá, eu era o porta-voz da UNE. E fazia as mobilizações que pudessem ser feitas, era por meu intermédio. Nós fizemos isso muitas vezes. Saímos em comitiva para Belo Horizonte pra participar de mobilizações pacíficas... e em mobilizações

¹²³ Ainda de acordo com Jorge Caixeta, esse envolvimento das diretorias das escolas no processo eleitoral da entidade estudantil dava-se em função do prestígio de se ter diretores da UEP em seus colégios. Para exemplificar, relata que ao optar por fazer o curso científico ao invés de contabilidade no Colégio Comércio Silvio de Marco, ganhou uma bolsa de estudos do Colégio Marista, segundo ele, por ser presidente da entidade.

homéricas! Aquelas que eram feitas ali, na praça sete, ali no pirulito. Impediam o trânsito, virava aquele tumulto generalizado! Eu era o elo entre a UNE e as classes estudantis daqui da região. (ARAÚJO, 2009)

Em Patos de Minas, a “subversão” concentrava-se na panfletagem. De acordo com Paulo Amâncio de Araújo, o dono e diretor do Jornal dos Municípios, José Maria Vaz Borges, liberava a oficina para que os estudantes pudessem produzir o material: “Eu era tipógrafo, e lá nós fazíamos os panfletos, boletins condenando a Ditadura. Era material, às vezes, baseado nas coisas da UNE ou outras entidades estudantis de fora, mas produzido por nós mesmos” (ARAÚJO, 2009).

Essa prática contrariava a legislação vigente. Conforme Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, artigo 1º, inciso IV, era proibido conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito e distribuir material subversivo de qualquer natureza. De acordo com o parágrafo primeiro, inciso II, a punição para os alunos que cometessem a referida infração era de desligamento da escola ou proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos (SANFELICE, 1986, p. 234-235).

Questionado sobre a legislação coercitiva, Paulo Amâncio de Araújo relata: “Nós tínhamos conhecimento do Decreto, mas nós fazíamos para desafiar a autoridade dos militares, no centro da cidade, durante o dia. A polícia prendia a gente e levava para a delegacia. Depois liberava. Eu fui preso várias vezes” (ARAÚJO, 2009). O ex-membro da UEP reitera que a panfletagem, muitas vezes, tratava-se de uma ação mais individual, pois tentava não envolver os demais membros da entidade.

É possível que o contexto e o clima de 68 tenham influenciado Paulo Amâncio de Araújo na adoção dessa postura. Porém, ele afirma que não participava dos movimentos e mobilizações da UNE como presidente da UEP justamente para não comprometer os demais integrantes da entidade e nem a imagem da mesma no cenário local: “Para preservá-los eu preferia ir como pessoa física. Eu era o presidente da UEP, mas lá eu era somente o Paulo Amâncio de Araújo, que era credenciado a UNE e representava ela aqui na região” (ARAÚJO, 2009).

4.2.5 Dissidência interna e realização da segunda passeata estudantil

No início de 1969, o movimento estudantil patense apresentava mais sinais de enfraquecimento. Buscando reverter esse quadro, o Pe. Almir Neves de Medeiros publicou uma nota na imprensa local, apelando para que os estudantes e suas famílias atentassem à

importância da militância estudantil, conclamando-os a integrarem a entidade máxima de representação do segmento.

A União dos Estudantes Patenses começa a sua campanha para filiação dos estudantes a sua Entidade máxima. Parece incrível que ainda se tenha que fazer uma campanha para isso. Penso que deveria haver “briga” para que cada estudante pudesse filiar-se à UEP! O trabalho que está sendo realizado pela UEP é alguma coisa que nos envergonha, a nós, adultos. Rapazes e moças voltados para o bem comum, realizando todo um trabalho de promoção da comunidade patense. Abrem o diálogo com as autoridades, discutem os problemas mais sérios, querendo o trabalho, a ação, o dinamismo. Por que nós, adultos, não lhes damos as mãos, sem querer substituí-los ou monopolizá-los, mas aderindo a tudo aquilo que de grande vem surgindo da alma jovem de nossa cidade? Porque os pais e professores não caminham para uma conscientização de seus filhos e alunos, para que eles se filiem à UEP, para que eles aprendem a ter o sentido de classe, de solidariedade entre eles, escola preciosa de educação para a verdadeira fraternidade. O que me é estranho é que são eles que começam a pedir licença para passar ... enquanto ficamos à margem da estrada, lamentando isto mais aquilo... Será que não passaremos além desse espírito de “fofoquice”, perdidos em conversas inúteis e bastante provinciais, por falta talvez, de interesses vitais que nos levam a uma ação eficaz? Os estudantes nos estão oferecendo a lição. Isso bastaria para que tudo fizéssemos para que cada estudante desta cidade fosse um membro ativo na sua Entidade máxima. Não será favor! É uma obrigação nascida dessa consciência de classe. É obrigação nossa, no dever que temos de educá-los para isso. [sic]. (MEDEIROS..., 1969, p. 1)¹²⁴

Sem dúvida, a atitude e o discurso do religioso denunciam sinais de desgaste na UEP, mesmo reverenciando suas ações e seu engajamento social. Esse desgaste se evidenciaria com mais nitidez meses depois, na 9ª Semana dos Estudantes, cujo tema “Unir para construir” não fora escolhido por acaso, uma vez que a comunidade estudantil patense não se encontrava integrada por propósitos em comum. Isto ficou claro com a criação de uma outra entidade de representação estudantil na cidade, a União Colegial de Minas Gerais (UCMG), trazida de Belo Horizonte.

Diante do fato, o presidente recém-eleito da UEP, Carlos Roberto Ribeiro, demonstrou preocupação em relação à desintegração do movimento estudantil, tanto que, ao referir-se a UCMG, na *Folha Diocesana*, relata que essa entidade “colocou no princípio do ano algumas carteirinhas em circulação. Logo que assumi a presidência, vi-me na contingência de trabalhar incansavelmente pela união da nossa classe” [sic] (LEMA..., 1969, p.1)¹²⁵. Para o antigo militante, a ameaça de divisão do segmento estudantil secundarista em Patos de Minas pode ser atribuída a um movimento surgido dentro do Colégio Estadual, liderado pelo aluno Moacir Rodrigues de Lima, que havia sido derrotado no processo eleitoral da UEP no ano anterior.

As carteirinhas que foram feitas foram exatamente no colégio Estadual. Elas foram feitas ali dentro e começou a campanha, começou o movimento e nós barramos esse

¹²⁴ MEDEIROS, A. N. de. Roda Viva. **Jornal dos Municípios**, 30 fev. 1969, nº 224, p. 1.

¹²⁵ LEMA da UEP: Unir para Construir. **Folha Diocesana**, 2 out. 1969, nº 525, p.1.

movimento. Mas não foi fácil! Igual eu falei pra você, até no cinema eu tive que ir... [...] na Folha Diocesana... [...] O que estava acontecendo ali dentro? Simplesmente uma dor de cotovelo, simplesmente uma briga política que não tinha nada a ver! Só porque queria mandar! [...] Tivemos a participação do Pe. Almir. (RIBEIRO, 2009)

Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o declínio acentuado dos recursos destinados à educação, durante o governo militar, no final da década de 1960, acabou provocando protestos e manifestações estudantis nas principais cidades brasileiras. Os estudantes reivindicavam mais vagas nas universidades e na educação básica, bem como melhor qualidade de ensino. As lideranças estudantis da UEP também estiveram atentas a essas questões. Assim, dois anos após a malfadada passeata estudantil de 1967 e em meio a aparente divisão do segmento estudantil patense, a UEP voltava às ruas em manifestação a favor da implantação de uma faculdade em Patos de Minas. Dessa vez, os resultados foram melhores, visto que, no ano seguinte, as aulas tiveram início na faculdade.

Nunca se viu tanta gente reunida para uma passeata em prol de uma faculdade. Até parecia a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. Brilhante, mirabolante, notável a iniciativa da UEP que u'a vêz mais demonstrou uma organização impecável, conseguindo que todos os estudantes, comerciantes, e outros bichos marchassem pelas ruas da cidade. [sic]. (PASSEATA..., 1969, p.7)¹²⁶

Apesar de ser um “movimento de bem”, como frisou Carlos Roberto Ribeiro, o espírito de manifestação (contestação?) presente na passeata parece não ter contribuído para reanimar os estudantes secundaristas. Ao contrário, em vista da redução expressiva do número de filiados na época, é provável que a manifestação de rua, interpretada sob uma ótica conservadora, tenha distanciado muitos estudantes da UEP. Some-se a essa interpretação do ato, a caracterização dada pelo Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, a pessoas envolvidas em ações dessa natureza, que, por si só, já era suficiente para inibir estudantes e suas respectivas famílias de participar da militância estudantil. De acordo com o artigo 1º do referido decreto, comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

III – pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
IV – conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza. (SANFELICE, 1986, p. 234).

Conforme o parágrafo primeiro, as infrações definidas nesse artigo serão punidas:

¹²⁶ PASSEATA Monstro. **Jornal dos Municípios**, 23 out. 1969, nº 250, p.7.

I – Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.

II – Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.

(SANFELICE, 1986, p. 235).

Segundo Paulo Amâncio de Araújo, não houve nenhuma retaliação por parte da polícia à passeata, “talvez pela causa, não havia subversão, quebradeira, era coisa pacífica. Agora, todos sabiam do risco que estavam correndo” (ARAÚJO, 2009). Carlos Roberto Ribeiro confirma o fato ao dizer que a manifestação não era “uma passeata de vermelho”, ressaltando que o evento tinha o apoio da imprensa (RIBEIRO, 2009). Era natural, portanto, que a legislação federal, relativa a problemas disciplinares dos agentes ligados direta e indiretamente às questões educacionais, tenha justificado o não envolvimento de estudantes nas ações empreendidas pela UEP, bem como a diminuição gradativa de seus filiados.

4.2.6 Reestruturação, protestos e contradição sociopolítica

No início do ano de 1970, a UEP preparava-se para mais uma eleição. Na ocasião, duas chapas foram apresentadas, uma liderada por Jorge Eduardo Caixeta e a outra por Hélio Bosco de Mattos, cujos temas eram respectivamente “Renovação e Trabalho”, sob a sigla RT-70, e “Promoções, Organizações e Progresso”, sob a sigla POP¹²⁷.

Apesar do clamor dos líderes estudantis pelo envolvimento de seus pares nas causas defendidas pela entidade, percebe-se um declínio gradativo da participação desses jovens nas ações promovidas pela UEP. Depois da eleição polêmica de Paulo Amâncio de Araújo em 1968, em que menos da metade dos estudantes filiados compareceram ao processo eleitoral, o desinteresse dos estudantes foi também observado nas eleições de 1970¹²⁸. Ao final daquelas eleições, saiu vencedora a chapa RT-70, presidida pelo jovem Jorge Caixeta.

Conforme referido em seção anterior, em 1970 o município possuía 19.500 estudantes, somados todos os níveis de ensino nos contextos urbano e rural. Destes, 12.178 tinham entre 10 e 19 anos (atendendo os limites mínimo e máximo de idade para a educação secundária), de modo que os potenciais alunos secundários de Patos de Minas encontravam-se, em sua maioria, nessa faixa etária. No entanto, o número de filiados restringia-se a apenas 2.500

¹²⁷ UEP se movimenta. **Folha Diocesana**, 5 abr. 1970, nº 550, p. 1.

¹²⁸ UEP. **Folha Diocesana**, 16 abr. 1970, nº. 552, p. 8.

estudantes¹²⁹. Assim, preocupados com o aparente enfraquecimento da UEP, os líderes estudantis recorreram novamente à imprensa para fazer um apelo, em busca da reorganização e do fortalecimento da entidade.

Vem daí o pedido: estudante, seja U.E.P. Seja um estudante ativo, que participe e ajude os problemas de sua classe. Sua diretoria se reúne para planejar o que há de melhor para o estudante patense. E só sente uma coisa: não contar com a presença do estudante, com a presença de U.E.P. Não adianta a força de um se não há a união de todos. [sic]. (ESTUDANTE..., 1970, p. 6)¹³⁰

Paralelamente, foram promovidas, também, ações concretas no interior da entidade, visando à organização e à dinamização de suas atividades.

[...] foram criados dentro dela cinco novos departamentos para que o estudante Patense possa melhor promover sua classe e a comunidade. Os departamentos são: Departamento de Relações Públicas, de Imprensa e Divulgação, de Esportes e Arrecadação. (NOTAS..., 1970, p.8)¹³¹

O objetivo dessa reestruturação da entidade era promover maior interação e integração dos estudantes com a UEP, na tentativa de aumentar a credibilidade da mesma junto ao segmento. No bojo dessas mudanças, seguia-se mais uma convocação para que os estudantes se filiassem à entidade, buscando fortalecê-la e, conseqüentemente, fortalecer também o movimento estudantil na região.

[...] O jovem que estuda, tendo as condições necessárias, deve ser um membro da UEP. A nossa entidade, antes de se promover, indo até o estudante para esclarecê-lo da necessidade de que ele se inscreva como um de seus filiados, antes, o certo, seria o próprio jovem procurar a UEP, para dela fazer parte. [sic]. (VALORIZEMOS..., 1970, p. 5)¹³²

Em 1970, foi realizada a 10ª Semana dos Estudantes, evento tradicionalmente organizado pela UEP no mês de outubro de cada ano. Em meio à programação do evento, as lideranças estudantis da entidade protagonizaram ensaios de cidadania e solidariedade às causas das pessoas perseguidas pelo Regime Militar. Para exemplificar, note-se a celebração religiosa que abriu a Semana apresentando adaptações das canções de Geraldo Vandré — o que, segundo Jorge Caixeta (2009), constituiu-se um protesto discreto contra a opressão do Regime, principalmente sobre os estudantes.

¹²⁹ Vale ressaltar que o público da UEP era composto apenas por estudantes secundaristas provenientes de áreas urbanas, o que minimiza em parte essa diferença numérica.

¹³⁰ ESTUDANTE, seja U.E.P. **Folha Diocesana**, 11 jun. 1970, nº. 559, p. 6.

¹³¹ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 18 jun. 1970, nº. 560, p.8.

¹³² VALORIZEMOS a UEP. **Jornal dos Municípios**, 21 jun. 1970, nº 277 p. 5

A Semana dos Estudantes teve sua abertura com Missa oficiada pelo Pe. José Coimbra, no pátio do Colégio Nossa Senhora das Graças. As músicas, numa inovação, foram na maioria do Geraldo Vandré, cantadas pelos estudantes presentes e musicadas pelos “Asteróides”. [sic]. (NOTAS..., 1970, p.8)¹³³

“Para não Dizer que não Falei das Flores”, também conhecida como “Caminhando e Cantando”, é uma canção de autoria de Geraldo Vandré que ficou em segundo lugar no Festival Internacional da Canção, em 1968. Depois do festival, sua execução foi proibida durante anos, por ser considerada uma canção de protesto pelos militares. No entanto, de acordo com Jorge Caixeta, apesar da censura, os estudantes patenses ousaram entoar a canção.

Era uma forma de você contestar o grupo que tava no governo e que impedia tudo. E não podia cantar Caminhando e Cantado! Eu me lembro que na hora da consagração... Não sei quem era... mas acho que o Geraldo, que tocava nos Asteróides, ele soltou ‘pananam nanananam nanam nananam’, só isso! No contra-baixo! Tudo combinadinho! [...] Porque nessa época o Vandré era o homem de frente, né! [...] Basicamente, a situação do Geraldo Vandré era a forma que agente tinha de protestar contra o que existia. [sic] (CAIXETA, 2009)

Ainda conforme o ex-dirigente da UEP, uma outra estratégia de retaliação utilizada pelas lideranças da entidade foi a seguinte:

Também durante a Celebração Eucarística, na hora das preces da comunidade, a gente fazia as orações pelos estudantes que foram mortos pelo Regime Militar, pelos exilados e pelos que estavam presos. A missa da Semana dos Estudantes era transmitida pela Rádio Clube. A gente usava uma tática: fazia as orações da comunidade de improviso. Não tinha nada escrito, pra não deixar “pistas”. Certa vez o Patrício e o Binga (Sebastião Alves do Nascimento, dono da rádio) me procuraram: “Jorginho, pára com esse negócio de rezar pelos perseguidos da revolução, senão eles vão fechar a rádio”, mesmo assim ele nunca impediu que usássemos a rádio, depois ele arranjava uma forma de justificar com a censura o que fora feito. [sic] (CAIXETA, 2009)

Jorge Caixeta relata que outra estratégia utilizada pelas lideranças estudantis da UEP para protestar contra aquela situação de opressão foi distribuir material impresso que denunciava ações de perseguição, prisão, tortura e morte de estudantes durante o Regime Militar, contrariando o já referido Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

[...] nós tínhamos vergonha e raiva por não poder fazer nada pra salvar aquele pessoal... a não ser funcionar como distribuidor apócrifo anônimo de correspondência que chegavam... da esquerda, que jogavam na caixa postal da UEP e do Brasil inteiro! Escola de Contabilidade Nossa Senhora Aparecida... você abria e lá dentro não tinha nada de Nossa Senhora Aparecida. Lá dentro tinha panfletos com as denúncias das mortes que estavam ocorrendo na guerrilha, matando estudantes não sei aonde! E você distribuía aquilo! Você imagina se alguém visse você distribuindo aquilo ali... Da minha chapa tinha uns dois ou três só que tinham “peito” pra fazer isso! Uns não tinham nem coragem de abrir! O pavor, a pressão era demais. [sic] (CAIXETA, 2009)

¹³³ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 8 out. 1970, nº 576, p. 8.

Mais comedido que Paulo Amâncio de Araújo, que também mencionou essa estratégia da UEP em momento anterior neste trabalho, Jorge Caixeta afirma que o medo de se envolver ou ser descoberto é justificado pelo teor das punições a que estavam sujeitos. A realidade política nacional, ao se impor à cidade de Patos de Minas (assim como também para a maioria das cidades interioranas), provocava um conflito ideológico e psicológico muito grande nas lideranças estudantis, considerando-se, em muitos casos, a orientação política de seus familiares e amigos. As palavras do ex-militante elucidam melhor a situação:

Você recebia as informações de que os torturadores, os assassinos, vamos chamar assim, os bandidos, os bandidos estavam no governo com a ARENA. [...] os estudantes estavam sendo perseguidos. Estavam sendo mortos. A grande passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Os Pe. s todos de alva. Os parlamentares do MDB defendendo os estudantes atravessando a Avenida Rio Branco, no Rio. Isso, as fotos, as imagens, chegavam para nós aqui em Patos nas revistas e nos jornais da época, mas com atraso. A TV Itacolomi só falava o que a censura do governo permitia. E aqui a gente sofrendo uma angústia doida, pois cada um tinha um primo, um irmão, um tio, enfim, um parente que tava preso lá no Rio ou em Belo Horizonte! E olha um dilema crucial, esse partido, a Arena, era o mesmo partido de boa parte dos pais dos estudantes de Patos! Então havia um conflito muito grande! Um filho não podia se rebelar contra o pai por motivos diversos, desde os emocionais ao financeiro... até pela própria formação de caráter que cada um recebeu na cidade. Meu pai, meu tio, meu sobrinho, minha namorada, meu vizinho, meu maior amigo, que eu cresci ao lado a vida inteira, eram da Arena. Mas essa Arena ta perseguindo, ta batendo nesse povo lá em cima! E não se esqueça que estávamos em plena Guerra Fria; “lados dos bons e lados dos maus”. (CAIXETA, 2009)

O discurso de Jorge Caixeta denota, com clareza, a contradição existente no movimento estudantil patense durante o Regime Militar. No limiar da década de 1970, auge do regime ditatorial no Brasil, militantes da Arena Nacional protagonizavam os horrores que justificaram o uso do termo Ditadura Militar. Por outro lado, a Arena em Patos de Minas, uma das principais forças políticas locais, não tinha como líderes aqueles militares que perseguiram, torturavam e matavam estudantes e quaisquer outras pessoas consideradas subversivas ou contrárias à ordem social. Os partidários da Arena local eram os pais, tios, amigos dos estudantes patenses, em geral, políticos tradicionalmente assistencialistas que eram considerados “bons seres humanos”. Em outras palavras, a Arena que dirigia o país não era a mesma que havia em Patos de Minas. As ações empreendidas pelos governos federal e municipal também eram diferentes, por isso a linha de atuação do movimento estudantil patense seguiu uma dinâmica própria, determinada por sua realidade particular.

4.2.7 O afastamento do Padre Almir Neves de Medeiros

No início de 1971, a UEP enfrentou mais um revés, o afastamento parcial do Pe. Almir Neves de Medeiros de suas atividades em Patos de Minas, especialmente àquelas ligadas ao movimento estudantil. Com o falecimento de Dom José André Coimbra¹³⁴ e a chegada de Dom Jorge Luis Scarso, conflitos entre o padre e o novo bispo passaram a ocorrer.

Conforme relato de Dercílio Ribeiro Amorim, o Pe. Almir Neves de Medeiros não gostava de cobrar pelos “serviços” realizados na paróquia, como cerimônias de batizado, de casamento, intenção de missa, entre outros — o que incomodava o novo bispo. Paulo Amâncio de Araújo observa que essa postura do religioso conquistou desafetos na comunidade patense, porque “[o padre] era inovador, celebrava missa utilizando violão e cantando músicas da MPB, até Geraldo Vandré ele cantava na missa. Isto era inadmissível na época!” (ARAÚJO, 2009).

Esse clima de animosidade levou o Pe. Almir Neves de Medeiros a deixar o ministério oficial em Patos de Minas em fevereiro de 1971¹³⁵ e assumir a direção da Cáritas Nacional¹³⁶, posto importante e muito prestigiado no meio eclesiástico (e político) nacional. Segundo Jorge Caixeta, a saída do referido padre da Diocese resultou de “um desentendimento entre ele [o padre] e o seu superior, que era o Bispo Diocesano, Dom Jorge Luís Scarso. Eles tiveram um desentendimento muito atroz... muito sofrido... e ele se afastou de todas as atividades de Patos de Minas” (CAIXETA, 2009), sem, contudo, deixar a cidade.

Por volta do final do ano de 1971, foi divulgada uma nota na imprensa, parabenizando o Pe. Almir Neves de Medeiros pelo aniversário de 15 anos de sacerdócio; indiretamente, essa nota referia o distanciamento do religioso em relação à juventude patense.

¹³⁴ Dom José André Coimbra faleceu na cidade de Araxá, em 16 de agosto de 1968. Foi sepultado no dia 17 de agosto, na Cripta da Catedral de Santo Antônio, em Patos de Minas.

¹³⁵ Pe. ALMIR Neves de Medeiros **Folha Diocesana**, 28 out. 1971, n.º. 626, p. 1.

¹³⁶ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a Cáritas Brasileira tem quatro diretrizes institucionais: defesa e promoção de direitos; incidência e controle social de políticas públicas; construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; fortalecimento da Rede Cáritas. A entidade possui 170 entidades-membro em todo o Brasil e atua em 10 regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Nordeste II (AL, PB, PE, RN), Nordeste III (BA, SE), Norte II (AP, PA), Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A Cáritas está em processo de formação de Regional no Espírito Santo, Norte I (AM) e Rio de Janeiro. Sua Missão é testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social. (Cf. QUEM somos. **Cáritas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>>. Acesso em: 03 jul. 2009).

[...] Sua inteligência, sua cultura, seu dom oratório e o seu espírito estóico de trabalho foram postos à disposição da comunidade patense. A juventude viu em Pe. Almir um amigo e se irmanou ao seu trabalho, ao seu esforço em prol de uma modificação de estrutura, então existente. [...] Sua palavra era ouvida pela mocidade, daí surgindo as incompreensões motivadas pela quebra de estruturas... [sic]. (Pe. ALMIR..., 1971, p.1)¹³⁷

Os tempos verbais utilizados na redação conferem um tom evidente de despedida entre Pe. Almir Neves de Medeiros e os jovens estudantes de Patos de Minas. De acordo com o ex-líder estudantil Jorge Caixeta, a relação entre o padre e a UEP nunca mais seria a mesma a partir de então. “Depois dessa briga com o D. Jorge, o padre Almir não voltou às boas com Patos de Minas na atividade sacerdotal dele. Foi sempre uma atividade diocesana silenciosa [...] Com exceção de um programa de rádio que ele continuou fazendo durante a Semana Santa, na Sexta-Feira da Paixão, quando passava o dia inteiro na Rádio Clube de Patos” (CAIXETA, 2009).

As entrevistas concedidas pelos antigos membros da UEP — que serviram como fontes para este trabalho de pesquisa — revelaram a importância das ações do Pe. Almir Neves de Medeiros para sociedade patense, em especial para o segmento estudantil. O antigo membro da UEP admite que o padre exerceu influência sobre toda uma geração de estudantes em Patos de Minas, ainda que reconheça que o religioso não fosse unanimidade:

Quem não gostava do padre Almir, não gostava mesmo! Odiava! Como todo gênio, ele era meio louco também, com manias inusitadas, pra época! O Almir tinha uns avanços teológicos, litúrgicos, morais e intelectuais enormes, e outros completamente reacionários e retrógrados! Com o padre Almir não tinha meio-termo. Ele era maníaco, tinha coisas que ninguém entendia. Tenho que reconhecer que ele passou da linha do limite da razoabilidade. Ele viveu ao pé da loucura e da lucidez! [sic] (CAIXETA, 2009)

4.2.8 Crise na UEP?

Questionado sobre as possíveis causas do gradativo enfraquecimento da UEP a partir de 1967, Paulo Amâncio de Araújo acredita que o motivo principal tenha sido a mudança de comportamento assumida pelas principais lideranças estudantis a partir dessa data. Esses estudantes eram considerados revolucionários, subversivos, o que acabou comprometendo a boa imagem que a UEP possuía junto aos seguimentos mais conservadores da sociedade patense. O antigo membro da UEP também acusa o governo de desmobilizar o segmento estudantil por meio das diretorias dos colégios:

¹³⁷ Pe. ALMIR Neves de Medeiros Completa 15 anos de sacerdócio. **Jornal dos Municípios**, 31 out. 1971, nº 327 p. 1.

E uma forma que o governo encontrava de tirar forças das entidades era incentivar, através das diretorias dos colégios, o afastamento dos estudantes da União dos Estudantes. Eles achavam que esvaziando a União Estudantil, ela perderia força, [...] com menos força, menos filiados, menos adeptos, era mais fácil deles dominarem! (ARAÚJO, 2009)

Jorge Caixeta, igualmente, emite pareceres quanto à suposta crise enfrentada pela UEP, entre o final da década de 1960 e o limiar da década de 1970. De forma sucinta, aponta questões singulares. Em primeiro lugar, salienta o descrédito da UEP no cenário local, haja vista problemas financeiros gerados pelos gastos realizados na Semana dos Estudantes de 1968, o que acabou endividando a entidade. Aponta, também, o “racha” gerado no seio do movimento após as eleições daquele ano, provocando, inclusive, a tentativa de criação de uma segunda entidade estudantil, a UCMG, conforme citado anteriormente. Em terceiro lugar, o ex-líder estudantil chama atenção para a contribuição da evolução tecnológica e científica à evasão na UEP. Ora, durante a década de 1960, até início de 1970, o cinema era um dos principais entretenimentos existentes nas cidades do interior. Em Patos de Minas, o cinema possuía público cativo, em grande parte constituído pela própria juventude patense. Os estudantes filiados à UEP possuíam 50% de desconto no ingresso, o que viabilizava uma frequência ainda maior deste segmento ao cinema. Entretanto, no final da década de 1960, o cinema patense entrou em crise, pois teve que disputar o público com a televisão.

Começou a surgir os programas de televisão que retiraram o público do cinema. Então não tinha tanto interesse em ver filme, pegar a carteirinha de estudante, por quê? Porque a carterinha de estudante se eu ficava em casa vendo filme? Já tinha filme na TV! E era de graça! (CAIXETA, 2009)

Ainda segundo o ex-militante, havia muitos estudantes que se filiavam à UEP com o principal objetivo de adquirir a carteirinha da entidade, que lhes garantia o desconto no cinema. À medida que a televisão começou a se estabelecer definitivamente no cenário local, ela passou a tirar paulatinamente o público do cinema. Como consequência, os estudantes perderam o interesse em se filiar à entidade, o que levou os líderes estudantis a buscar novas estratégias para resolver o problema, como parcerias realizadas com o comércio local, a fim de garantir descontos aos estudantes nos estabelecimentos comerciais da cidade por meio da carteirinha da entidade. Essa estratégia minimizou, mas não resolveu totalmente o problema.

Jorge Caixeta concorda com Paulo Amâncio de Araújo ao afirmar que os problemas que o país estava enfrentando naquele período (1968-1970) interferiram significativamente na realidade de Patos de Minas, gerando medo e apreensão nas “famílias de bem”. Na verdade, o Brasil não era um caso isolado, estava inserido em uma conjuntura em que manifestações e

protestos estudantis aconteciam simultaneamente em vários países do mundo, provocando reações enérgicas por parte dos governos instituídos. A respeito disso, Ventura (1969, p. 13) “de 1960 a 1969, em cada ano desta década, em cada um dos cinco continentes, em quase todos os 145 países de vários sistemas políticos, o mundo conheceu a rebelião dos jovens”. Para o ex-membro da UEP,

68 foi um ano horrível na história, foi um ano de medo! As conseqüências desse medo se fizeram notar nos anos seguintes. Pai não deixava filho filiar na UEP! Foi um ano muito ruim na vida estudantil brasileira. Os pais diziam: ‘oh, cuidado, filho, pelo amor de Deus, você não vai mexer com esse negócio de estudante não!’ (CAIXETA, 2009)

O AI-5, editado em 1968, inaugurou o início de um período obscuro na história do país, marcado pela repressão e perseguição a pessoas e grupos opositoristas. Certamente, o medo do comunismo aliado ao medo da repressão afastou muitos jovens da militância estudantil, principalmente os secundaristas, em virtude da dependência emocional e financeira que, em geral, ainda tinham em relação aos pais. Assim, eram mais pressionados a não se envolverem com questões dessa natureza, por influência da própria família.

Apresentamos até aqui relatos de fatos que sinalizam uma evidente instabilidade no interior da UEP. Não podemos, entretanto, falar em crise na entidade, somente em função da diminuição do número de seus filiados; isso implicaria uma compreensão, no mínimo, reducionista do termo. Por outro lado, apesar da impossibilidade de se precisar as razões e as circunstâncias que tenham levado a UEP a uma possível crise, acreditamos que conseguimos reunir alguns elementos para compreender um inegável declínio do movimento estudantil secundarista em Patos de Minas, no princípio da década de 1970.

5 ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS ESTUDANTIS DA UEP

5.1 A IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XX

No mundo ocidental, a Igreja Católica, desde sua origem na Antiguidade, sempre teve uma presença marcante na sociedade, principalmente após legitimar-se como Igreja oficial do Império Romano no século IV. No período medieval, a Igreja Católica aumentou ainda mais seu poder e influência, tornando-se uma das instituições mais ricas do mundo. Com o Renascimento Cultural e a Reforma Religiosa, nos séculos XIV, XV e XVI, passou a ser questionada de forma mais contundente e, conseqüentemente, passou a dividir suas forças com os Estados Nacionais, que foram se constituindo no cenário europeu. A Revolução Francesa, no século XVIII, definitivamente limitou os raios de ação da Igreja Católica ao imprimir uma nova forma de organização estatal, não mais pautada na divisão de poderes entre clero e nobreza, mas, sim, sob a égide de um novo grupo, que emergiu e se impôs na sociedade, a burguesia.

No início do século XX, a Igreja Católica, buscando reforçar-se institucionalmente e ampliar o número de fiéis, criou um movimento mundial denominado Ação Católica, cujo objetivo era evangelizar as nações por meio de apostolado leigo. A idéia foi formalizada na primeira encíclica do papa Pio XI, *Ubi Arcano Dei*, em 1922, na qual a Igreja foi apresentada como “a única força capaz de curar a chaga do materialismo onipresente e de restabelecer as consciências na harmonia e na paz” (KORNIS; FLASKSMAN, 1984, p. 10).

No Brasil, somente em 1935, a Ação Católica foi efetivamente organizada, por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, com a finalidade de estabelecer o reino universal de Jesus Cristo. “De acordo com seus estatutos, a Ação Católica Brasileira, ACB, deveria colocar-se sob a imediata dependência da hierarquia eclesiástica, exercendo suas atividades fora e acima de qualquer organização ou influência político-partidária” (KORNIS; FLASKSMAN, 1984, p.11), de modo que o cardeal Leme defendia o antipartidarismo.

A ACB dividiu-se nos seguintes segmentos: Homens da Ação Católica e Liga Feminina de Ação Católica, para os maiores de 30 anos ou casados de qualquer idade, e Juventude Católica Brasileira e Juventude Feminina Católica, para os jovens entre 14 e 30 anos. A Juventude Católica, por sua vez, compreendia, a princípio, a Juventude Estudantil Católica (JEC), para os jovens secundaristas, a Juventude Universitária Católica (JUC), para

os universitários, e a Juventude Operária Católica (JOC), para os jovens operários — esta se constituiu, em nível nacional, somente em 1948, quando foi reconhecida oficialmente pela hierarquia eclesiástica. Posteriormente, em 1950, ainda foram reconhecidas oficialmente no país a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Independente Católica (JIC). (KORNIS; FLASKSMAN, 1984).

A ACB, que era estritamente ligada à hierarquia eclesiástica, ganhou nova roupagem com a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. A partir de então, “em lugar de depender das diretrizes ditadas individualmente por cada bispo, passou a tratar com um órgão de representação nacional, aumentando assim sua autonomia de ação e podendo manifestar-se mais livremente sobre as questões temporais.” (KORNIS; FLASKSMAN, 1984, p. 11).

A relativa liberdade adquirida pela ACB no cenário nacional intensificou-se, ainda mais, no limiar da década de 1960, quando o debate ideológico nas universidades tornou-se intenso. Assim, acreditando na necessidade de mudanças estruturais, as organizações estudantis da ACB passaram a trabalhar abertamente pela transformação da sociedade. Em contrapartida, nesse mesmo ano foi fundada a Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), por iniciativa de um grupo de leigos conservadores, que opunham-se ao caráter “modernista” empreendido pela ACB. (KORNIS; FLASKSMAN, 1984).

Em 1961, João XXIII, por meio de sua primeira encíclica intitulada *Mater et Magistra*, registrou o reconhecimento, por parte da Igreja, de suas responsabilidades perante os problemas sociais contemporâneos. A referida publicação causou forte impacto no meio eclesiástico brasileiro, formado, em sua maioria, por católicos conservadores, contrários, portanto, às posturas progressistas até então adotadas pela CNBB e pela ACB¹³⁸. No bojo destes conflitos de idéias, foi fundada por militantes da JEC e da JUC a Ação Popular (AP), cujo objetivo era “fugir à autoridade da hierarquia eclesiástica, podendo assim estabelecer uma identidade própria, além de se empenhar na conscientização e na organização das classes populares contra a dominação do capitalismo”. (KORNIS; FLASKSMAN, 1984, p.11).

Em 1963, a Igreja de Roma reforçou, mais uma vez, a necessidade de seu engajamento social, por meio da encíclica *Pacem in Terris*, em consonância com a CNBB e a ACB, mas, contrariando, novamente, os católicos conservadores, que eram maioria no Brasil. Prova disso

¹³⁸ A partir de 1961, vários estudantes secundaristas e universitários vinculados à ACB trabalharam no movimento de Educação de Base (MEB), criado pelo governo, nesse mesmo ano, com o objetivo de desenvolver um programa de alfabetização e de conscientização das camadas populares (KORNIS, FLASKSMAN, 1984, p.11).

foi uma carta enviada por um grupo de bispos e arcebispos a ACB, em 1963, solicitando que os membros da Associação,

[...] formassem a consciência dos militantes no ensino autêntico da Igreja e de sua doutrina social e se mantivessem afastados de certas correntes ideológicas em voga nos meios do laicato. Assinalando ainda a inoportunidade do ingresso de membros da JEC na AP, o documento demonstrava o temor diante da radicalização do movimento católico. (KORNIS; FLASKSMAN, 1984, p.11).

O golpe militar de 1964 pôs fim às aspirações progressistas da ACB e da CNBB, perseguindo vários de seus líderes. Dom Cândido Padim, presidente da ACB na época, foi afastado do cargo. Dom Vicente Scherer, ligado à ala conservadora da Igreja, foi eleito presidente do secretariado nacional do apostolado dos leigos da CNBB, para o período de 1964 a 1968, imprimindo uma nova orientação ao movimento leigo. A partir daí, a ACB atrelou-se definitivamente às autoridades eclesiais conservadoras, ficando excluída, também, dos assuntos temporais da Igreja. “A nova orientação oficial da ACB conduziu a seu esvaziamento gradativo a partir de 1966. Por outro lado, no quadro do governo autoritário vigente desde 1964, não havia espaço para um movimento católico engajado que não contasse com o apoio da Igreja”. (KORNIS; FLASKSMAN, 1984, p.11).

Entretanto, de acordo com Matos (2003), não se pode dizer que houve consenso na Igreja Católica Brasileira em relação ao golpe de 1964, apesar da inclinação de vários líderes religiosos em favor dos militares, como indica uma declaração oficial de 02 de junho de 1964 da Comissão Central da CNBB sobre a “Revolução”.

O Brasil foi há pouco cenário de graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiada expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. [...] De uma a outra extremidade da pátria, transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. (MATOS, 2003, p. 171).

Todavia, a mesma Declaração adverte:

[...] Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas. (MATOS, 2003, p. 171-172).

Matos (2003) avalia que

As divergências entre os bispos eram notórias, e é possível que precisamente o recrudescimento do regime tenha sido o responsável por uma maior coesão entre o episcopado. [...] Foi por meio da experiência direta e imediata da iniquidade do sistema, com seus altíssimos custos políticos, econômicos e humanos, que a Igreja começou a ter consciência mais clara da incompatibilidade entre as pretensões totalitárias dos militares e a verdade do Evangelho. (MATOS, 2003, p. 173).

De fato, a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) contribuiu de forma significativa para consolidar a mudança de postura dos líderes religiosos da Igreja Católica. Contudo, essa nova postura da Igreja foi sendo assumida de forma lenta e gradual, resultado dos movimentos renovadores como o Concílio Vaticano II (1962 -1965) e a II Conferência do Episcopado Latino-Americano — esta realizada em Medellín, na Colômbia (1968)¹³⁹. Somam-se às justificativas de ordem teórica também aquelas experienciadas na prática pelos representantes da própria Igreja, como perseguições, prisões, torturas e assassinatos sofridos por vários religiosos¹⁴⁰.

5.2 A IGREJA CATÓLICA E A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA (ACB) EM PATOS DE MINAS

A ACB também se fez presente em Patos de Minas, sobretudo por meio da Juventude Estudantil Católica (JEC), fundada na cidade no início de 1958, pelas lideranças estudantis da UEP, com o apoio do Pe. Almir Neves de Medeiros, segundo relata Dercílio Ribeiro Amorim (AMORIM, 2009). A JEC se manteve fiel ao Estatuto de criação da ACB, que possuía conotação fortemente conservadora e primava pela subordinação à hierarquia eclesiástica e pela repulsa ao comunismo. Para ilustrar, segue abaixo um manifesto publicado pelas lideranças da UEP na Folha Diocesana sobre um problema ocorrido na Hungria:

¹³⁹ Cf. Matos (2003).

¹⁴⁰ Dentre muitas ações de enfrentamento de representantes da Igreja ao Regime Militar, duas chamaram a atenção pela notoriedade de seus envolvidos e pela circunstância de seus acontecimentos. A primeira ocorreu em 1º de outubro de 1968, quando o cardeal de São Paulo, Agnelo Rossi, recusou a medalha da Ordem Nacional do Mérito, oferecida por Costa e Silva, em solidariedade a sacerdotes presos no final de 1967, causando grande constrangimento ao presidente Costa e Silva. No entanto, a grande tragédia que determinaria de vez a oposição da Igreja à ditadura foi o assassinato bárbaro do Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, de Pernambuco, braço direito do arcebispo Hélder Câmara, após a realização de uma missa em homenagem ao estudante Édson Luís, assassinado pelos militares, no Rio de Janeiro, em março de 1968. Em 26 de maio de 1969, o Comando de Caça aos Comunistas, sequestrou, torturou e matou o Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, provocando grande indignação entre os quadros da Igreja. A partir de então, a Igreja definitivamente posicionou-se contrária ao Regime Militar, reforçando as forças esquerdistas, amordaçadas pela opressão dos militares. (Cf. A IGREJA Católica e a Ditadura Militar. Disponível em: <<http://jeocaz.wordpress.com/2009/02/19/a-igreja-catolica-e-a-ditadura-militar>>. Acesso em: 29 abr. 2009).

A União dos Estudantes Patenses, entidade representativa dos estudantes de Patos de Minas, vem manifestar sua repulsa à ditadura soviética sobre o heróico povo húngaro, quando, fiada única e exclusivamente no direito da força, facilmente acaba por violar uma vez mais, não menos a honra e a soberania de uma grande Nação, do que a justa, sã e disciplinada liberdade de cidadãos húngaros, chacinados no patíbulo do ódio comunista.

Semelhantes crimes e atrocidades são frutos naturais do sistema comunista. Isto é o que tem a dar um regime cujas armas principais são a força e a opressão. A Revolução da Hungria foi a manifestação da vontade livre de uma pátria subjugada que não se resigna a morrer entre as garras do comunismo sem Deus e sem Pátria.

Querendo manter, sob as patas opressoras da ditadura soviética, a ordem por meio da força e do terror, servindo-se de métodos os mais selvagens e criminosos, procura o comunismo sufocar as idéias da liberdade e da democracia que estão latentes no coração do bravo povo magiar.

O comunismo que, hipocritamente, a si mesmo propôs a libertação do homem oprimido é aquele que agora oprime e mata homens indefesos.

O falso cordeirinho que se faz passar por paladino autêntico da Democracia, torna-se agora o lobo voraz que realmente é e sempre foi.

Profundamente ferido com seus mais comezinhos e elementares direitos da pessoa humana, o bravo e mártir povo húngaro vem de oferecer ao mundo livre uma página a mais dessa trágica história que o sangue magiar escreve, cada dia, em defesa de sua liberdade.

Unidos a todos os estudantes brasileiros, que sempre se constituíram em baluarte da defesa das liberdades e princípios democráticos, alçamos nossas vozes contra o assassinio de IMRE NAGY e demais líderes da gloriosa Revolução Húngara. [sic]. (DA UNIÃO..., 1958, p. 1)¹⁴¹

O discurso das lideranças da UEP em relação à questão húngara foi celebrado por representantes de diversos segmentos da sociedade patense, como profissionais liberais, educadores, líderes estudantis de outras entidades e, também, por líderes religiosos da Igreja Católica. O então Bispo Diocesano, Dom José André Coimbra, comentou o assunto:

Noticiou a imprensa que os heróicos líderes da revolução da Hungria foram enforcados lentamente. Por esse simples advérbio, pode ser fazer idéia do requinte de maldade e vingança dos bárbaros assassínios orientados pela Rússia Comunista. A iniciativa dos estudantes patenses merece louvor e parabéns e prova a sua repulsa pelos que violam a liberdade e a justiça. (REPORTAGEM..., 1958, p. 6)¹⁴²

Na mesma edição da *Folha Diocesana*, o Pe. Almir Neves de Medeiros também se manifestou sobre o fato:

De há muito estou acompanhando o esmagamento das liberdades que se processa atrás da cortina de ferro. [...] E os nossos estudantes não poderiam ficar alheios. Uniram suas vozes à revolta do mundo livre. Em Patos de Minas o Manifesto foi e é sinal promissor de dias melhores para nossa cidade. Nossa juventude já começa a se interessar por problemas internacionais, o que vem demonstrar que os estudantes querem de fato atuar decididamente na vida de mundo, sadiamente compenetrados da missão importantes que lhes está reservada. [...] Felicito a esses jovens que não

¹⁴¹ DA UNIÃO dos Estudantes Patenses ao Povo de Patos de Minas. **Folha Diocesana**, 29 jun. 1958, nº 45, p. 1.

¹⁴² REPORTAGEM sobre o Manifesto dos Estudantes. **Folha Diocesana**, 06 jul. 1958, nº 46, p. 6.

ficaram indiferentes, não se alhearam, não deram de ombros diante dessas ideologias contrárias à dignidade humana. (REPORTAGEM..., 1958, p. 6)¹⁴³

Esses discursos denotam a confluência ideológica existente entre as lideranças estudantis e as lideranças religiosas de Patos de Minas. Em meio ao clima anticomunista que afligia a elite pensante de Patos de Minas, vários membros da JEC seguiram para o Rio de Janeiro, onde participaram do encontro nacional da entidade.

Com grande entusiasmo e arrôjo nunca visto, seguiram para a Capital da República, no dia 09 último, 6 elementos da JEC masculina, afim de participar do encontro nacional a realizar-se nos dias 13 a 18 dêste mês. [...] Pe. Almir Neves de Medeiros, apiedado, e como sempre, disposto a satisfazer os caprichos de seus pupilos, pôs-se logo a arranjar também as malas [...] e lá se foram [...]. O afoito grupinho jecista foi para êste Brasil afora dando sinal de sua passagem, testemunhando o seu ardor em defesa das liberdades humanas. Imagine-se cada um dos congressistas foi munido de um volume enorme de folhetos – perfazendo uns 10.000! - com o “PROTESTO” da União dos Estudantes Panteses (UEP) ante à execução, pelos comunistas, dos chefes da gloriosa revolução húngara. Irão distribuindo êsses boletins em tôdas as localidades situadas à margem da rodovia, e mesmo em Belo Horizonte e Rio de Janeiro! [sic]. (JECISTAS..., 1958, p. 6)¹⁴⁴

Nesse período, essa postura do movimento estudantil patense era, em geral, legitimada pela Igreja Católica tanto em nível local como nacional. O discurso proferido no Rio Grande do Sul pelo arcebispo Dom Vicente Scherer, publicado na imprensa patense, foi acompanhado e validado pelas lideranças estudantis da cidade, o que ratifica a afirmação acima. Perguntado sobre o comunismo, o religioso afirmou:

Os criadores do sistema formaram-se no ocidente: Marx, Engels, Lênine. Viveram em ambientes mundanizados e descristianizados. Os homens do seu tempo não procediam na vida de trabalho e de negócios segundo as imposições da fé do seu batismo. Não nos façamos ilusões. Hoje toda a terra está minada por forças descristianizadoras, aliadas conscientes, ou inconscientes do comunismo. [sic]. (CRECEM..., 1961, p. 1)¹⁴⁵

Da mesma forma, Frei Aauto Beal, ao referir-se às manifestações estudantis, em especial a uma greve ocorrida em Recife, classificou os responsáveis pelas mesmas como pertencentes a uma “classe estudantil mal orientada, e controlada por agitadores profissionais”. E acrescentou:

No Brasil, como em nenhum país, os estudantes desfrutam de um poder e de uma influência deveras notável. E’ justamente dessa situação que se valem os comunistas e seus comparsas para perturbarem a ordem do país. As escolas devem ter Diretores

¹⁴³ REPORTAGEM sobre o Manifesto dos Estudantes. **Folha Diocesana**, 06 jul. 1958, nº 46, p. 6.

¹⁴⁴ JECISTAS no Rio. **Folha Diocesana**, 13 jul. 1958, nº 47, p. 6.

¹⁴⁵ CRECEM as Fôrças Anti-Cristãs Demoníacas do Comunismo no Brasil. **Folha Diocesana**, 19 mar. 1961, nº 145, p. 1.

e Professores que êles determinarem, os estudantes, aderir às greves e passeatas que êles, os comunistas; organizarem. [sic]. (BEAL, 1961, p. 1)¹⁴⁶

A respeito de uma situação ocorrida na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, noticiada pela imprensa patense, os estudantes condenam a Arte como espaço de circulação de valores revolucionários, ou seja, valores anti-capitalistas e anti-cristãos.

Enquanto desde as 18 horas o público esperava o início do “espetáculo” que afinal começou quase às 20 horas, - narra o semanário católico “O Lábaro” – universitários distribuem folhetos subversivos da UNE de forma tão ostensiva que parecia a “Noite” mero pretexto para essa divulgação [...]. (PROPAGANDA..., 1963, p.5)¹⁴⁷

No evento artístico referido, a crítica explícita à dinâmica do sistema capitalista, bem como à postura indiferente da Igreja Católica em relação aos problemas gerados por esse sistema, foi a tônica da noite. Eventos dessa natureza eram vistos com repúdio e muita preocupação pelos jovens secundaristas de Patos de Minas, que os tomavam como exemplos negativos a serem evitados pela juventude patense.

De uma relativa liberdade, até 1960, a uma independência significativa, a partir desta data, principalmente após a publicação das encíclicas *Mater et Magistra* (que registra o reconhecimento por parte da igreja de suas responsabilidades perante os problemas sociais contemporâneos), em 1961, e *Pacem in Terris* (que reforça mais uma vez a necessidade de seu engajamento social), em 1963, por João XXIII, as entidades estudantis da ACB nacional (tanto a JEC como a JUC) assumiram uma responsabilidade ainda maior na luta pela transformação social. Segundo essas entidades, a transformação viria com a dissolução do sistema capitalista, apontado como a principal causa da desigualdade social e da miséria crônica que afligia considerável parcela da população brasileira. No entanto, tais aspirações foram freadas pelo golpe de 1964.

Em Patos de Minas, a situação era vista com outro olhar. O sistema capitalista não era apontado como o responsável ou principal responsável pelas agruras sociais do país, haja vista os calorosos discursos anticomunistas citados anteriormente. Ao se referir às principais lideranças que estavam à frente dos movimentos estudantis na época, Marcos Martins de Oliveira avalia: “havia uma elitização... eu não posso dizer pra você que havia uma democratização porque não era total, não”! [sic] (OLIVEIRA, 2009). Para as lideranças estudantis patenses, portanto, contestar o capitalismo seria contestar sua própria condição social, bem como a de seus familiares.

¹⁴⁶ BEAL, A. Estudantes contra estudantes. **Folha Diocesana**, 16 jul. 1961, nº 159, p. 1

¹⁴⁷ PROPAGANDA Revolucionária sob pretexto de “Cultura Popular”: a UNE. **Folha Diocesana**, 20 jan. 1963, nº 228, p.5.

O golpe de 1964 causou certo estranhamento às lideranças estudantis patenses. Conforme relata o ex-dirigente da UEP, “numa fase inicial, não tínhamos clareza nenhuma do que era esse movimento militar. [...] A visão que você tinha, inicialmente, era a de que estava havendo um enfretamento ao comunismo”. No entanto, os estudantes patenses começaram a construir sua própria versão da história, reinterpretando o Regime Militar, de modo que a consciência política dos líderes estudantis nasce com o próprio golpe de 1964: “posteriormente, com o avançar da carruagem, o pessoal começou a ter um alargamento dessa visão, e foi uma visão crítica, pois perceberam o golpe civil-militar e o desrespeito com os direitos humanos” (OLIVEIRA, 2009).

5.2.1 A Missa dos Estudantes

A partir de agosto de 1958, durante a campanha de Waldemar Mendes para vereador nas eleições municipais, o Pe. Almir Neves de Medeiros passou a celebrar uma missa semanal destinada exclusivamente aos discentes e docentes de Patos de Minas, denominada *Missa dos Estudantes*, que perdurou ao longo de toda a década de 1960. Uma crônica escrita por Waldir Nascimento e lida pelo estudante Edson Nunes no programa de rádio “O Tempo Marcha”, da Rádio Clube de Patos, publicada na imprensa local, comentava a celebração para a comunidade patense.

Pe. Almir iniciou, na catedral, o Santo Ofício da Missa dos Estudantes, aos domingos e Dias Santos de Guarda. Somente para estudantes e professores, e nenhuma pessoa mais. Assistimos a primeira, toda ela recitada em voz alta, numa dialogação belíssima. De um lado, as jovens estudantes e suas mestras. Do lado direito, os estudantes rapazes e seus professores. E durante todo o respeitoso e sacrossanto ofício que repete as cenas sagradas do Calvário de Cristo, estudantes, professores, vão acompanhando as diversas partes da Missa enquanto o sacerdote a celebra no altar. É de uma beleza admirável. Vale a pena tomar parte nesse sagrado ofício. Pode-se dizer mesmo que é u’a Missa diferente, mais impregnada de fervor, mais assistida de fé dos participantes... [sic]. (A MISSA..., 1958, p. 6)¹⁴⁸

Acerca da importância da celebração desta missa, assim como também do papel do Pe. Almir Neves de Medeiros junto aos estudantes patenses, Agostinho Rodrigues Galvão afirma que,

“O padre Almir tinha uma influencia muito grande com a juventude. Tanto assim, que ele era chamado de padre dos jovens. Então, ele morava lá na casa episcopal e lá tinha um departamento de receber os estudantes. Ele tinha orientação espiritual com estudantes...”. (GALVÃO, 2009)

¹⁴⁸ A MISSA dos Estudantes. **Folha Diocesana**, 31 ago. 1958, nº 53, p. 6.

Vários ex-militantes estudantis da UEP admitem a importância dessa missa e a grande influência do Pe. Almir Neves de Medeiros sobre a comunidade estudantil de Patos de Minas. Para Dercílio Ribeiro Amorim, “a participação do padre Almir, através da missa do estudante, foi fundamental para que outros movimentos sadios pudessem acontecer durante muitos anos pela frente, porque ele dava o recado” (AMORIM, 2009). Marcos Martins de Oliveira, por sua vez, relata: “mantínhamos essa parte religiosa dentro do movimento estudantil. [...] Padre Almir foi uma presença marcante na história de Patos, sobretudo na formação da juventude” (OLIVEIRA, 2009). Já Jurandi Gomes Ferreira afirma que “padre Almir era um conselheiro nosso, num sentido de formação, entendeu? De despertar para a vida, para o bom caminho, para as boas coisas... [...] Qualquer dúvida que a gente tinha, a gente procurava era o padre Almir” (FERREIRA, 2009). Segundo Paulo Amâncio de Araújo, “[...] o padre Almir celebrava essa missa com a ajuda da UEP, principalmente da UEP, e a igreja estava sempre lotada! [...] Ele conseguia dominar o ímpeto nosso de estudante” (ARAÚJO, 2009). Sobre a realização da missa no ano de 1968, o ano da contestação, o ex-militante da UEP faz algumas considerações:

O padre Almir sabia que ali dentro da Igreja estava um barril de pólvora que podia estourar a qualquer momento! Então ele usava a missa e os sermões que ele fazia pra abrandar o ambiente. Eu acho que o papel principal da missa foi esse; manter o estudante dentro de uma calma possível. Porque, na época, a coisa já estava em ebulição! Parecia aqueles vulcões adormecidos, mas já estava dando aqueles tremores de terra e o padre Almir sabia do risco! [...] Então, o padre Almir conseguiu, com o apoio total da UEP, fazer com que essa missa fosse um ponto... fosse a ‘bandeira branca’ do movimento estudantil. [sic] (ARAÚJO, 2009)

Carlos Roberto Ribeiro avalia o religioso como um amigo do jovem, um amigo do estudante:

Ele punha aquele estudante pra frente. Ele dava as idéias... ele tinha umas idéias novas! [...] No bom sentido, padre Almir era um agitador! Ele queria agitar o jovem. [...] Eu acho que isso é que dava uma motivação maior do crescimento dos movimentos que Patos de Minas tinha. Ele foi aquela mola pro jovem sair da apatia e brigar, e não ficar com medo do momento que estávamos que era a Revolução. (RIBEIRO, 2009)

Segundo Jorge Caixeta,

O Almir foi um grande educador... ele foi, vamos dizer, pelo movimento da JEC, e eu ouvia ele contar... a influência da igreja com formadora, ela entrou pesado pra formar a UEP, sem dúvida! E a cabeça disso em Patos foi o padre Almir. O Almir conseguia com a fala levantar o movimento estudantil na cidade. (CAIXETA, 2009)

Nos depoimentos desses ex-dirigentes da UEP fica clara a presença efetiva do Pe. Almir Neves de Medeiros junto às lideranças estudantis. Os termos “conselheiro”, “companheiro” e “educador” traduzem o que o padre representava na comunidade estudantil patense. A celebração da Missa dos Estudantes era o momento oficial da relação estabelecida entre o religioso e os estudantes; funcionou como um veículo de transmissão de crenças, costumes e valores necessários à vivência em sociedade, mas sempre respeitando os limites e possibilidades de ação dos estudantes frente à realidade posta no cenário patense. Ademais, a Missa dos Estudantes serviu para fortalecer o sentimento de união, solidariedade e identidade entre os próprios estudantes, motivando a sua participação em inúmeras atividades de cunho político, econômico, social e cultural realizadas ao longo da história da UEP.

Outro evento que comprova a influência de Pe. Almir Neves de Medeiros sobre a comunidade patense é a Festa Nacional do Milho (Fenamilho), em sua 51ª edição atualmente. Em entrevista concedida ao *Jornal Patos Urgente*, em 1967, o padre se diz o idealizador da primeira edição da festa, em 1959¹⁴⁹, cujo objetivo era a aquisição de recursos para a compra de um prédio onde pudesse funcionar o recém-criado Colégio Municipal (posteriormente denominado Colégio Estadual Professor Zama Maciel). O religioso ressalta também o papel da ação estudantil na realização do evento.

De fato: a idéia foi minha. Eu fora o idealizador desta festa. Os estudantes estão profundamente ligados à criação da festa do milho. [...] Nós queríamos arranhar dinheiro para a compra de um prédio, para o funcionamento imediato do Colégio Municipal, recém fundado. [...] A prefeitura não tinha verbas. [...] procurávamos todos os meios de angariar dinheiro para isso. Pensamos em organizar bailes e festas e tudo mais. Nada servia. Foi então que me surgiu a idéia da Festa do Milho. Lendo a da Uva em uma revista, pensei em organizar coisa semelhante em Patos. Marcamos uma reunião do Centro Cultural Rui Barbosa e foi o mesmo que colocar fogo no pasto... Tudo se transfigurou. (COURY, 2008, p. 37).

O que interessa observar é que a Festa do Milho de Patos de Minas constituiu o primeiro evento na cidade, com o objetivo de angariar fundos para uma demanda estudantil, no caso a aquisição de prédio para a instalação de uma escola pública. No entanto, conforme relata o próprio Pe. Almir Neves de Medeiros na mesma entrevista, o dinheiro arrecadado

¹⁴⁹ Há, porém, outra versão sobre o surgimento da Festa do Milho. De acordo com o artigo intitulado “Festa Nacional do Milho – Fenamilho (Patos de Minas/MG)”, publicado no site de divulgação cultural, Paragon Brasil Edições e Produções Ltda. (disponível em: <<http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=606>>), o evento teria começado como uma festa estudantil das Escolas Combinadas “Monte Castelo”, (atual Escola Estadual João Barbosa Porto), no povoado de Bom Sucesso, (atual Distrito de Bom Sucesso), em 29 de junho de 1956. A idealizadora e executora da primeira festa teria sido a Professora Célia Santos de Lima. Góes (1997) atesta a pertinência dessa versão, pois, conforme o depoimento da professora Célia Santos, “a intenção era colocar em prática a idéia da Festa do Milho Verde, presenciada em Ibirité/MG. Dessa forma, homenagearia a grande produção de milho de Patos de Minas e, acima de tudo, homenagearia o homem do campo”.

com a festa não pôde ser usado para a compra do prédio onde funcionaria o Colégio Municipal, mas teria sido empregado em outra causa nobre, o Seminário Diocesano Pio XII.

5.3 EDUCAÇÃO INFORMAL: FORMAÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ

As lideranças estudantis da UEP e seus parceiros protagonizaram várias ações em Patos de Minas, o que demonstrou o espírito de cidadania dos estudantes patenses, além de sua consciência quanto à responsabilidade social. Passaremos agora a análise de alguns fatos que marcaram a história da entidade.

5.3.1 A luta contra o racismo

Apesar da escravidão ter sido abolida no final do século XIX, o preconceito racial perdura até os dias atuais. No entanto, na década de 1960, esta situação era ainda mais flagrante. Em 1963, ocorreu em Patos de Minas uma situação de racismo explícito envolvendo alguns líderes estudantis, entre integrantes da UEP e da JEC: um estudante foi proibido de entrar no clube “Recreativa” pelo fato de ser negro. Segundo palavras do ex-líder estudantil, Dercílio Ribeiro Amorim:

[...] Nós fomos num baile na recreativa. Eles não aceitavam gente de cor naquela época. [...] Nós chegamos lá, nos éramos uns cinco ou seis, e nós fomos entrar e eles (os seguranças) não aceitaram o Raimundo [o colega negro] entrar. Não aceitaram. Então nos falamos com ele: se você não vai entrar nós também não vamos. “Não, mas vocês já compraram”, disse Raimundo. Já comprou mas a gente pega o dinheiro de volta, retrucou Dercílio! Se vocês não devolverem o dinheiro nós vamos chamar a polícia! Devolveram o dinheiro, realmente, e dez horas da noite nós fomos lá no Pe. Almir. Fomos lá para o Pe. Almir, no sábado à noite, e levamos pra ele... E na Igreja, na missa das 10h, aí começou. E ele mandou convidar, ali no bairro dos caixetas, um mundo de pessoas negras, de pele escura... e foram para catedral... e na hora da prática lá, ele começou a falar, a mostrar a coisa que aconteceu.... E aí, como é que fica? Vocês não ficam juntos lá dentro do clube e aqui vocês estão juntos! Os de pele escura aí, levanta! Como é que faz? Quem não puder ficar do lado deles lá, não vai comungar na minha missa, não! Ta excomungado! Eles são gente igual a nós, e até mais gente! Eu conheço uns aqui são mais gente que muita gente aqui! Depois que ele terminou a missa a diretoria da Recreativa entrou lá na sacristia, e ele disse: não, mas não tem cabimento não! Se fosse nos Estados Unidos, mas aqui não! Aqui é Brasil! Aí resolveu o problema (AMORIM, 2009)

Mais do que a solidariedade prestada ao amigo “de cor”, a atitude dos jovens em não entrar no clube e em exigir o ressarcimento do ingresso demonstra a consciência que eles possuíam em relação às práticas segregacionistas. Note-se que, no relato do ex-militante, a cumplicidade do Pe. Amir Neves de Medeiros com os estudantes: “O padre Almir é que era a

cabeça desse grupo, dessa turma toda” (AMORIM, 2009). A recorrência dos estudantes ao apoio do padre indica, mais uma vez, que o religioso era uma referência entre os jovens e um parceiro efetivo do segmento estudantil.

5.3.2 A deposição do padre professor

Em 1962, as lideranças estudantis da UEP se mobilizaram para impedir que um professor continuasse lecionando na Escola Norma Oficial, onde ensinava latim. O professor era um padre, de nome Inácio. Após várias tentativas em vão, junto à direção do colégio, a diretoria da UEP, liderada pelo então presidente Dercílio Ribeiro Amorim, encaminhou-se para Belo Horizonte para solicitar à Secretaria de Estado de Educação a saída do referido padre professor.

A UEP teve um papel decisivo na retirada do professor de latim da Escola Normal, que era o Pe. Inácio. O estado de saúde dele não era muito bom, o que não permitia que ele pudesse trabalhar tranquilamente, mentalmente. Os problemas que ele criava eram problemas que prejudicava os alunos. A situação foi complicando, de repente ele passou a entrar na sala, olhava para o aluno e dizia, para fora, “mas eu não estou fazendo nada”, exclamava os alunos, mas vai fazer, afirmava o Pe. . Botava uns cinco para fora, as vezes os outros em solidariedade também saía. Aí ele pegava uma folha e colocava em cima da mesa dos alunos e sentava na dele, e esperava o tempo passar. Depois recolhia as provas e dava zero para todo mundo, lógico, ninguém tava lá para responder, não é? Os alunos recorreram e a UEP resolveu abraçar a causa. Logo que nós entramos para a UEP começamos a movimentar, movimentos sadios, pacíficos. Eram greves, com piquetes na porta da escola para os alunos não entrarem e freqüentarem as aulas, protestos... Nada adiantou. Depois passamos a ir a Belo Horizonte, por seis vezes nós fomos lá pedir para resolverem o problema. O Secretário era o Faria Tavares, que por sinal era de Patrocínio. E ele falava, prometia que mandava alguém a Patos para resolver, mas nunca mandou. Então nós resolvemos fazer uma caravana para Belo Horizonte, nos tínhamos lá 40 pessoas. Chegamos com faixas, cartazes e comunicamos a ele que no dia seguinte teríamos lá um movimento pacífico, e que viriam mais nove ônibus, e ficaríamos diante do palácio, mais ou menos uns 400 estudantes, para protestar contra essa situação indefinida. Aí ele ficou assustado e perguntou: “mais nove ônibus”? É. Amanhã chegarão mais nove. Aí ele disse: “não eu vou mandar uma comissão lá agora”. Aí ele mandou uma comissão, e eu vim com ela. Fizeram levantamento, ouviram o pessoal e para resolverem o problema a secretaria estadual de educação tirou o latim do currículo. Foi a maneira que eles encontraram de não deixar o padre dar mais aulas. (AMORIM, 2009)

As manifestações realizadas pelos estudantes, como reclamações formais, protestos e greves sensibilizaram a comunidade patense para o problema. Dercílio Ribeiro Amorim relata ainda que essas manifestações tiveram o apoio de boa parte da comunidade escolar e do Pe. Almir Neves de Medeiros. A ação dos estudantes patenses foi mais longe do que esperavam,

na verdade: para evitar o constrangimento de substituir o padre professor, a Secretaria de Estado da Educação optou pela extinção da disciplina no currículo escolar.

5.3.3 A fundação da cooperativa estudantil

De acordo com Marcos Martins de Oliveira a idéia de se implantar uma cooperativa estudantil em Patos de Minas surgiu entre o final de 1964 e início de 1965, após conhecerem a cooperativa estudantil da faculdade de Medicina, em Belo Horizonte: “o MEC soltava publicações muito boas de material didático escolar e pra ter acesso a isso precisava ter um organização jurídica mínima. Então nós organizamos...” (OLIVEIRA, 2009). Após muitas visitas a Belo Horizonte, a Cooperativa Estudantil de Consumo de Patos de Minas Ltda. foi finalmente inaugurada, em 20 de novembro de 1965¹⁵⁰. Foram essas as principais vantagens anunciadas com a criação da cooperativa:

A cooperativa de consumo visa melhor atender ao estudante e contribuir principalmente com a economia dos pais de estudantes. A cooperativa venderá aos Estudantes livros, cadernos, enfim, todo material indispensável a um estudante. (COOPERATIVA... 1965, p. 1)¹⁵¹

A Cooperativa Estudantil disponibilizou ao estudante patense uma variedade significativa de material escolar a preços inferiores aos correntes no mercado. Tal situação chegou a gerar um clima de animosidade entre os donos de livrarias e papelarias da cidade e os líderes estudantis da UEP, pois aqueles viram seus lucros ameaçados com o funcionamento da cooperativa.

A Cooperativa Estudantil de Patos de Minas, dia a dia, vem-se firmando cada vez mais. No comércio, chegou mesmo a impor-se a suas similares. Tão logo iniciou suas atividades, casas comerciais afins começaram a remarcar para baixo (inacreditável) os preços de sua mercadoria, no sentido de fazer concorrência à Cooperativa dos estudantes. (A COOPERATIVA..., 1966, p. 1)¹⁵²

Apesar do sucesso inicial, a cooperativa não conseguiu se firmar por muito tempo, segundo Marcos Martins de Oliveira, por falta de gerenciamento. Parte do sucesso, porém, o ex-dirigente da UEP atribui a um senhor chamando Gérson Borges, que prestou serviço voluntariamente à cooperativa durante um determinado tempo, só passando a receber pelo

¹⁵⁰ COOPERATIVA Estudantil. **Folha Diocesana**, 05 dez. 1965, nº 345, p. 1.

¹⁵¹ COOPERATIVA Estudantil de Consumo. **Folha Diocesana**, 14 fev. 1965, nº 311, p. 1.

¹⁵² A COOPERATIVA controla preços. **Folha Diocesana**, 24 abr. 1966, nº 360, p. 1.

trabalho realizado quando a cooperativa se estruturou financeiramente, com orçamento suficiente para arcar com despesas dessa natureza¹⁵³.

5.3.4 A criação de uma biblioteca

A luta da UEP pela causa da educação não se restringiu apenas à criação, ampliação e melhoramento de escolas. Alegando a necessidade de integrar o jovem à sociedade de seu tempo, em constante processo de transformação, a UEP criou em sua própria sede uma Biblioteca pública, conforme previsto no artigo 42º do Estatuto da entidade, onde se lê: “Criará uma Biblioteca de acordo com os princípios morais expostos nestes Estatutos e dentro do espírito cristão” (ESTATUTO..., 1958). A imprensa patense publicou, na época, nota sobre o empreendimento:

A União dos Estudantes Patenses, vem mantendo já há bastante tempo, uma biblioteca pública em sua sede. Dentro das possibilidades, esta entidade, procura sempre, ampliar o seu estoque de bons livros, visando unicamente dar aos seus inúmeros leitores melhores fontes de consulta e também, horas agradáveis de leitura sadia. Como já é do conhecimento geral, a classe estudantil especialmente, necessita estar sempre a par da situação atual do mundo. Nesta época em que a cada dia as coisas se modificam, a cada dia se criam novas leis, na constante campanha de moralização do país, não se admite mais, que um cidadão permaneça alheio e indiferente a toda esta evolução. [sic]. (BIBLIOTECA..., 1969, p. 7)¹⁵⁴

Segundo relatam ex-militantes da UEP, o estudante patense tinha dificuldade para fazer pesquisas, pois havia pouquíssimas bibliotecas na cidade e todas eram particulares. Com o apoio da prefeitura, da secretaria estadual de educação, do Pe. Almir Neves de Medeiros, do Waldemar Antônio Mendes e do professor Altamir Pereira da Fonseca (que doaram vários livros, pois eram donos das maiores bibliotecas particulares da cidade) foi fundada a biblioteca da UEP.

¹⁵³ A gestão de Marcos Martins de Oliveira também foi responsável pela reativação da coluna Observatório Estudantil, no jornal Folha Diocesana. Criada para poder noticiar as ações do movimento estudantil em Patos de Minas, a seção apareceu pela primeira vez na edição de 04 de março de 1958 do jornal, após a fundação da UEP. No entanto, pouco mais de um ano depois, precisamente em 27 de setembro de 1959, a coluna teve sua última edição, reaparecendo no referido jornal quase seis anos depois, em 05 de setembro de 1965, na gestão de Marcos Martins de Oliveira: “Agora amigo Estudante, esta coluna será sua. Necessitamos o seu apoio com notícias, artigos e tudo que venha contribuir para a elevação cultural de nossa comunidade. Esperamos também receber informações dos colégios”. [sic]. (Cf. OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 05 set. 1965, nº 335, p. 4).

¹⁵⁴ BIBLIOTECA Pública. **Jornal dos Municípios**, 16 mar. 1969, nº 225 p. 7.

5.3.5 Ação solidária

A UEP, em parceria com a Cáritas Diocesana, foi protagonista de uma campanha solidária de grande repercussão em Patos de Minas. A ação foi realizada em janeiro de 1970, mas em comemoração ao natal do ano anterior.

No próximo dia 11 a UEP e a Cáritas Diocesana farão o Natal de 2.000 crianças pobres. Foram distribuídas fichas entre as crianças residentes na Vila Operária, Vila Pe. Alaor, Casa das Meninas, Vila dos Meninos, e as crianças do córrego do Monjôlo. As crianças portadoras das fichas receberão domingo seus prêmios no Estádio Waldomiro Pereira. Cumprimentamos à Cáritas e UEP por essa grandiosa promoção. [sic]. (NOTAS..., 1970, p. 8)¹⁵⁵

O antigo militante estudantil da UEP, Jorge Caixeta Araújo (2009), os méritos dessa ação solidária se deve ao Movimento de Orientação e Promoção Social (MOPS): “Apesar de não ter constituição jurídica, era uma entidade que mantinha o formalismo em suas ações: tinha ata, votação e eleição de diretoria. [...] O MOPS nasceu da doutrina social da Igreja Católica, e boa parte dos membros do MOPS participava da Diretoria da UEP” (CAIXETA, 2009).

A idéia, baseada nos ensinamentos de Raoul Follereau¹⁵⁶, consistia no seguinte: na véspera de Natal, os voluntários (nesse caso, estudantes) iam de porta em porta, pedindo 1% do que o comércio ou indústria faturasse, em dinheiro ou em produtos, para ser distribuído com as pessoas mais carentes da cidade.

Para a consecução desta ação solidária a UEP, o MOPS e a Cáritas Diocesana atuaram em duas frentes distintas. De um lado, promoveram eventos beneficentes nos meses que precederam o Natal, como a exibição de filmes em salas da cidade¹⁵⁷. Por outro lado, foram de porta em porta pedir a referida contribuição aos comerciantes e empresários da cidade. A doação seria espontânea, sem que houvesse determinação de valores ou quantidade¹⁵⁸.

¹⁵⁵ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 8 jan. 1970, nº. 538, p. 8.

¹⁵⁶ Jornalista Francês (17/08/1903–06/12/1977) que dedicou parte de sua vida ao tratamento de doentes africanos. Ficou conhecido como o “amigo dos leprosos”. De acordo com o ex-militante Jorge Caixeta, Follereau criou a Fundação Ordem da Caridade e, em plena Guerra Fria, lançou uma carta a todos os Chefes de Estado do Mundo, propondo que no lugar de bomba atômica fosse criado um dia de guerra para a paz. (ARAÚJO, 2009)

¹⁵⁷ Cf. RONDA Social. **Jornal dos Municípios**, 23 out. 1969, nº 250, p 7.

¹⁵⁸ Segundo Jorge Caixeta, os trabalhos foram divididos da seguinte maneira: “o MOPS cuidou de visitar os empresários, do cadastramento dos carentes e da distribuição de senha específica para o recebimento dos presentes. A UEP tinha a incumbência de recolher as contribuições, agrupá-las e fazer a entrega dos presentes de Natal, que se realizou no Estádio Waldomiro Pereira, do Mamoré. A Cáritas supervisionava os trabalhos e cedia espaço para se guardar os donativos angariados” (ARAÚJO, 2009).

Conforme noticiou a imprensa, Pe. Almir Neves de Medeiros esteve à frente da empreitada¹⁵⁹. Carlos Roberto Ribeiro comenta a atuação de um dos principais envolvidos no evento: “O principal deles, padre Almir Neves de Medeiros, que era diretor da Cáritas em Patos de Minas. [...] A idéia, a força foi do padre Almir! Ele que impulsionou todo esse movimento que agente tinha lá em Patos” (RIBEIRO, 2009). Jorge Caixeta Araújo acrescenta: “padre Almir motivava os padres da cidade para que, nas missas, durante a homilia, falassem do programa”, mas também ressalta o papel da Rádio Clube, que abriu toda sua programação para a campanha (CAIXETA, 2009).

5.3.6 As semanas dos estudantes

A Semana dos Estudantes foi uma das principais ações realizadas pela UEP ao longo de sua história, pois envolveu não só o segmento estudantil, mas também a comunidade patense de uma forma geral. A festa, que tradicionalmente acontecia no segundo semestre do ano, teve sua primeira edição realizada em 1959, um ano após a fundação da entidade. Conforme noticiou a imprensa local “[...] A finalidade do evento era a de promover maior união entre a classe demonstrando-lhe que o estudo é um elemento de formação”. (A SEMANA..., 1959, p. 8)¹⁶⁰.

Dercílio Ribeiro Amorim compara a Semana dos Estudantes à Festa do Milho (AMORIM, 2009). Paulo Amâncio de Araújo relata que “a Semana dos Estudantes era um acontecimento que mobilizava a cidade com idéias da própria UEP” (ARAÚJO, 2009). Para Jorge Caixeta, o evento era o segundo maior entre as festas da cidade: “[...] no primeiro semestre tinha a Festa do Milho e no segundo semestre a Semana dos Estudantes. Não raro a gente ouvia: esse show, esse baile, esse evento, foi melhor do que o da Festa do Milho” (CAIXETA, 2009).

O resultado da primeira edição da Semana dos Estudantes foi considerado um sucesso, conforme registra a imprensa patense: “[...] Foi o mesmo coroado de grande êxito graças a participação e o trabalho eficiente dos estudantes, bem como do corpo docente dos diversos estabelecimentos de ensino”. (A SEMANA..., 1959, p. 8)¹⁶¹. Em consequência disso, o evento estudantil foi re-editado várias vezes no decorrer da década de 1960, com exceção dos anos de 1961 e 1962.

¹⁵⁹ Cf. RONDA Social. **Jornal dos Municípios**, 23 out. 1969, nº 250, p 7.

¹⁶⁰ A SEMANA dos Estudantes. **Folha Diocesana**, 28 out. 1959, nº 97, p. 8.

¹⁶¹ Ibidem, loc. cit.

- A primeira edição (1959):

A primeira edição da Semana dos Estudantes foi realizada entre os dias 5 e 12 de outubro de 1959, na gestão de Ricardo Rodrigues Marques, que assumiu a presidência com a saída de Agostinho Rodrigues Galvão. Sua programação contou com a presença de inúmeras autoridades municipais e estaduais, tais como o bispo diocesano, Dom José André Coimbra, o secretário de segurança pública, Dr. José Ribeiro Pena, o representante do secretário de educação, Dr. Maurício Magalhães e o delegado geral do Estado, José Resende de Andrade¹⁶².

O evento contou com palestras, campeonatos esportivos, bailes, missas, desfile estudantil, homenagem à Escola Normal Oficial e eleição e coroação da rainha dos estudantes. Todavia, dentre as atividades da Semana dos Estudantes, predominaram as palestras e conferências, presentes na maior parte da programação do evento. Segue abaixo suas denominações e respectivos (as) palestrantes:

Dia 5: O que o aluno espera do professor – Maria Abadia da Silveira.
 O que o professor espera do aluno – Dr. Délio Borges da Fonseca
 Dia 6: O que o aluno espera da escola – Altamir Pereira da Fonseca
 O que a escola espera do aluno – Aloísio Vaz D’ Oliveira
 Dia 7: O que o aluno espera da comunidade – Agostinho Rodrigues Galvão
 Dia 8: O que a comunidade espera do aluno – Dr. José Daniel Beluco
 Dia 9: Prosseguimento do torneio esportivo
 Dia 9: O que a família espera da escola – Antônio Ferreira Maciel
 Dia 10: O que a escola espera da família – Filomena de Macedo Melo
 Dia 10: Baile de coroação da Rainha dos estudantes
 Dia 11: Final do torneio esportivo
 Dia 11: Missa
 Dia 12: Desfile dos estudantes pelas principais ruas e praças da cidade
 Dia 12: Homenagem à Escola Normal Oficial. (A SEMANA..., 1959, p. 8)¹⁶³

Os temas tratados nas palestras denotam o caráter conservador do movimento estudantil patense, fortemente ancorado na moral e nos costumes tradicionais. Acreditamos que, com isso, intencionava-se a construção de modelos concisos de estudante, professor, escola, família e comunidade, em outras palavras, modelos para uma sociedade organizada nos moldes da cultura ocidental cristã.

- A segunda edição (1960):

Durante a organização da 2ª Semana dos Estudantes, realizada na gestão de Afonso Gontijo Dias, cogitou-se a presença de Carlos Lacerda em Patos de Minas. O convite foi feito

¹⁶² A SEMANA dos Estudantes. **Folha Diocesana**, 28 out. 1959, nº 97, p. 1.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 8.

pelo Pe. Almir Neves de Medeiros, em viagem ao Rio de Janeiro¹⁶⁴, grande admirador do político. Lacerda, porém, não veio a Patos; mas a intenção de trazê-lo demonstra a relação existente entre o padre e a UEP, bem como sintonia com a realidade política da sociedade de seu tempo, uma vez que Carlos Lacerda era um dos grandes expoentes da UDN nacional.

▪ A terceira edição (1963):

A 3ª Semana dos Estudantes foi realizada entre os dias 13 e 20 de outubro de 1963, sendo oficialmente aberta com uma palestra intitulada “A união faz a força”, proferida por Dercílio Ribeiro de Amorim, então presidente da entidade. A UEP também contou com a participação dos integrantes do CCRB e dos grêmios escolares na organização do evento. À palestra de abertura, seguiu-se outra de cunho religioso, organizada pelos estudantes do Colégio Municipal:

Às 19,30 horas, no auditório da Rádio Clube de Patos, teremos a conferência do Revmo. Cônego Juvenal Arduini, renomado orador sacro do clero de Uberaba. S. Revma. falará sobre ‘A responsabilidade social da juventude’, numa promoção do Grêmio Estudantil “Paulo Setúbal”, do Colégio Municipal. [sic]. (TERCEIRA..., 1963, p. 1)¹⁶⁵

Ademais, conferências abordando temas relacionados à juventude, exposições de quadros de artistas locais, homenagens, feira de livros, torneios esportivos, concursos de trovas, desfile estudantil, eleição e coroação da rainha dos estudantes, marcaram a Semana de 1963. Além de todos esses eventos, é válido ressaltar, também, a conferência proferida pelo deputado Aníbal Teixeira, cujo tema era “O estudante e a realidade brasileira”. Em relação à presença do deputado, Marcos Martins de Oliveira argumenta:

“[...] geralmente vinham pessoas especializadas pra falar sobre o comunismo em Patos. Eram umas conferências polêmicas... eu me lembro de um palestrante muito bom pra época, né! Era o Aníbal Teixeira, ele ocupou cargos no governo... aqueles notórios anticomunistas... tinham um papel social muito grande nessas cidades”. (OLIVEIRA, 2009)

Como se vê, além de arte, cultura e educação, religiosidade e anticomunismo foram assuntos em voga durante as atividades do evento.

¹⁶⁴ Cf. MARQUES, R. R., A II Semana dos Estudantes marcou época nos anais estudantis. **Folha Diocesana**, 24 out. 1960, nº 129, p. 3.

¹⁶⁵ TERCEIRA Semana dos Estudantes tem início hoje. **Folha Diocesana**, 13 out. 1963, nº 260, p. 1.

- A quinta edição¹⁶⁶ (1965):

A programação da 5ª Semana dos Estudantes, realizada durante a gestão de Marcos Martins de Oliveira, assemelhou-se às anteriores. No entanto, em meio às atividades realizadas, a conferência proferida pelo Pe. Nereu Nascimento chamou a atenção, pelo fato de ser também cantor e compositor:

Fato inédito que movimentou a “semana dos estudantes” foi a presença do Pe. Nereu Nascimento que convidado pela U.E.P. veio de Oliveira para fazer uma conferência e dar um show artístico. A conferência agradou de cheio à platéia. O show foi um verdadeiro sucesso, uma verdadeira consagração. A platéia que se comprimia no auditório da Rádio Clube pôde ver um artista (Pe. bossa nova) e assistir a um verdadeiro espetáculo. [sic]. (OBSERVATÓRIO..., 1965, p. 4)¹⁶⁷

De acordo com Marcos Martins de Oliveira, a idéia de trazer o Pe. Nereu Nascimento a Patos de Minas foi de Pe. Almir Neves de Medeiros. Além de mais um show artístico, Pe. Nascimento contribuiu também para reafirmar os valores, as tradições e a orientação da Igreja Católica quanto aos posicionamentos que a juventude devia assumir naquele contexto histórico. O sucesso foi tamanho que fez com que o religioso participasse da Semana dos Estudantes nos anos seguintes (OLIVEIRA, 2009).

- A sexta edição (1966):

A 6ª Semana dos Estudantes foi realizada entre os dias 23 e 30 de outubro de 1966, sob a gestão de Flaviano Corrêa Loureiro. O evento teve caráter especial, pois comemorou o centenário de criação do município de Patos de Minas. Em função da referida celebração, o evento contou com o apoio do poder público municipal. As principais atrações da festa foram a participação do colégio militar de Belo Horizonte com o seu tradicional desfile estudantil e o show de acrobacias realizado pelo corpo de pára-quedistas “Paladinos do Espaço”, no aeroporto local. Ambas as apresentações chamaram a atenção do público patense por serem inéditas na cidade¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Diferente das edições anteriores, e contrariando também uma característica da gestão do Marcos Martins de Oliveira, pouco ou nada de significativo foi encontrado acerca da 4ª edição da Semana dos Estudantes, realizada em 1964.

¹⁶⁷ OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 3 out. 1965, nº 339, p. 4.

¹⁶⁸ Cf. ECOS da VI Semana dos Estudantes Patenses. **Folha Diocesana**, 20 nov. 1966, nº 384, p. 1.

- A sétima edição (1967):

Jurandi Gomes Ferreira relembra ter conseguido trazer a Patos de Minas por ocasião da 7ª Semana dos Estudantes a cantora Joelma, famosa nacionalmente, e, mais uma vez, o Pe. Nereu Nascimento (FERREIRA, 2009).

- A oitava edição (1968):

De acordo com Paulo Amâncio de Araújo, a Semana dos Estudantes de 1968 contou com debates, palestras, competições esportivas, concurso literário (de interpretação de textos, de poesias e de poemas, que eram realizados em parceria com CCRB), bailes, eleição e coroação da rainha dos estudantes. Porém, o antigo líder estudantil ressalta que a maior atração do evento foi a presença do conjunto musical The Jordans, no baile realizado durante a semana festiva. Relembra: “Trouxemos grandes conjuntos aqui. Eu me lembro que a UEP conseguiu trazer o grande conjunto do momento no país, os Jordans! Na época, eles eram os Beatles do Brasil!” (ARAÚJO, 2009).

O investimento feito para a realização da 8ª Semana dos Estudantes, especialmente o alto custo do show dos *The Jordans*, teria acarretado, segundo relato de Jorge Caixeta, prejuízos para a entidade, o que possivelmente foi um dos fatores que contribuíram para a redução do número de seus filiados a partir de 1968, conforme mencionado anteriormente. Paulo Amâncio de Araújo também reconhece que a UEP teve prejuízo financeiro, em função do alto cachê cobrado pela banda, mas salienta a riqueza cultural e o prestígio para a entidade — e, mesmo, para Patos de Minas — como consequência da presença na cidade de artistas de renome e sucesso nacional.

- A nona edição (1969):

Durante os preparativos para a realização da 9ª Semana dos Estudantes, Paulo Amâncio de Araújo deixou a presidência da entidade, passando a assumir o cargo o seu vice, Carlos Roberto Ribeiro. Após reunião realizada pela UEP, no dia 26 de agosto de 1969, para discutir a organização de mais uma edição do evento, Paulo de Araújo oficializou o pedido de demissão do cargo¹⁶⁹. O Jornal *Folha Diocesana* apresentou uma justificativa para a renúncia

¹⁶⁹ U.E.P. – Semana do Estudante vem aí... **Jornal dos Municípios**, 7 set. 1969, nº 245 p. 1.

do presidente estudantil, dizendo que ele “[...] teve que interromper seus estudos e pediu licença por prazo indeterminado, do cargo que ocupava”. (O ESTUDANTE, 1969, p. 8)¹⁷⁰.

Carlos Roberto Ribeiro relata um episódio interessante ocorrido nesse evento, basicamente em função da eleição direta para escolha da rainha dos estudantes. Ele relata que foi chamado pelo juiz local para conversar sobre as eleições. Supondo retaliações, o então militante estudantil ficou surpreso quando o juiz reclamou não ter sido convidado para a mesa escrutinadora: “Eu estou muito decepcionado! Eu estou há dias com vontade de ver votos! Eu fiquei com vontade de contar...”. Atitude semelhante teve o promotor de justiça, Dr. Paulo Mendes Moreira: “Ele me chamou e falou: ‘olha sua turma aí, porque tá feio pra você aqui! Tem muita gente aí... tá espalhado! Vocês fiquem espertos que eles tão a fim de passar a mão em vocês aí!’ [sic]. De acordo com o ex-dirigente da UEP, havia algumas autoridades na cidade que eram a favor dos movimentos estudantis, mas salienta, “nosso movimento não era esse movimento de greve, não era esse movimento político... nós estávamos trabalhando, mas sabendo trabalhar, sem greve, sem nada” (RIBEIRO, 2009).

Compreendemos que o discurso de Carlos Roberto Ribeiro sinaliza a benevolência das autoridades em relação às lideranças estudantis, ou seja, se não há ação, não há reação. Já o discurso do promotor deixa claro a existência de um outro grupo (de autoridades), pelo visto menos tolerante e mais atento às ações estudantis. Daí a necessidade da moderação.

Dentre os acontecimentos que se destacaram na nona edição da Semana dos Estudantes em Patos de Minas, um, em especial, marcou não só esse evento, como também a história da entidade: o anúncio da construção de uma sede própria para a UEP. A comunidade patense foi mobilizada pela imprensa para apoiar a empreitada iniciada pelos dirigentes da entidade: “Espera-se que haja uma união perfeita de todos os estudantes e o apoio das autoridades e povo em geral para que esta aspiração seja brevemente uma realidade.” [sic]. (UEP..., 1969, p.3)¹⁷¹. Entretanto, a sede própria só foi edificada cinco anos depois, em 1974.

- A décima edição (1970):

Como vimos no capítulo anterior, o número de estudantes filiados à UEP havia diminuído bastante no ano de 1970. Nesse sentido, visando minimizar ou mesmo reverter tal situação, Jorge Caixeta apostou na democracia para a organização da 10ª Semana dos Estudantes. A programação do evento foi organizada após uma pesquisa (chamada pelos

¹⁷⁰ O ESTUDANTE. **Folha Diocesana**, 28 ago. 1969, nº 520, p. 8.

¹⁷¹ UEP Promoverá 9ª Semana do Estudante. **Folha Diocesana**, 18 nov. 1969, nº 523, p. 3.

organizadores de “inquérito”), em que os estudantes puderam opinar acerca dos eventos que integrariam as comemorações da festa. Os temas foram sugeridos e ao mesmo tempo avaliados por representantes de diversos segmentos da comunidade patense.

A UEP está promovendo um inquérito entre os estudantes sôbre diversos temas (civismo, democracia, sexo, semana dos estudantes) sugeridos por médicos, comerciantes, pais de família, professores, rapazes e môças. O inquérito depois de respondido será avaliado por pessoas idôneas de nossa sociedade, e visa saber o que o estudante patense deseja na sua semana. [sic]. (NOTAS..., 1970, p.8)¹⁷²

Assim, a 10ª Semana dos Estudantes foi marcada pela diversidade de sua programação. Dentre as tradicionais atrações, como missas, conferências, palestras, campeonatos esportivos, bailes e seções de cinema, realizou-se também um concurso com o intuito de revelar talentos e promover a arte patense. Esse concurso foi uma alternativa encontrada pelos líderes estudantis para tentar reascender a chama do movimento estudantil.

Havia um programa de televisão em Belo Horizonte intitulado “À Caminho da Grande Chance”, dirigido por um apresentador de nome Sérgio Bittencourt. O programa tinha como característica revelar novos talentos da arte. Sérgio Bittencourt foi contratado pela UEP para vir a Patos de Minas e realizar um concurso em que participariam cantores, compositores e o “rosto mais bonito da cidade” — este concorreria ainda à capa do Diário da Tarde, um jornal da capital. Os vencedores do concurso seriam premiados da seguinte forma: o compositor que ficasse em primeiro lugar iria gravar um disco em Belo Horizonte e o cantor melhor classificado iria para o Rio de Janeiro se apresentar no programa de televisão “A Grande Chance”, de Flávio Cavalcanti¹⁷³.

De acordo com Jorge Caixeta, a passagem de Sérgio Bittencourt por Patos de Minas, bem como a realização do concurso, foi um sucesso (CAIXETA, 2009). Mas o ponto máximo do projeto foi a apresentação dos jovens talentos patenses, classificados no concurso, em Belo Horizonte, na TV Itacolomi¹⁷⁴. O fato teve repercussão positiva na sociedade patense, uma vez que o nome da cidade foi divulgado para todo o Estado de Minas Gerais.

Na última sexta-feira no programa do Sérgio Bitencourt, só se falou em Patos de Minas: só se falou bem de Patos de Minas, com um entusiasmo nunca visto. O prestígio artístico da cidade foi defendido com brilho, e os nossos representantes receberam a nota máxima de todos os componentes do júri. Foi um sucesso de ponta a ponta, uma promoção espetacular para Patos, sem que se gastasse nada para fazê-la. [...] brilhou também a srta. Lourdes Burgos, com o rosto mais lindo da noite, e

¹⁷² NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 6 ago. 1970, nº. 567, p. 8.

¹⁷³ Cf. NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 3 set. 1970, nº 571, p. 8.

¹⁷⁴ Segundo relato de Jorge Caixeta (2009), a única emissora que transmitia para Patos de Minas na época era a TV Itacolomi, emissora da TV Tupi, em Minas Gerais, líder absoluta de audiência.

que só não foi capa do “Diário da Tarde” por que não quis. [sic]. (FONSECA, 1970, p.1)¹⁷⁵

Outra atração da 10ª Semana dos Estudantes foi a execução das canções da Geraldo Vandré na Missa dos Estudantes, já discutidas no capítulo anterior, bem como as contradições das lideranças estudantis à realidade da época.

▪ A décima primeira edição (1971):

Um dos destaques da 11ª Semana dos Estudantes foi o convite feito pelas lideranças estudantis patenses ao então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, para participar das festividades em Patos de Minas, conforme registra o jornal *Folha Diocesana* de outubro daquele ano: “Os líderes estudantis patenses estiveram em Brasília, conseguiram audiência de S. Exa. e êle prometeu estar em Patos de Minas para um bate-papo amigo com a nossa juventude”. [sic]. (JUVENTUDE..., 1971, p. 1)¹⁷⁶.

De acordo com Jorge Caixeta (2009), o convite ao ministro tinha objetivos claros e definidos: “A idéia central que os estudantes, que nós queríamos, fundamentalmente, eram duas coisas: primeiro uma universidade em Patos”. O pedido se justificava pelo fato de já existirem instituições de ensino superior em cidades como Uberlândia, Uberaba, Alfenas e Diamantina. Na verdade, os estudantes questionavam o fato de a faculdade de Patos de Minas, recém-instalada, ser privada, assim como o fato de a instituição oferecer somente os cursos de História, Ciências, Letras e Matemática. Os militantes da UEP reivindicavam cursos tradicionais como Direito, Engenharia, Medicina, visto que a maioria dos líderes estudantis da entidade pertencia à elite local, portanto, suas aspirações correspondiam a suas condições sociais.

O segundo objetivo dos estudantes patenses com a presença do ministro dizia respeito ao ensino básico: “Tinha denúncia em Patos de escolas em péssimo estado! O Estado não tinha dinheiro para fazer, o município não dava conta de fazer, aí agente tinha que levar o Jarbas Passarinho”, explica Jorge Caixeta (2009). Mas, além da rede física escolar, pretendiam questionar também alguns aspectos da reforma educacional desencadeada pela Lei 5.692/71¹⁷⁷, dentre eles, a disciplina de Moral e Cívica. Nas palavras do ex-líder estudantil:

¹⁷⁵ FONSECA, D. B. Estudantes Ensinam. **Folha Diocesana**, 22 out. 1970, nº. 578, p.1

¹⁷⁶ JUVENTUDE Estudantil no Panorama de Patos de Minas. **Folha Diocesana**, 7 out. 1971, nº. 623, p. 1.

¹⁷⁷ A referida lei aumentou a escolaridade obrigatória de quatro para oito anos e generalizou o ensino profissionalizante no nível médio, ou 2º grau, em todo o país.

A nossa geração, a minha geração em Patos não aceitava aquela reforma. Quando nós começamos a ver as aulas de Moral e Cívica, que mudaram de nome para Organização Social e Política Brasileira (OSPB), passamos a aprender o quando Caxias foi importante para o povo brasileiro, o que o governo revolucionário estava fazendo de bom para o Brasil, como Jango era safado e como o comunismo destruía valores morais (embora ninguém explicasse o que era comunismo). Começaram a exigir que se pregassem nos murais da escola cartazes de “inimigos da pátria”, onde era mostrada a foto dos “subversivos”, perseguidos pelo governo federal e que “faziam mal à juventude”. Era propaganda governamental pura. Temos que questionar isso com o ministro. Quem ia fazer isso, em nome da entidade, seria eu [...]. Mas quem ia fundamentar os anseios da comunidade seria o padre Almir. (CAIXETA, 2009)

Ao contrário do que havia prometido, o ministro não compareceu, mas o evento aconteceu naturalmente, apesar das reivindicações estudantis não terem sido feitas naquele momento, pelo menos não diretamente ao ministro Jarbas Passarinho.

Em resumo, as Semanas do Estudante serviram, de um modo geral, como uma referência para o movimento estudantil ao longo dos anos. Além de reunir o segmento estudantil em torno de interesses comuns, também contribuíram para reforçar o sentimento de identidade existente entre os jovens estudantes. Conforme avalia Marcos Martins de Oliveira: “[...] ela [a Semana do Estudante] tinha uma capacidade unificadora dos movimentos estudantis... [...] ela tinha uma força boa de cidadania estudantil” (OLIVEIRA, 2009).

5.3.7 O projeto educacional

De acordo com dados do IBGE, em 1960, a realidade populacional e educacional de Patos de Minas era a apresentada nas Tabelas 21 e 22:

Tabela 21

ANO 1960	POPULAÇÃO ¹⁷⁸		
	Total	Urbana / % do total	Rural
Patos de Minas	97.286	37.203 / 38,2%	60.083

Tabela 22

ANO 1960	POPULAÇÃO (com 5 anos e mais)			
	Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e	São estudantes

¹⁷⁸ Vale ressaltar que, a partir de 1960, o IBGE passou a considerar a população dos distritos como sendo urbana, mas, na verdade, a maioria deles localizam-se distantes do distrito sede, portanto, alheios às benesses da cidade.

		(Alfabetizadas) / % do total	escrever	/ % do total
Patos de Minas	79.373	42.907 / 54,1%	36.466	14.641 / 18,4%

Conforme vimos no segundo capítulo, proporcionalmente, nesse tempo, os números da educação em Patos de Minas (tanto em relação ao número de alfabetizados como também de estudantes) eram superiores aos de Minas Gerais e do Brasil. Apesar da UEP ter sido fundada em 1958, aquela realidade não destoava muito desta, de 1960. Mas é necessário ressaltar que, nesse intervalo de dois anos, foram criadas mais quatro escolas, listadas no segundo capítulo¹⁷⁹.

Esta era a realidade que motivou os líderes estudantis da UEP a preverem no Estatuto, em 1958, ações voltadas para a ampliação e melhoria da educação no município. O título VI do Estatuto da entidade, intitulado “Das Atividades Culturais”, traz em seu artigo 40º a seguinte responsabilidade para os líderes da UEP: “Pleiteará junto aos Poderes competentes a instalação de novas escolas, como também a criação de cursos superiores”¹⁸⁰.

A primeira experiência concreta de luta em favor da educação veio logo em seguida, no ano de 1959, quando a UEP e a JEC mobilizaram o segmento estudantil numa campanha realizada em favor da criação de uma escola que oferecesse o curso científico, uma vez que ainda não havia essa modalidade de ensino na cidade. Em entrevista concedida ao *Jornal Patos Urgente*, em 1967, Pe. Almir Neves de Medeiros relata que,

Em reuniões da Juventude Estudantil Católica, chegamos à conclusão da necessidade de uma campanha pela instalação de um Colégio na cidade. O curso científico era uma necessidade. Você deve se lembrar da grande campanha que foi aqui realizada em prol da criação e da instalação do Colégio Municipal. Foi uma campanha memorável. Cartazes, passeatas, concentrações e etc... este “etc” diz muito mais... (COURY, 2008, p. 37).

Segundo relato de Dercílio Ribeiro Amorim, graças ao movimento realizado com o apoio do religioso, o então prefeito, Sebastião Alves do Nascimento, em resposta ao apelo dos estudantes e das demais lideranças da cidade que trabalhavam em prol desta causa, criou o Colégio Municipal em 1959, sendo instalado efetivamente no ano seguinte (AMORIM, 2009).

No entanto, as campanhas em prol da educação intensificam-se sobretudo a partir de 1965. Nesse ano, as lideranças da UEP começaram um movimento pela democratização do

¹⁷⁹ Colégio Municipal, Escola Estadual Monsenhor Fleury, Ginásio Nossa Senhora de Fátima e Escola Estadual Professora Zoraida Mendonça Pinheiro.

¹⁸⁰ ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 26 abr. 1958.

ensino público, pleiteando a criação de novos colégios e a ampliação dos já existentes, com o objetivo de aumentar a oferta de vagas.

Pelo que tudo indica muito em breve Patos de Minas não mais terá o sério problema de vagas nos colégios para comportar todo o número de candidatos que aparecem. A ampliação do colégio estadual já é um grande acontecimento. Agora, graças ao esforço e dinamismo de Da. Filomena de Macedo Melo, também o Colégio Normal Oficial será ampliado e deverá comportar o dobro do atual número de alunos. [sic]. (OBSERVATÓRIO..., 1965, p. 4)¹⁸¹

Nessa mesma reportagem, era anunciada também a criação de um novo colégio, que ampliaria o atendimento à demanda existente no município: “Já se encontra em funcionamento o Curso de Admissão para o Colégio Experimental do Alto Paranaíba. [...] Em 1966 o Colégio funcionará apenas com a 1ª e a 2ª séries do curso ginásial, em horário noturno, dentro da moderna técnica escolar”. (OBSERVATÓRIO..., 1965, p. 4)¹⁸². Portanto, a UEP teve um papel fundamental na campanha pela criação de um novo colégio na cidade. Nas palavras de Marcos Martins de Oliveira, presidente da entidade na época:

Em boa hora a União dos Estudantes Patenses, lançou a campanha em prol de um Colégio Gratuito Noturno. Se fizéssemos uma análise no que diz respeito ao ensino em nossa Urbe, veríamos nitidamente a necessidade deste educandário. [...] A necessidade do colégio é uma exigência do presente. [...] Precisamos mais ainda, precisamos partir firmes para a conscientização dos povos. Não obstante ser a longo prazo esta obrigação, contudo exige agora, aquilo que sempre foi necessário, escolas e mais escolas. Urge libertamos o homem daquilo que o escraviza. O homem nada é sem liberdade. Diz Jacques Maritain que “a liberdade é a essência da vida”. Como poderemos falar em liberdade, em democracia, sem primeiro falarmos em escolas. [...] Creio que seja somente com escola é que poderemos ajudar a classe oprimida pela ambição desenfreada de poucos que têm muito, e ajudar os muitos que nada tem, a possuir aquilo que lhes pertence por direito.

Temos que lutar contra a miséria que nos cerca e cresce e se multiplica. Essa miséria submissa e sem trégua que oprime os povos subdesenvolvidos. Combater as classes de privilegiados que pregam inverdades em nome da verdade. Somente guiados pelas normas da justiça e da equidade é que poderemos vencer essa minoria que se avilta, enriquecendo-se cada vez mais, e isto nós aprenderemos na escola. [...] Vamos lutar, vamos difundir nossa constituição que garante as escolas gratuitas. cremos que este movimento encetado pela UEP, entidade que congrega os interesses da classe estudantil, surge do apoio dos que lutam e trabalham para o progresso intelectual de nossa Comuna. [...] queremos também que em futuro bem próximo, quando falar em Patos de Minas, não se lembre primeiro da “terra do milho” mas da terra de gente estudiosa e educada. [sic]. (OLIVEIRA, 1965, p. 4)¹⁸³

Marcos Martins de Oliveira atribuiu um papel muito importante à educação: “despertar a consciência crítica das pessoas para libertá-las da prisão que as escravizam” (OLIVEIRA, 2009). A prisão a que se refere era a ausência do conhecimento formal, muito

¹⁸¹ OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 24 out. 1965, nº 341, p. 4.

¹⁸² Ibidem, loc. cit.

¹⁸³ OLIVEIRA, M. Mais um Colégio para Patos de Minas. **Folha Diocesana**, 31 out. 1965, nº 342, p. 4.

acentuada em países subdesenvolvidos como o Brasil, na época. Oliveira via a escola como uma alternativa para se alcançar a democracia econômica, ao menos em parte, ou seja, para ele a escola era um instrumento de equalização social. Em função disso, justificando-se num direito constitucional, conclamou seus pares à luta por mais educandários no município, com o intuito de sanar as mazelas produzidas pela falta de conhecimento.

A luta empreendida pelas lideranças estudantis da UEP para criação de novas escolas e ampliação do número de vagas não se limitou apenas ao âmbito da educação básica. Naquele tempo já eram perceptíveis os problemas provenientes da ausência do ensino superior na cidade, pois ao terminar o ensino secundário, muitos jovens deixavam Patos de Minas em direção aos grandes centros, sobretudo Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília, para dar continuidade aos estudos.

[...] Os estudantes deixam a cidade em busca de Universidade. [...] E com isso a pomposa frase vai tendo o seu sentido mais real; “O progresso de uma cidade está em sua mocidade”. Pois bem, eles vão, e talvez não voltem. [...] Qual a solução? Que as autoridades se unam e consigam uma faculdade para Patos. Somente assim poderemos progredir. [...] Não adianta falar em progresso, em prosperidade, sem antes falar em Escolas. Aqui fica o nosso apêlo. [sic]. (LAMENNAIS..., 1966, p. 6)¹⁸⁴

Especialmente a partir desse momento, começou a haver uma cobrança bastante incisiva dos líderes estudantis para que as autoridades políticas intervissem em favor da implantação do ensino superior em Patos de Minas, pois, aos olhos daquela geração, o progresso do município dependia da implantação de uma faculdade.

Patos precisa de uma escola superior. Veja o patense que estamos ficando para trás. Há pouco, a vizinha cidade de Dores do Indaiá criava sua faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Se outros conseguem, porque cruzamos os braços? [sic]. (OBSERVATÓRIO..., 1966, p. 4)¹⁸⁵

Além de reivindicar a criação de mais escolas e o aumento de vagas, os líderes estudantis patenses reivindicavam também qualidade no ensino. Eles questionavam a política educacional do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, alegando que escolas não podiam ser criadas sem que houvesse uma preocupação com a qualidade dos profissionais que fossem trabalhar nelas.

Criar novas escolas? Sim. Não seria o bastante, contudo. Dotar o Estado de vasta rede escolar? Exato. Mas, antes de tudo, aperfeiçoar métodos e hábitos escolares.

¹⁸⁴ LAMENNAIS. Estudantes deixam Patos de Minas. **Folha Diocesana**, 16 jan. 1966, nº 349, p. 6

¹⁸⁵ OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 06 abr. 1966, nº 358, p. 4.

Um corpo docente seriamente selecionado. Professores e não mercenários. Mestres e não aventureiros. Capacidade. Habilitação – Vocação [sic]. (SPERA..., 1966, p. 4)¹⁸⁶

Ademais, Marcos Martins de Oliveira reconhece que a educação superior em Patos de Minas essa era uma aspiração não só do segmento estudantil, mas de toda a comunidade patense, de modo que as lideranças políticas locais dividiam os méritos das lutas e das vitórias com os militantes da UEP.

[...] Esse sonho de crescimento na educação, acredito que estava presente na cidade, independente de ser só de movimento estudantil. Estavam agregados as aspirações de todo segmento da sociedade daquela época. Pra estudar todo mundo saía, né?! As lideranças, os jovens... então havia esse sonho, e depois, mas tarde, chegou a faculdade. Mas não é um mérito excepcional só da UEP! Foi uma participação muito coletiva! [sic] (OLIVEIRA, 2009)

Com este mesmo objetivo, foi realizada, em 1967, uma enorme passeata estudantil, que acarretou na prisão do então presidente da UEP, Jurandi Gomes Ferreira, por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob a acusação de estar organizando um movimento subversivo.

O trabalho em prol da implantação do ensino superior em Patos de Minas continuou na gestão seguinte da entidade, com o presidente Paulo Amâncio de Araújo. Além do enriquecimento cultural que o ensino superior traria para toda a região, um dos principais argumentos a favor da fundação de uma faculdade no município de Patos de Minas foi a contenção do êxodo estudantil em direção aos grandes centros, o que dificultava ou mesmo impedia o progresso da cidade, segundo os líderes estudantis.

Após muitas reuniões, parecia certa a implantação da faculdade para o ano de 1969. Foi com muito entusiasmo que a imprensa patense narrou os preparativos para o funcionamento da mesma.

Faculdade é sempre assunto atuante em Patos. Alunos se preparam para os vestibulares. Comissão colhe dados da cidade. Professores tratam do seu currículum-vitae. Toda a cidade quer ter Faculdade. Aguarda-se entretanto a aprovação dos estatutos para a nomeação dos seus membros dirigentes. O mês de setembro já se foi. Que o outubro seja mais promissor e que todo o papel burocrático já esteja em andamento, para que em breve tudo seja resolvido. Patos precisa de Faculdade, e a Faculdade depende de você, Patense. [sic]. (FACULDADE..., 1968, p. 6)¹⁸⁷

Frustradas as pretensões para o início do funcionamento em 1969, a comunidade patense teve que aguardar mais um ano, porém não passivamente. Como ocorrera em 1967, os

¹⁸⁶ SPERA. Mais Escolas... Melhores Escolas... **Folha Diocesana**, 13 fev. 1966, nº 352, p. 4.

¹⁸⁷ FACULDADE de Filosofia. **Folha Diocesana**, 3 out. 1968, nº. 476, p. 6.

estudantes voltaram novamente às ruas numa passeata organizada pela UEP, na qual reivindicavam a imediata implantação da faculdade no município.

A passeata estudantil de 1969 representou a culminância de um trabalho que vinha sendo realizado pela UEP desde o início da década de 1960. Nesse sentido, Carlos Roberto Ribeiro observa que a instalação da faculdade não foi resultado apenas da ação do movimento estudantil, mas de diversos segmentos da sociedade patense, sobretudo de suas principais lideranças políticas. Todavia, se a passeata não foi determinante para o imediato funcionamento da faculdade, ao menos contribuiu para agilizar o processo, uma vez que as aulas tiveram início no ano seguinte, em 1970 (RIBEIRO, 2009).

Apesar de constituir a maior preocupação daquele tempo, as reivindicações em favor da instalação de uma faculdade em Patos de Minas não absorveram todas as atenções das lideranças estudantis, que continuaram trabalhando, concomitantemente, para a ampliação da rede de educação básica do município. A diretoria de Paulo Amâncio de Araújo deu continuidade ao projeto, reivindicando a instalação de mais um colégio na cidade, um ginásio gratuito.

Essa idéia surgiu, levando-se em consideração o grave problema da falta de vaga em nossos estabelecimentos de ensino e, então, baseados nisto, as duas entidades entraram em contato com a CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS (CNEG) pleiteando junto a esta, a instalação de um ginásio gratuito no próximo ano. Para felicidade dos nossos estudantes, o pedido obteve receptividade espetacular por parte do CNEG e, com um pouco de esforço estaremos a partir de março de 1970, contanto mais um ginásio em Patos de Minas. [sic]. (U.E.P..., 1969, p. 3)¹⁸⁸

Como se pode observar, a referida campanha contou com o apoio da Associação dos Patenses em Belo Horizonte (Aspa), composta por estudantes universitários de Patos de Minas que haviam deixado a cidade em busca do ensino superior na capital. Apesar da distância, esses estudantes não romperam os laços com a cidade e a parceria estabelecida com a UEP, além de firmar uma relação amistosa entre as lideranças estudantis de ambas as entidades, serviria a projetos políticos futuros de ambas as partes¹⁸⁹. Infelizmente o projeto do ginásio gratuito malogrou.

Em 1971, especialmente durante a 11ª Semana dos Estudantes, a UEP voltou a manifestar-se em prol da educação patense, porém, a militância resumiu-se à tentativa de trazer a Patos de Minas o ministro da educação na época, Jarbas Passarinho. O objetivo das

¹⁸⁸ U.E.P. e Aspa: Ginásio gratuito em 70. **Folha Diocesana**, 7 ago. 1969, nº 517, p. 3.

¹⁸⁹ Para exemplificar, nas eleições municipais de 1972, Waldemar da Rocha Filho, ex-presidente da Aspa, candidatou-se a prefeito pela Arena, e o jovem Paulo Amâncio de Araújo, ex-presidente da UEP, candidatou-se a vice-prefeito pela MDB.

lideranças estudantis era reclamar melhorias para as escolas públicas de ensino básico da cidade, bem como reivindicar uma faculdade federal que oferecesse também os cursos tradicionais, como Medicina, Direito e Engenharia.

5.4 EDUCAÇÃO INFORMAL: POLÍTICO-PARTIDÁRIA

5.4.7 A UEP como trampolim político

A militância direta e indireta de lideranças estudantis da UEP na política partidária do município ocorreu em todas as eleições municipais que circunscreve o período de nossa pesquisa (1958 a 1971). Em 1958, tivemos a candidatura fracassada do estudante Waldemar Antônio Mendes a vereador. Em 1962, ao contrário, Dercílio Ribeiro de Amorim, então presidente da UEP, teve êxito nas eleições municipais e elegeu-se vereador.

Entretanto, a partir de 1966, a participação das lideranças estudantis nas eleições municipais tornou-se mais discreta. Isto porque o Regime Militar, por meio de suas ações coercitivas, publicou a Lei Suplicy de Lacerda, que proibia a participação de entidades representativas de estudantes de militarem na política partidária.

Apesar de não terem surgido novos líderes estudantis no cenário político nesse período, os antigos líderes continuaram sua trajetória. Em 1966, Dercílio Ribeiro Amorim foi eleito vice-prefeito e Altamir Pereira da Fonseca, vereador. Nas eleições de 1970, Dercílio Ribeiro Amorim trocou a vice-prefeitura pela câmara municipal, tornando-se vereador novamente. Note-se, ainda, a candidatura, fracassada, de Paulo Amâncio de Araújo, ex-presidente da UEP nos anos de 1968 e 1969, a vice-prefeito em 1972 (período não pertinente a esta pesquisa, porém).

Vale observar, portanto, que o envolvimento com a política estudantil acabou contribuindo para a formação de líderes políticos partidários no cenário patense.

5.4.8 O fracasso da primeira experiência em 1958

Assim como tradicionalmente ocorre nas entidades estudantis dos grandes centros, a UEP também serviu como trampolim político para alguns de seus principais líderes. A

primeira experiência dessa natureza foi a candidatura de Waldemar Antônio Mendes¹⁹⁰ ao cargo vereador, no pleito municipal de 1958, conforme notícia a imprensa local: “Chegou ao nosso conhecimento de que os estudantes estão empenhados em levar avante a idéia de ter um representante na câmara”. [sic]. (UM VEREADOR..., 1958, p. 1)¹⁹¹.

Ao contrário da primeira eleição dos dirigentes da UEP, o processo que escolheu o nome de Waldemar Mendes foi aparentemente democrático, tendo em vista a realização de prévias entre os pré-candidatos, na perspectiva de escolher o nome que possuísse maior aceitação entre o público estudantil. A divulgação da convenção entre os interessados à vaga coube à imprensa local. Também foram distribuídos boletins informativos entre os estudantes e demais simpatizantes do movimento. Assim, no dia 9 de julho de 1958, no auditório da Rádio Clube de Patos, foram proferidos inúmeros discursos e realizados longos debates pelos cabos eleitorais dos respectivos candidatos. Em seguida, partiu-se para a eleição propriamente dita: “Feito o escrutínio, promoveu-se a apuração, e foi o seguinte o resultado da disputa: Waldemar Antônio Mendes, 45 votos; João Ribeiro de Almeida, 40 votos; Dr. José Daniel Beluco, 28 votos e Cleando Dias Maciel, 15 votos”. [sic]. (TARSO..., 1958, p. 6)¹⁹².

De acordo com a reportagem, os pré-candidatos Dr. José Daniel Beluco e Cleando Dias Maciel obtiveram menor acatamento ao plenário, por já terem os seus nomes inscritos em legendas. Em outras palavras, um dos fatores que favoreceu a vitória de Waldemar Antônio Mendes foi o fato de ele não estar vinculado a nenhuma legenda, ou seja, a nenhum partido político, pelo menos até aquela data:

Gostamos do espírito de independência partidária da classe estudantil. Viu-se, desde o início, que os estudantes queriam um nome digno do seu apoio, genuinamente estudante, que fôsse portador de uma soma de valores capaz de elevá-lo acima dos interesses meramente partidários, e que não estivesse vinculado a alguma facção por compromissos formais. [sic]. (TARSO..., 1958, p. 6)¹⁹³

As expressões “independência partidária” e “não vinculação à facção” atestam o desejo das lideranças estudantis por uma campanha independente, ou posto de outra maneira, não alinhada às principais forças políticas locais, PSD e UDN. Por preencher, *a priori*, tais requisitos o líder estudantil Waldemar Antônio Mendes, um dos fundadores do CCRB e da UEP, credenciou sua candidatura a uma vaga no legislativo municipal.

¹⁹⁰ De acordo com Dercílio Ribeiro Amorim (2009), Waldemar Antônio Mendes entrou para a escola com 25 anos de idade, no decorrer da década de 1950. Após cursar o primário pelo sistema de supletivo, ingressou no ensino secundário. Em 1958, Waldemar Mendes, com aproximadamente 33 anos, era aluno do curso de contabilidade no Colégio Comercial Silvio De Marco (antiga Escola Técnica de Comércio Pio XII).

¹⁹¹ UM VEREADOR Estudante? **Folha Diocesana**, 29 jun. 1958, nº 45, p. 1.

¹⁹² TARSO, Paulo. Um Vereador Pelos Estudantes. **Folha Diocesana**, 13 jul. 1958, nº 47, p. 6.

¹⁹³ *Ibidem*, loc. cit.

Nesse ínterim (final de agosto), houve a celebração da primeira *Missas dos Estudantes*, pelo Pe. Almir Neves de Medeiros, reforçando significativamente o sentimento de identidade e de união entre o segmento estudantil, conforme discutido em seção anterior deste trabalho.

Para reforçar a candidatura de seu representante, líderes estudantis elaboraram uma “bandeira de campanha” e ainda criaram o Comitê dos Novos ¹⁹⁴, para intensificar os trabalhos às vésperas da eleição. Adotaram um *slogan* de campanha intitulado “União da Família Patense” — temática que possuía grande aceitação pela sociedade da época — cujo lema era “Basta de Divisões”, numa referencia à acirrada disputa entre os partidos PSD e UDN.

Não adotamos nenhum dos partidos locais, nem nos filiaremos a qualquer novo partido. Nosso propósito é estar com todos. Bater-nos-emos pela CONFRATERNIZAÇÃO DA FAMÍLIA PATENSE até a política em nossa terra passar a ser feita em termos de entendimentos. Apresentamos WALDEMAR ANTÔNIO MENDES candidato à Vereador para inaugurar a política de CONFRATERNIZAÇÃO DA FAMÍLIA PATENSE. [sic]. (MANIFESTO..., 1958, p. 6)¹⁹⁵

Diante dos fatos apresentados, havia a impressão de que a candidatura de Waldemar Mendes estava aparentemente bastante fortalecida, mas os resultados daquelas eleições contradisseram as aparências. Waldemar acabou derrotado, com uma votação inexpressiva, pouco mais de 100 votos, segundo relata Dercílio Ribeiro Amorim (2009). Alguns fatores contribuíram para esse desfecho. Waldemar Mendes contrariou a orientação das lideranças estudantis ao sair candidato a vereador pela UDN. Conforme noticiou a imprensa local, Waldemar Mendes não conseguiu conter o entusiasmo na campanha e assumiu posições que foram reprovadas pelos estudantes.

O Sr. Valdemar Antônio Mendes – candidato dos Estudantes não conseguiu eleger-se vereador à Câmara Municipal de Patos de Minas. Um dos fatores de sua derrota foi o partidarismo que tomou, trabalhando para o “Binga”¹⁹⁶. Os estudantes não gostaram da coisa e deram o contra ao Líder, pois não desejavam eleger um colega que tivesse paixão política, mas sim um defensor das reivindicações da classe, o que, não se denotava no Dema, que deseja ser um soldado da U.D.N. e não dos

¹⁹⁴ O Comitê dos Novos tinha como Presidente Antônio Severino da Silveira; Vice-presidente, Geraldo Lourenço de Castro; Secretário, Dermeval Cândido da Costa; Tesoureiro, Dercílio Ribeiro de Amorim; Oradores, Altamir Pereira da Fonseca e Otaviano e Magalhães e uma Comissão de Propaganda composta por 26 membros, cujo chefe era o José Pascoal Borges de Andrade. Nesta diretoria estavam presentes o então vice-presidente da UEP, Ricardo Rodrigues Marques, o 1º secretário, Altamir Pereira da Fonseca e ainda o José Pascoal Borges de Andrade, dentre outros.

¹⁹⁵ MANIFESTO do Comitê dos Novos. **Folha Diocesana**, 07 set. 1958, nº 54, p. 6.

¹⁹⁶ Foi eleito Prefeito Municipal em 1958. Em 1963 candidatou-se a Deputado Estadual pela ex-UDN, sendo eleito. Com a extinção dos antigos partidos filiou-se à ARENA, e sob essa legenda se reelegeu mais três vezes consecutivas. Faleceu antes de terminar o seu quarto mandato de Deputado Estadual, no dia 11 de dezembro de 1977.

estudantes. Justifica-se assim, a derrota do candidato dos estudantes. [sic]. (O CANDIDATO..., 1958, p. 2)¹⁹⁷

É necessário ressaltar, porém, que o *Jornal dos Municípios*, cujo diretor e dono era o político José Maria Vaz Borges, tinha forte ligação com o PSD, o que pode justificar a alusão feita pelo jornal à derrota de Waldemar Mendes, tendo em vista que o partido vitorioso foi a UDN, com a eleição do prefeito Sebastião Alves do Nascimento.

Por outro lado, nas reportagens veiculadas na imprensa local, não se fez qualquer menção à participação da JEC no processo eleitoral de 1958, apesar de sua efetiva militância no cenário patense naquele ano. É provável que tal atitude da imprensa seja resultante das normatizações trazidas pelo Estatuto de ACB que, conforme já vimos, pedia que suas afiliadas se colocassem sob a imediata dependência da hierarquia eclesiástica, exercendo suas atividades fora e acima de qualquer organização ou influência político-partidária.

Soma-se a isso a postura do próprio Waldemar Mendes, pois, conforme já mencionado neste trabalho, era adepto das idéias de Plínio Salgado, idéias que não eram bem aceitas nem bem vistas pelos seguidores de Jacques Maritain, da Escola Tomista, que possuía a simpatia de grande facção da Igreja Católica. Segundo Agostinho Rodrigues Galvão, talvez fosse esta uma das razões pelas quais o líder Waldemar Mendes não fosse visto com “bons olhos” pela Igreja Católica local. O ex-dirigente da UEP salienta ainda algumas características do líder estudantil: “O Waldemar Antônio Mendes gostava de dominar. Ele sempre tinha aquela vontade de se fazer prevalecer. Gostava de falar alto pra poder se impor. Não suportava diálogo, principalmente se alguém fosse contra as idéias dele” (GALVÃO, 2009). Ao se referir à relação existente entre Waldemar Mendes e o Pe. Almir Neves de Medeiros, Agostinho Rodrigues Galvão enfatiza: “os dois não se batiam! É. O Waldemar queria ser independente e o padre Almir era um líder da juventude. O Waldemar queria ser também líder da juventude!” [sic] (GALVÃO, 2009). Nesta perspectiva, a *Missa dos Estudantes*, cuja celebração foi iniciada pelo religioso durante a campanha política de 1958, pode ter tido mais de um significado.

5.4.9 A vitória nas eleições municipais em 1962

Os discursos de “independência partidária” sustentados durante a eleição de 1958 persistiram ao longo dos quatro anos que precederam a eleição de 1962. Prova disso foi a

¹⁹⁷ O CANDIDATO dos estudantes não foi eleito. *Jornal dos Municípios*, 19 out. 1958, nº 106, p. 2.

fundação de um novo partido político em Patos de Minas naquele ano, o Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual se candidatou e foi eleito vereador o presidente da UEP, Dercílio Ribeiro de Amorim, com 446 votos¹⁹⁸: “Eu fui eleito com uma votação muito boa, expressiva, e tive o apoio da classe” (AMORIM, 2009).

Segundo Marcos Martins de Oliveira, Pe. Almir Neves de Medeiros, apesar de não influenciar os jovens em relação à política partidária, teria tido um papel importante na fundação do PDC em Patos de Minas¹⁹⁹:

[...] Ele tentou articular um partido em Patos que foi o PDC, de onde o Dercílio surge. Pe. Almir foi um dos fundadores desse PDC, que era um partido que tava muito em voga, começando no Brasil. [...] Ele tentou romper com o que havia de UDN e PSD. Ele foi buscar uma alternativa no meio e não conseguiu! [...] Depois (posteriormente) ele se recolhe em termos partidários. (OLIVEIRA, 2009)

Dercílio Ribeiro Amorim, até aquela época, havia sido o vereador mais jovem da história do município; além de ser presidente da UEP, ele também integrava o CCRB. Sua vitória nas eleições para o legislativo municipal pode ser considerada uma demonstração da força do movimento estudantil patense, servindo para materializar, pela primeira vez, as intenções e os sonhos de muitos líderes estudantis dessa entidade, qual seja, a carreira político partidária.

A trajetória política tanto estudantil quanto partidária de Dercílio Ribeiro Amorim teve início no final de década de 1950. Suas primeiras aparições públicas foram noticiadas pela imprensa no ano de 1959, quando foi preso em decorrência de um episódio curioso:

Há pouco, por exemplo, prendeu-se um estudante somente porque observava a prisão de umas ciganas. [...] Mas esperamos que o soldado agressor seja punido devidamente, se ainda Patos merecer o nome de cidade de lei e de ordem. Bela e exemplar foi a atitude dos estudantes em remetendo um baixo-assinado ao Delegado de Polícia, pedindo providências nêsse sentido. [sic]. (OBSERVATÓRIO..., 1959, p. 8)²⁰⁰

Compreendemos que a situação referida acima foi constrangedora e desagradável por um lado, mas, por outro lado, serviu para promover o estudante entre seus pares, uma vez que foi realizada uma manifestação favorável a sua libertação e contra a atitude do soldado que o havia prendido de forma autoritária e intransigente. Na edição seguinte do mesmo jornal, o

¹⁹⁸ Os candidatos a prefeito e vice pelo PDC, os médicos Paulo Ximenes de Moraes e Benedito Corrêa da Silva Loureiro, respectivamente, perderam as eleições, saindo vitorioso o PSD, do candidato a prefeito Pedro Pereira dos Santos.

¹⁹⁹ Conforme o artigo ANTÔNIO Paulo Ximenes de Moraes – “Doutor Ximenes”, disponível em: <<http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=1945>>, (acesso em: 27 mai. 2009), o PDC foi “criado pelo saudoso Pe. Almir Neves de Medeiros, na tentativa de amenizar a política entre UDN e PSD em Patos de Minas”.

²⁰⁰ OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 24 mai. 1959, nº 80, p. 8.

caso foi novamente referendado: “Como ficou dito no numero anterior do Observatório não descansaríamos enquanto os superiores do soldado Corvino não o punissem por ter maltratado e prendido o estudante Dercílio Ribeiro de Amorim”. [sic]. (O CASO..., 1959, p. 8)²⁰¹.

Não houve resposta oficial da polícia, divulgada na imprensa, ao pedido das lideranças estudantis para a reparação da prisão do jovem Dercílio Ribeiro Amorim e punição do soldado responsável. Diante do silêncio da polícia, foi enviado novamente o seguinte recado àquela instituição:

Se querem ser rigorosos, tratando uma pessoa humana como um irracional, comecemos de baixo. Comecemos fechando as casas de jogatina, cuidando dos menores desamparados, prendendo os ladrões de bicicletas, desarmando os que não deviam andar armados, engaiolando os criminosos, enfim, começando a cumprir a lei do alto, de onde vivem os nossos policiais. Se fizer isso, aí então nos calaremos e pediremos ao nosso “caro” soldadinho de chumbo, usar uma “coleira” para trancafiar os estudantes que lhe ferem a alta “personalidade” com um gesto, uma palavra ou mesmo um olhar. [sic]. (O CASO..., 1959, p. 8)²⁰²

Chama atenção nesse trecho a ousadia das lideranças estudantis ao referirem-se às autoridades policiais. Essa situação acabou desencadeando uma enorme sensibilização do público estudantil em favor da “Causa Dercílio”. Aos poucos, o jovem estudante foi aumentando seu prestígio, tanto que, dois anos depois do evento de sua prisão, apresentou-se como candidato natural à presidência da UEP. Exímio orador, Dercílio Ribeiro Amorim foi eleito presidente da entidade, e, no ano seguinte, alçou vôos maiores ao disputar e conquistar uma vaga no legislativo patense pelo PDC. Consolidada sua vitória, Dercílio Ribeiro Amorim recebeu uma homenagem do CCRB:

Não desmereça nunca a confiança dos moços. Dê testemunho de fé, de amor, de esperança e de mocidade aos que se lhe avantajam em anos. Cumprindo, como presumo, com honra e dignidade, o seu mister, as raízes que o Centro Cultural Rui Barbosa fêz desenvolver-se em sua pessoa irmão, tenho certeza, transformar-se em flôres e frutos. [sic]. (DISCURSO..., 1962, p. 6)²⁰³

Por meio desse discurso, os companheiros de Dercílio Ribeiro Amorim delegavam a ele uma responsabilidade ainda maior em relação às causas sociais do município (principalmente as juvenis), no pleito municipal que estava por vir. Os centristas atribuíram a sua entidade grande contribuição para a vitória que o presidente da UEP e integrante do CCRB acabara de conquistar, pois consideravam a CCRB uma das responsáveis pela

²⁰¹ O CASO Dercílio. **Folha Diocesana**, 31 mai. 1959, n° 81, p. 8.

²⁰² Ibidem, loc. cit.

²⁰³ DISCURSO proferido pelo estudante Altamir Pereira da Fonseca na sede do CCRB na ocasião em que esta Entidade homenageava o Centrista Dercílio Ribeiro de Amorim, eleito vereador nas eleições próximas passadas. **Folha Diocesana**, 25 nov. 1962, n° 222, p. 6.

formação intelectual dos jovens, potenciais eleitores de Dercílio Ribeiro Amorim. De certa forma, a vitória do militante, além de ter sido fruto da integração do movimento estudantil em Patos de Minas, também contribuiu para o fortalecimento do mesmo.

Por outro lado, pode-se dizer que, em linhas gerais, o sucesso do PDC em Patos de Minas foi parcial. Elegeu Dercílio Ribeiro Amorim vereador, mas não teve um resultado satisfatório para o executivo. Apesar do partido não ter conseguido o resultado esperado nas eleições municipais de 1962, o principal motivo que levou à sua extinção foi o Ato Institucional nº 2, decretado pelo Regime Militar, em 1965.

Nesse sentido, a fundação do PDC pode ser considerada uma tentativa de se constituir uma nova via política em Patos de Minas. Entretanto, o desfecho dado à democracia pelos militares nos impossibilita de fazer análise mais específica sobre a história do partido no município.

5.4.10 A Lei Suplicy de Lacerda (1964) e a ausência da UEP na cena política de Patos de Minas nas eleições de 1966 e 1970.

Nas eleições municipais de 1958, houve uma tentativa vã de se eleger um vereador como representante dos estudantes. A referida empreitada teve sucesso quatro anos depois, em 1962, com a eleição de Dercílio Ribeiro Amorim, então presidente da UEP. Em 1966 e 1970, a UEP não participou diretamente das eleições municipais, assim como também não surgiu um novo líder político no rol das lideranças estudantis da UEP.

É possível tentar compreender tal situação por vieses diferentes. A primeira explicação seria a simples ausência de novos líderes estudantis na política partidária patense nesse período, fazendo com que muitos estudantes acabassem apoiando os antigos líderes da entidade, candidatos às eleições naquele ano — no caso, Dercílio Ribeiro Amorim, a vice-prefeito e Altamir Pereira da Fonseca, a vereador, ambos eleitos pela UDN²⁰⁴.

Por outro lado, a outra explicação seria a Lei Suplicy de Lacerda, que proibia a participação de entidades representativas de estudantes de militarem na política partidária. Sobre a eleição de 1966, Flaviano Corrêa Loureiro (2009) confirma que “não houve

²⁰⁴ A vitória de Dercílio Ribeiro Amorim foi importante para o segmento estudantil da cidade, pois, mesmo não integrando mais a UEP, ele continuou sendo um parceiro da entidade em suas reivindicações. Altamir Pereira da Fonseca foi o primeiro secretário da UEP e também compôs os quadros diretivos do CCRB nos anos anteriores. Em 1968, Altamir da Fonseca apresentou à câmara municipal de vereadores um projeto de lei em que a UEP e o CCRB foram declarados entidades de utilidade pública. (Cf. UEP e CCRB declarados de Utilidade Pública. *Folha Diocesana*, 7 nov. 1968, nº. 481, p.1).

envolvimento da UEP”. Explicitemos a lei: no artigo 14º, a legislação trazia a seguinte redação: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário [...]”; o artigo 18º deixa claro como devia se portar uma entidade estudantil: “Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes”; o artigo 20º obriga à reforma de Regimentos e Estatutos das entidades ou órgãos de representação estudantil já constituídos, e pede que os mesmos sejam submetidos às autoridades competentes em prazo improrrogável de 60 dias para possíveis adequações²⁰⁵.

Nesse sentido, ainda que a UEP possuísse líderes estudantis com capital eleitoral (não duvidamos disso) e disposição para pleitearem uma vaga no legislativo patense, a entidade não poderia envolver-se diretamente na campanha dos seus candidatos, pois estava cerceada por lei federal.

Mesmo assim, as eleições municipais de 1966 tiveram importância significativa para a história, senão do movimento estudantil patense (por materializar, uma vez mais, os sonhos de seus ex-líderes), ao menos para dois de seus principais personagens, Dercílio Ribeiro de Amorim e Altamir Pereira da Fonseca. A vitória de ambos os candidatos foi importante para a UEP, pois ampliou a rede de influências dessa entidade no cenário local, facilitando a realização de antigos projetos como, por exemplo, o início do processo que desencadearia na construção da sede própria²⁰⁶.

Situação semelhante ocorreu nas eleições municipais de 1970. Independente do contexto político da época e das motivações das lideranças estudantis, o novo Decreto-lei nº

²⁰⁵ BRASIL, Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?jsessionid=A58D61BCD78A3EFDD2891E9BDBAA4375?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F-4304781947315736058>>. Acesso em: jan. 2009).

²⁰⁶ “Dia 7 próximo passado foi um dia histórico para a classe estudantil patense. É que naquela data, os estudantes iniciaram as bases de um movimento visando a construir a sua sede social. A primeira dificuldade que estavam encontrando prendia-se à aquisição do terreno. Mas na mesma noite do dia 7, o Sr. Prefeito Municipal, através do Vice-Prefeito, Dercílio Ribeiro de Amorim, do Dr. Antônio Cirino Sobrinho e do autor dessa coluna, prometia doar à U.E.P. o terreno a que tanto aspirava [...] Para edificar a sede social da UEP, era necessário adquirir um terreno, bem como todos os materiais necessários à construção do prédio também deveriam ser arrecadados. Assim, entusiasmados com a promessa do Vice-Prefeito Dercílio Ribeiro Amorim de doar à UEP um terreno, cogitava-se, a partir de então, realizar uma campanha para conseguir os materiais de construção, a fim de tornar o antigo sonho uma realidade. “Aconselhamos os nossos jovens estudantes que evitem realizar movimentos para conseguir todo o numerário para a edificação da Sede Social da Entidade. Seria mais interessante que à proporção que erguessem os alicerces fôssem feitas campanhas com títulos mais ou menos assim: campanha dos tijolos, dos vidros, das telhas, da areia, do serviço de carpintaria, da pintura dos móveis, etc. Dessa maneira, acreditamos que mesmo uma pessoa muito humilde possa colaborar com os nossos tão vibrantes jovens estudantes”. [sic]. (SEDE Social da UEP. **Folha Diocesana**, 15 jun. 1967, nº. 411, p. 1). Apesar da aquisição do terreno a sede própria não foi construída, não nesse ano e nesse terreno. Somente em 1974, ela, enfim, foi edificada, mas em um outro local.

228, de 28 de fevereiro de 1967, que revogou e substituiu a Lei Suplicy de Lacerda, confirmou a proibição do envolvimento das entidades estudantis na política partidária²⁰⁷. Nas eleições daquele ano, Dercílio Ribeiro Amorim, então vice-prefeito, foi novamente eleito, dessa vez como vereador.

²⁰⁷ De acordo com o artigo 11º do Decreto-lei nº 228, “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político, partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas escolares”. (BRASIL, Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://br.vlex.com/vid/lei-fevereiro-reformula-estudantil-34166304>>. Acesso em: jan. 2009)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tecer os comentários finais acerca desta pesquisa, tentaremos interpretar os dados dispostos na Tabela 23, que nos informam sobre as gestões e os gestores da União dos Estudantes Patenses (UEP) durante o período histórico que importou à nossa investigação, qual seja, entre 1958 e 1971.

Tabela 23

Gestão ²⁰⁸	Presidente	Idade	Partido Político (origem familiar)	Escola de origem
1958/1960	Agostinho Rodrigues Galvão ²⁰⁹	29	-	Colégio Comercial Silvio de Marco
Assume o Vice 1959/1960	Ricardo Rodrigues Marques ²¹⁰	17	UDN	Colégio Comercial Silvio de Marco
1960/1962	Afonso Gontijo Dias ²¹¹	23	UDN	Colégio Comercial Silvio de Marco
Assume o Vice 1960/1962	Celso José Guimarães ²¹²	19	UDN	Colégio Comercial Silvio de Marco
1962/1964	Dercílio Ribeiro de Amorim ²¹³	23	UDN	Colégio Comercial Silvio de Marco
1964/1966	Marcos Martins de Oliveira	20	PSD	Colégio Comercial Silvio de Marco
1966/1968	Flaviano Corrêa Loureiro ²¹⁴	24	PSD	Colégio Comercial Silvio de Marco
Assume o Conselheiro Fiscal - 1967	Mário Teixeira de Moraes ²¹⁵	22	UDN	Colégio Comercial Silvio de Marco
Assume o 2º Tesoureiro 1967/1968	Jurandi Gomes Ferreira ²¹⁶	23	-	Colégio Comercial Silvio de Marco

²⁰⁸ Tradicionalmente, as eleições da UEP ocorriam entre os meses de março e abril, a cada dois anos.

²⁰⁹ Agostinho Rodrigues Galvão renunciou em meados de 1959, alegando excesso de trabalho. No ano seguinte passou em um concurso dos correios e se mudou para Uberaba. Mesmo sua família sendo simpatizante do PSD, Agostinho Rodrigues Galvão afirma não ter tido envolvimento direto com a política partidária.

²¹⁰ Ricardo Marques, vice de Agostinho Rodrigues Galvão, assumiu a presidência da UEP no final de 1959, tendo concluído seu mandato.

²¹¹ Afonso Rodrigues Dias permaneceu por pouco tempo na direção da entidade; antes de findar o ano de 1960, ele deixou o cargo, por problemas administrativos, e seguiu para o Rio de Janeiro.

²¹² Celso José Guimarães, vice de Afonso Dias, assumiu a presidência e concluiu o mandato.

²¹³ Em 1962, Dercílio Ribeiro Amorim foi eleito vereador pelo PDC (criado em Patos neste mesmo ano, mas extinto pelo AI-2, em 1965); no entanto, sempre esteve ligado à UDN.

²¹⁴ Flaviano Corrêa Loureiro renunciou em abril de 1967, alegando pressão política.

²¹⁵ Mário Teixeira de Moraes foi eleito internamente pelos colegas da entidade e presidiu a UEP de abril de 1967 até julho/agosto do mesmo ano, quando também renunciou, deixando Patos de Minas anos depois.

²¹⁶ Jurandi Gomes Ferreira também foi eleito internamente pelos colegas da UEP e concluiu o mandato. Afirma não ter tido nenhum vínculo com a política partidária local.

Tabela 23. Continuação.

Gestão	Presidente	Idade	Partido Político (origem familiar)	Escola de origem
1968/1970	Paulo Amâncio de Araújo ²¹⁷	19	PSD	Colégio Comercial Silvio de Marco
Assume o vice 1969/1970	Carlos Roberto Ribeiro ²¹⁸	20	PSD	Colégio Comercial Silvio de Marco
1970/1972	Jorge Eduardo Caixeta ²¹⁹	17	PSD	Colégio Comercial Silvio de Marco

Como se pode ver na tabela acima, apenas dois presidentes concluíram seus mandatos, Dercílio Ribeiro de Amorim e Marcos Martins de Oliveira. Os demais, por problemas de naturezas diferentes, deixaram o posto antes do tempo oficial.

Houve um equilíbrio muito grande entre os dirigentes da UEP no que diz respeito as suas (ou de suas famílias) origens político-partidária, PSD e UDN. Com exceção de Agostinho Rodrigues Galvão — que, recém-saído do seminário, preferiu abster-se dessa vinculação partidária — e de Jurandi Gomes Ferreira — que afirma não ter tido nenhum envolvimento político partidário —, as respectivas legendas marcaram sua presença na história da entidade com cinco presidentes cada, considerando-se aí as eleições indiretas, as diretas e as internas²²⁰, bem como as gestões assumidas por vice-presidentes.

Se considerarmos apenas as vitórias nas eleições indiretas e diretas, o PSD leva vantagem sobre a UDN, tendo obtido quatro vitórias contra apenas duas dessa última legenda. Todavia, é necessário salientar que não havia uma disputa aberta entre PSD e UDN nas eleições da UEP, mesmo porque as chapas sempre eram compostas com estudantes de ambas correntes políticas. De acordo com Jorge Caixeta,

A disputa para a presidência da UEP não era motivada por questões políticas de esquerda e direita, como posteriormente a gente veio a vivenciar quando fomos para a universidade. A UEP era disputada a partir da práxis do que a gente aprendia nos grêmios e nas salas de aula: o exercício da liderança. Civismo puro e idealismo de juventude canalizados pela norma embutida nos ideais que o Pe. Almir repassava,

²¹⁷ Paulo Amâncio de Araújo renunciou em setembro de 1969, segundo informa, para preservar os colegas e a própria entidade, uma vez que sua ligação com a UNE não era bem vista por alguns setores da sociedade.

²¹⁸ Carlos Roberto Ribeiro, vice de Paulo Amâncio de Araújo, assumiu a presidência em setembro de 1969 e concluiu o mandato.

²¹⁹ Jorge Caixeta também não concluiu o mandato, deixando a presidência da entidade em janeiro de 1972 quando seguiu para Brasília para dar continuidade aos seus estudos. Assumiu a presidência nos meses finais a senhorita Jane Simões. Conforme rezava o Estatuto da UEP, o candidato tinha que ter 18 anos para ser presidente da entidade. Segundo o próprio ex-dirigente: “Eu não poderia ser eleito, porque eu não tinha dezoito anos. [...] Juridicamente eu não podia assinar conta bancária e era eu que assinava junto com o tesoureiro. Eu tomei posse em março e fui completar dezoito em julho do mesmo ano” (ARAÚJO, 2009). No entanto, isso não impediu que o então estudante fosse definitivamente efetivado na presidência da entidade.

²²⁰ As eleições internas dizem respeito à eleições realizadas entre os próprios integrantes da UEP, nas quais diretores da entidade, conforme relatado anteriormente, foram eleitos para concluírem mandatos em que o cargo de presidente havia vagado e o vice presidente não estava disponível à assumir o cargo.

plasmados no chamado “Ver Julgar e Agir”, da ação social da Igreja Católica. (CAIXETA, 2009)

Por outro lado, uma análise cuidadosa da Tabela 20 nos permite observar a supremacia absoluta do Colégio Comercial Silvio de Marco sobre as demais escolas da cidade. Todos os presidentes eleitos, e mesmo os membros da diretoria elevados à presidência, estudavam nesse colégio, ou seja, nele concentraram-se as maiores lideranças estudantis de Patos de Minas. Como explicar esse fato?

Há pelo menos duas possíveis hipóteses para essa questão. A primeira, sinalizada pelos ex-dirigentes da UEP, seria a relação amistosa existente entre o referido Colégio Comercial (considerados aí tanto o corpo docente quanto o corpo discente da instituição) e o Pe. Almir Neves de Medeiros, uma vez que este foi diretor do colégio durante um longo período.

A segunda hipótese leva em consideração especificamente o corpo discente da escola. Note-se que a maior parte desses ex-líderes possuía idade suficiente para serem considerados estudantes adultos, de modo que essa condição deve ter favorecido seu desempenho como líderes estudantis, especialmente no que diz respeito à definição de estratégias e realização de parcerias indispensáveis para o alcance dos seus objetivos.

O que justifica esse público de “maior idade” no Colégio Comercial Silvio de Marco parece ser, dentre outros fatores, a busca por uma formação profissionalizante no curso técnico de Contabilidade, oferecido pelo Colégio. O fato de a instituição permitir aos estudantes adquirir uma profissão atraía jovens que já haviam concluído o segundo grau, tanto em Patos de Minas quanto em cidades vizinhas. Obviamente, não se pode esquecer que a idade mínima de 18 anos exigida pelo Estatuto da entidade para a presidência da UEP limitava muitos estudantes de se candidatarem ao posto principal.

É inegável a participação maciça de estudantes do Colégio Comercial Silvio de Marco na presidência da UEP, o que não se verificava nos demais cargos da entidade, dado que as chapas eram compostas por alunos de todas as escolas de Patos de Minas. Tratava-se, conforme discutido anteriormente neste trabalho, de uma estratégia utilizada pelos líderes estudantis para reunir o máximo de eleitores possível em todas as escolas da cidade.

Diante do sumário retrospecto da caracterização das gestões e dirigentes da UEP pudemos alinhar de forma superficial sua trajetória, concebendo-a enquanto entidade dotada de peculiaridades inerentes ao seu tempo e espaço. Dessa forma, nos deparamos, sob a luz desta pesquisa, diante de hipóteses controversas, no entanto, passíveis de compreensão se, rigorosamente, concebidas sob a ótica da realidade nacional, mas articuladas à dinâmica local.

Como pudemos demonstrar ao longo das seções de nosso trabalho, a constituição da UEP se deu sob influência direta do CCRB e do Pe. Almir Neves de Medeiros, peças fundamentais no surgimento da entidade, uma vez que lançaram as bases filosóficas — de orientação cristã, vale ressaltar — que constituíram seu caráter sócio-cultural e também político. A fundação da UEP possibilitou que se construísse, entre os jovens estudantes de Patos de Minas, um sentimento de pertença ao segmento estudantil, ou seja, um sentimento de identidade estudantil, já despertado pelo CCRB anos antes.

No entanto, é necessário salientar que o público estudantil da UEP, principalmente as lideranças, pertencia a um grupo seletivo da sociedade patense, em sua grande maioria composto pela elite local. Ora, é notório que a condição social privilegiada dos líderes estudantis da UEP facilitou sobremaneira o acesso que tiveram a pessoas influentes da cidade, autoridades municipais e estaduais, bem como a diversas instituições públicas e privadas, para o alcance de seus objetivos — dentre os quais a própria fundação da entidade, o projeto educacional, o envolvimento direto e indireto com a política partidária, e até mesmo a realização de eventos como a Semana dos Estudantes, com conferências proferidas por “ilustres” patenses e visitantes e presença de autoridades do Município e do Estado.

Nesse sentido, julgamos pertinente a observação de Foracchi (1977, p. 266) sobre o papel da chamada “nova classe média” no movimento estudantil da década de 1960 em relação aos militantes estudantis patenses: “o que está em jogo não são os interesses da sociedade, como um todo, mas, sim, os desta camada específica que busca, por todos os meios, criar condições propícias a sua ascensão”. Em outras palavras, é impossível falar de um movimento estudantil independente e autônomo, uma vez que suas ações geralmente são determinadas pela condição social de seus integrantes, que, conscientes ou não, em alguma medida, não deixam de intervir em favor de interesses próprios.

A UEP incorporou verdadeiramente os princípios trazidos pelo seu Estatuto de criação, notadamente influenciado por ideais cristãos. Isto fez dela uma entidade bastante conservadora e tradicionalista, o que na prática implicou uma guerra declarada contra o comunismo. Naquele tempo, havia muita dificuldade em se ter acesso a outras acepções do termo, sobretudo nas escolas, em função não apenas da carência de leituras, mas também e principalmente pelo medo que se tinha de se discutir a respeito. Em geral, as pessoas acreditavam que o comunismo se tratava de algo muito ruim, assustador até, cujo objetivo era subverter a ordem estabelecida, a moral e os bons costumes das “famílias de bem”²²¹. Nesse

²²¹ Comumente, a idéia que se tinha dos comunistas era deturpada e bastante superficial, caricata até: comunistas comiam criancinhas, estupravam as filhas, andavam nus pelas ruas e eram ateus.

contexto, o papel da Igreja Católica, como instituição de prestígio em Patos de Minas, foi crucial para a estigmatização dos regimes políticos de esquerda.

A implantação do Regime Militar no Brasil, em 1964, a princípio, não interferiu substancialmente nas ações nem na filosofia de trabalho da UEP. Ela apoiou o Regime, assim como fez também grande parte da sociedade brasileira, temerosa do “fantasma do comunismo”. Segundo Oliveira (2009), demorou alguns meses para que as lideranças estudantis processassem os acontecimentos nacionais. No entanto, eles tinham consciência do significado da ação dos militares naquele momento, sabiam que o golpe foi instituído para assegurar a “ordem nacional”, conforme discurso das forças golpistas.

Movimentos como as passeatas e concentrações em prol da Criação do Colégio Municipal, em 1959, e as greves e protestos pela saída do Pe. Inácio da Escola Normal, em 1962, repetiram-se após o golpe de 1964, mas num contexto diferente. As passeatas estudantis realizadas em 1967 e 1969, apesar de pacíficas, bem como os ensaios de protestos ocorridos especialmente a partir de 1968, ora com menor, ora com maior ousadia por parte das lideranças estudantis, conferiram um certo tom de rebeldia à UEP — vale dizer, porém, uma rebeldia moderada, que não chegou a ter uma coloração avermelhada. Desse modo, os “anos de chumbo”, interpretados sob uma ótica conservadora pela comunidade patense, acabaram contribuindo para o afastamento de muitos estudantes da UEP, orientados e pressionados pelas famílias a não se envolverem naquelas “coisas de estudante”.

Esse leve ar de rebeldia das lideranças estudantis patenses, que começou a se manifestar a partir de 1967, ocorreu simultaneamente à mudança de postura de muitos líderes da Igreja Católica em nível nacional — os quais, até então, senão parceiros ao menos coniventes com o Regime Militar eram. Será que a mudança de postura da Igreja Católica teria ocorrido também em Patos de Minas? Infelizmente não encontramos nenhum vestígio concreto sobre isso, mas há que se ressaltar a cumplicidade existente entre a UEP e o Pe. Almir Neves de Medeiros.

Em geral, as ações da UEP estiveram circunscritas à realidade local. Não houve, no período histórico de que se ocupou nossa pesquisa, ligação direta da entidade estudantil patense com os movimentos estudantis nacionais. As relações mantidas com as entidades das capitais, como a UNE, a Ubes e a Ames, foram meramente cavalheirescas, restringindo-se, no máximo, a troca de correspondências, pois eram consideradas subversivas demais pelas lideranças estudantis de Patos de Minas. Nenhum dos ex-dirigentes entrevistados admitiu qualquer relação entre a UEP e aquelas entidades. Apenas Paulo Amâncio de Araújo, presidente da entidade entre 1968 e 1969, disse ter tido uma ligação com a UNE, mas uma

ligação pessoal, pois tinha medo de expor seus companheiros, ciente das retaliações que poderia causar aos colegas. Desse modo, a UEP caminhava de forma autônoma e independente, centrada em seus projetos particulares no interior da sociedade patense.

Nesse sentido, o movimento estudantil patense foi um produto do seu tempo e do seu espaço. Distante dos grandes centros urbanos — estes já inseridos no mundo globalizado do século XX —, uma cidade interiorana como Patos de Minas, na década de 1960, possuía uma realidade e percepção de mundo reprodutora dos ideais e princípios conservadores de sua época. Não obstante, dentro desse mesmo processo, ocorreram resistências e rupturas: heterogêneas percepções e ações influenciadas por um movimento dialético internacional, materializado pelo papel das forças políticas brasileiras e pela guerra fria.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Dercílio Ribeiro. **Histórias da UEP**: a participação de Dercílio Ribeiro Amorim no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 8 abr./ 22 jul. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (2h26min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 71 anos)
- ARAÚJO, Paulo Amâncio de. **Histórias da UEP**: a participação de Paulo Amâncio de Araújo no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 30 abr./ 22 jul. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (2h05min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 60 anos)
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Tradução: Andréa Dore. Revisão Técnica: José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BRITO, Maria Terezinha. **A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972**. Na encruzilhada entre o novo e o velho. 1999. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- CADERNO Mais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 mai. 2008.
- CAIXETA, Jorge Eduardo de Araújo. **Histórias da UEP**: a participação de Jorge Eduardo de Araújo Caixeta no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 29 abr. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (3h16min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 56 anos)
- CAMBI, Franco. **Historia da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2004.
- COURY, Marialda. **A Festa Nacional do Milho através dos tempos**. Patos de Minas: Grafipres, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 26 abr. 1958.
- FERNANDES, Florestan; PRADO JÚNIOR, Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- FERNANDES, Florestan; PRADO JÚNIOR, Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- FERREIRA, Jurandi Gomes. **Histórias da UEP**: a participação de Jurandi Gomes Ferreira no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de

Minas, 27 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (49min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 65 anos)

FICO, Carlos. **O Regime Militar no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FOLHA DIOCESANA. Patos de Minas: 1956-1992. Semanal.

FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pecuários e Enxadachins**: História de Patos de Minas. Belo Horizonte: IngraBrás-BH, 1974. 161p.

FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FURTER, Pierre. **Juventude e tempo presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GALVÃO, Agostinho Rodrigues. **Histórias da UEP**: a participação de Agostinho Rodrigues Galvão no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 16 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (52min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 81 anos)

GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonha**. 4 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIOVANE, Antônio. **Movimento Estudantil**. 2002. 51 f. Monografia (Curso de História) - Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG.

GÓES, Betânia Tarley Porto de Matos. **Espaço e Festa Popular**: O caso da Festa Nacional do Milho. 1997. Monografia (Curso de Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

GUIMARÃES, José Celso. **Histórias da UEP**: a participação de José Celso Guimarães no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 19 jul. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 68 anos.)

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História)

JORNAL DOS MUNICÍPIOS. Patos de Minas: 1956-1963 e 1968-1976. Semanal.

KORNIN, Mônica; FLASDMAN, Dora. **Dicionário histórico biográfico brasileiro 1930-1983**. 1 ed. Rio de Janeiro: Florense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984.

LOPES, José Reinaldo. **O ano que sacudiu o mundo**. Revista *Aventuras na História*. São Paulo, edição 58, p. 24-37, maio, 2008.

LOUREIRO, Flaviano Corrêa. **Histórias da UEP**: a participação de Flaviano Corrêa Loureiro no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 05 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (53min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 67 anos)

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

_____. **A (des)qualificação profissional dos trabalhadores no final do século XX**: um estudo sobre a Petrobrás. Relatório final de pesquisa referente ao Edital Universal Fapemig, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Rebelião estudantil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História**. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Igreja na História)

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

MELLO, Antônio de Oliveira. **Patos de Minas: Capital do Milho**. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

_____. **Patos de Minas Centenária**. Patos de Minas: Edição da Prefeitura Municipal, 1992.

MENDES JUNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, Mário Teixeira de. **Histórias da UEP**: a participação de Mário Teixeira de Moraes no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 14 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 64 anos)

OLIVEIRA, Marcos Martins de. **Histórias da UEP**: a participação de Marcos Martins de Oliveira no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 18 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (1h12min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 65 anos)

POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RIBEIRO, Carlos Roberto. **Histórias da UEP**: a participação de Carlos Roberto Ribeiro no movimento estudantil de Patos de Minas. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 29 abr. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (1h40min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 60 anos)

ROCHA, Simara de Camargo. **Movimento Estudantil no Brasil e em Patos de Minas (1958-1983)**. 2006. 49 f. Monografia (Curso de História) - Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação Secundária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVEIRA, Flávio. **A luta do movimento estudantil secundarista**. Porto Alegre, RS: Movimento, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TV ESCOLA. **Ditadura Militar**. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2002.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. 3 ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

_____. **1968: O que fizemos de nós**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

_____. (Org.). Os anos 60: a década que mudou tudo. Revista **Veja**, São Paulo, Editora Abril, 1969. (Coletânea de artigos publicados na revista VEJA)